

MICHELE NAKAZATO

**AS SIMBOLOGIAS DA CERIMÔNIA DE COLAÇÃO DE
GRAU DO CURSO DE DIREITO DA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DOM BOSCO – 2022/2023**



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO E DOUTORADO EM
DESENVOLVIMENTO LOCAL
CAMPO GRANDE - MS
2024**

MICHELE NAKAZATO

**AS SIMBOLOGIAS DA CERIMÔNIA DE COLAÇÃO DE
GRAU DO CURSO DE DIREITO DA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DOM BOSCO – 2022/2023**

Defesa de tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado / Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Augusta de Castilho e coorientação da Prof^a. Dr^a. Elaine Cristina Paganotti Rezende para efeito de obtenção do título de Doutora.



BOLSISTA – CAPES/PROSUC

Este trabalho foi desenvolvido com o apoio da
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO E DOUTORADO EM
DESENVOLVIMENTO LOCAL
CAMPO GRANDE - MS
2024**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária Mourâmise de Moura Viana - CRB-1 3360

Nakazato, Michele

As simbologias da cerimônia de colação de grau do
curso de Direito da Universidade Católica Dom Bosco
- 2022/2023/ Michele Nakazato sob orientação da Profa.
Dra. Maria Augusta de Castilho e Profa. Dra. Elaine
Cristina Paganotti Rezende.-- Campo Grande, MS : 2025.
104 p.: il.

Tese (Doutorado em Desenvolvimento Local) - Universidade
Católica Dom Bosco, Campo Grande- MS, 2025

Bibliografia: p. 93-101

1. Cerimonial universitário. 2. Ritos. 3. Memória.
4. Patrimônio cultural. 5. Desenvolvimento localI.Castilho,
Maria Augusta de. II.Rezende, Elaine Cristina Paganotti.
III. Título.

CDD: 378.006

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: “As simbologias da cerimônia de colação de grau do curso de direito da UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO – 2022/2023”

Área de concentração: Desenvolvimento Local em Contexto de Territorialidades

Linha de Pesquisa: Cultura, Identidade e Diversidade na Dinâmica Territorial

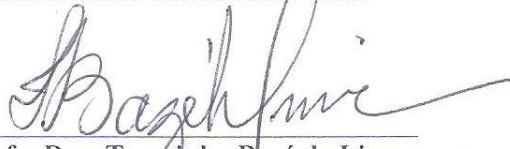
Tese submetida à Comissão Examinadora designada pelo Conselho do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Local.

Exame de Defesa aprovado em: 16/12/2024

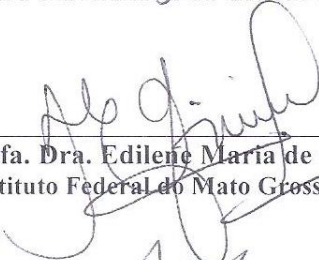
BANCA EXAMINADORA



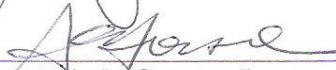
Profª. Dra. Maria Augusta de Castilho
Universidade Católica Dom Bosco



Profª. Dra. Terezinha Bazé de Lima
Centro Universitário da Grande Dourados



Profª. Dra. Edilene Maria de Oliveira
Instituto Federal do Mato Grosso do Sul



Profª. Dra. Arlinda Cantero Dorsa
Universidade Católica Dom Bosco



Prof. Dr. Heitor Romero Marques
Universidade Católica Dom Bosco

DEDICATÓRIA

Ao Vitor. Amor incondicional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela proteção, saúde, força, coragem e ânimo para concretização deste estudo. À minha família pela paciência e compreensão pela ausência nos momentos de estudo.

Agradeço a todos que contribuíram para que esta pesquisa se tornasse realidade, em especial, à minha querida orientadora, prof^a Maria Augusta de Castilho; e minha coorientadora Elaine Cristina Paganotti Rezende, pelas orientações, conselhos, carinho e muita paciência.

Às professoras Arlinda Dorsa, Terezinha Bazé, Edilene de Oliveira e ao professor Heitor Marques, integrantes da minha Banca de Qualificação, pelas pertinentes contribuições à minha pesquisa.

Aos colegas e professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado e Doutorado - da UCDB. Agradecimento especial à Bêlit Lezcano. Ao grupo de pesquisa Cultura, Religiosidade e Saberes Locais, do PPGDL-UCDB, liderado pela minha orientadora. Ao apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento desta pesquisa.

Aos colegas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS) pelo apoio e compreensão nesse momento importante para mim. Ao IFMS pela oportunidade de estudos. Ao grupo de pesquisa do IFMS, Educação, Diversidade e Direitos Humanos (GPEDH), liderados pelas professoras Gesilane Maciel e Rozana Pereira.

Ao Comitê Nacional de Cerimonial e Protocolo - CNCP Brasil, em especial à Eliane Ubillús, Silvia Martinez, Flávio Viana, Manoel Veras e Athayde Oliveira.

Às pessoas que me auxiliaram, colaboraram com informações e participaram da pesquisa de campo. Agradecimentos à Janete, Silvia e Ana Clara.

A todos que acreditaram no meu sonho e embarcaram comigo nessa incrível viagem, me apoiando e incentivando.

Gratidão!

*Assim como a brisa da primavera desperta
botões delicados na folhagem, o incentivo
sincero pode derreter um coração
congelado e inspirar pessoas.*

Daisaku Ikeda (1928-2023)

NAKAZATO, Michele. As simbologias da cerimônia de colação de grau do curso de Direito da Universidade Católica Dom Bosco – 2022/2023. Tese. Doutorado em Desenvolvimento Local. Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande/MS, Brasil, 2024.

RESUMO

A Colação de Grau é um ato administrativo e obrigatório nas Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil. É também um ritual imerso em um contexto histórico, cultural, social e econômico carregado de simbolismos ancestrais da Europa Medieval. Esta pesquisa foi tecida a partir da pergunta norteadora: O que simboliza o rito da colação de grau para a comunidade universitária do curso de Direito da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)? O referido curso é um dos mais antigos e tradicionais do município de Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul. O objetivo foi analisar as simbologias do rito da colação de grau na memória do curso, no contexto da dinâmica cultural e da territorialidade. Para responder à pergunta, realizou-se uma pesquisa de natureza exploratória, com uso do método dedutivo, com a base técnica observacional, comparativa, descritiva e biográfica. Utilizou-se uma abordagem sistêmica quali-quantitativa, com ênfase nas características qualitativas. Realizou-se a pesquisa de campo por meio de entrevista semiestruturada com três gestores da UCDB, que participaram diretamente das cerimônias de colação de grau realizadas em 2022 e 2023, e por meio de questionário *on-line* com a participação de 10 egressos do curso de Direito da referida IES e que também participaram da cerimônia no período descrito. Os resultados foram analisados a partir de referências teóricas sobre cerimonial, protocolo, ritos, memória, história, desenvolvimento local, territorialidade e patrimônio cultural. Os resultados demonstram que a simbologia da colação de grau tem estreita relação com a identidade cultural e patrimonial universitária, bem como, com o desenvolvimento humano e cultural da comunidade envolvida. Como contribuição, esta tese traz discussões acerca das transformações dos ritos da colação de grau e aponta direções para a proteção e salvaguarda dos símbolos universitários.

Palavras-chave: Cerimonial universitário. Ritos. Memória. Patrimônio cultural. Desenvolvimento local.

NAKAZATO, Michele. The symbols of the graduation ceremony of the Law course at the Dom Bosco Catholic University – 2022/2023. Thesis (PhD. in Local Development). Dom Bosco Catholic University, Campo Grande/MS, Brasil, 2024.

ABSTRACT

The Graduation ceremony is an administrative and compulsory act at Higher Education Institutions (HEIs) in Brazil. However, it is also a ritual immersed in a historical, cultural, social and economic context full of ancestral symbolism from Medieval Europe. This research was based on the guiding question: What does the graduation rite symbolize for the university community of the Dom Bosco Catholic University (UCDB) Law course? This course is one of the oldest and most traditional in the municipality of Campo Grande, Mato Grosso do Sul. The aim was to analyze the symbologies of the graduation rite in the memory of the course, in the context of cultural dynamics and territoriality. To answer this question, an exploratory study was carried out, using the deductive method, with an observational, comparative, descriptive and biographical technical basis. A qualitative-quantitative systemic approach was used, with an emphasis on qualitative characteristics. Field research was carried out by means of semi-structured interviews with three UCDB managers who took part directly in the ceremonies held in 2022 and 2023, and by means of an online questionnaire with the participation of 10 graduates of the Law course at the aforementioned HEI who also took part in the ceremony during the period described. The results were analyzed using theoretical references on ceremonial and protocol, rites, memory and history, local development, territoriality and cultural heritage. The findings show that the symbolism of the graduation ceremony is closely related to the university's cultural and heritage identity, as well as to the human and cultural development of the community involved. As a contribution, this thesis discusses the transformations of graduation rites and points to the protection and safeguarding of university symbols.

Keywords: University ceremonial. Rites. Memory. Cultural heritage. Local development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Infográfico do percurso da delimitação da pesquisa.....	18
Figura 2 - Reunião de doutores na Universidade de Paris.....	30
Figura 3 - Ilustração sobre admissão de estudantes à <i>Natio Germanica Bononiae</i> , a nação alemã na Universidade de Bolonha, Itália. Imagem do século XV	32
Figura 4 - Cortejo das autoridades universitárias da Universidade de Coimbra.....	33
Figura 5 - Fachada do prédio da Faculdade de Direito da UFAM e foto dos primeiros formandos da Faculdade de Direito.....	35
Figura 6 - Mapa Político do Brasil.....	36
Figura 7 - UFRJ - Palácio Universitário, no campus Praia Vermelha.....	37
Figura 8 - Fachada do prédio da Faculdade Nacional de Direito – UFRJ.....	37
Figura 9 - Universidade de São Paulo (USP).....	38
Figura 10 - Colação de Grau da Faculdade de Direito da USP – 1973.....	38
Figura 11 - Formando de Direito da PUC-Rio – 1946.....	39
Figura 12 - Mapas do Brasil e do Mato Grosso do Sul.....	40
Figura 13 - Imagens das primeiras colações de grau do Curso de Direito FUCMT.....	43
Figura 14 - Linha do tempo dos Diretores da FADIR.....	44
Figura 15 - Cenário da cerimônia da colação de grau.....	69
Figura 16 – Traje dos formandos.....	70
Figura 17 – Traje do Reitor.....	70
Figura 18 – Lista de vídeos de Colação de Grau On-line – fevereiro 2021.....	77
Figura 19 - <i>Playlist</i> de vídeos de Colação de Grau da UCDB.....	77
Figura 20 - Linha do tempo do cerimonial da UCDB.....	85
Figura 21 – Ato da outorga de grau.....	93
Figura 22 - Momento da entrega do canudo.....	93

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Universidades de Campo Grande-MS.....	19
Quadro 2 - Universidades de Campo Grande e Cursos de Direito.....	20
Quadro 3 - Períodos da História da Humanidade.....	24
Quadro 4 - Histórico das primeiras universidades brasileiras.....	35
Quadro 5 – Dados do Curso de Direito da UCDB.....	42
Quadro 6 - Quantitativo de pessoas que colaram grau em 2022 e 2023.....	46
Quadro 7 - Roteiros das Cerimônias de Colação de Grau da FUCMT e UCDB.....	71
Quadro 8 – Relação dos gestores entrevistados e relato sobre participação no evento.....	76
Quadro 9 - Opinião sobre a solenidade.....	88
Quadro 10 - Símbolos que traduzem a cerimônia de Colação de Grau.....	91

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Grau de satisfação após a solenidade.....	88
Gráfico 2 – Palavras que melhor traduzem os sentimentos sobre a cerimônia de colação de grau.....	89
Gráfico 3 – Itens que melhor traduzem a cerimônia de colação de grau.....	90

LISTA DE SIGLAS

AGU	Advocacia Geral da União
FACECA	Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis de Administração
FADAFI	Faculdade Dom Aquino de Filosofia Ciências e Letras
FADIR	Faculdade de Direito
FASSO	Faculdade de Serviço Social
FUCMT	Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso
IES	Instituição de Ensino Superior
IFMS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul
LDBEN	Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MS	Mato Grosso do Sul
OAB/MS	Ordem dos Advogados do Brasil – Sessão MS
PPGDL	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local
PUC-RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UCDB	Universidade Católica Dom Bosco
UDF	Universidade do Distrito Federal
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UnB	Universidade de Brasília
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAS	13
2 METODOLOGIA DA PESQUISA	16
2.1 Método	16
2.2 Abordagem	16
2.3 Natureza da pesquisa	17
2.4 Área de estudo.....	17
2.5 Público-Alvo.....	20
2.6 Procedimento da coleta e análise de dados.....	21
3 CERIMÔNIAS DE COLAÇÃO DE GRAU: RELAÇÕES HISTÓRICAS E SIMBÓLICAS NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E TERRITORIALIDADES.....	23
3.1 A formação profissional e o desenvolvimento local	23
3.1.1 Histórico das Universidades Ocidentais.....	23
3.1.2 Histórico das Universidades Brasileiras.....	27
3.1.3 Histórico da Universidade Católica Dom Bosco.....	39
3.1.4 Histórico da OAB e sua relação com o curso de Direito em Mato Grosso do Sul	41
3.2 Cerimonial: História, tradição e modernidade.....	47
3.3 Protocolo e cerimonial universitário.....	52
4 RITO DE PASSAGEM: RITUAL DA COLAÇÃO DE GRAU	56
4.1 Do ritual de passagem aos rituais de formatura: Patrimônio cultural imaterial...56	56
4.2 Do Patrimônio cultural imaterial para modelos de identidade, cultura e memória em espaços territoriais	60
4.3 A prática do ritual nas cerimônias de formatura	62
5 ANÁLISE DAS SIMBOLOGIAS DO RITO DA SOLENIDADE DA COLAÇÃO DE GRAU NA MEMÓRIA DO CURSO DE DIREITO DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO	75
5.1 A contextualização do cerimonial universitário e suas formalidades na Universidade Católica Dom Bosco	75
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS	98
APÊNDICA A – INSTRUMENTO DE PESQUISA	105
APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE PESQUISA	107

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Todos os anos, ouve-se a palavra formatura, em geral, esse é o período do fim de um ciclo de estudos. Observa-se no Brasil, uma tradição nas instituições de ensino, na realização das chamadas cerimônias de formatura dos alunos, desde as turmas escolares básicas até a graduação, um marco característico da cultura educacional que é programada no calendário escolar. Apesar disso, existem especificidades que diferenciam as cerimônias dos níveis escolares para o contexto universitário.

No esteio desse fenômeno, nota-se que as simbologias das Cerimônias de Colação de Grau das universidades brasileiras, popularmente denominada de formatura, trazem entrelaços culturais, históricos, políticos e econômicos. A cultura brasileira tem em sua conjuntura histórica uma raiz europeia, que carrega em seu seio questões políticas estruturais de ordem hierárquica de poder. Outro fator simbolizado nas Colações de Grau é a questão econômica, visto que esse momento pode simbolizar a promessa de realização profissional e futura colaboração para o desenvolvimento econômico e social do país.

Essas simbologias que perpassaram pela Era Medieval em um ritual cerimonioso carregado de formalidades protocolares, ritos e símbolos, foram ao longo do tempo reinterpretados. Nesse ritual, ganha-se destaque a finalização de um período da vida do indivíduo e o início de outro. É o ritual de passagem da fase acadêmica para a vida profissional, bem como a entrega da universidade para a sociedade de um profissional formado.

O ato simbólico representado nessa cerimônia traz em seu bojo um conjunto de valores e normas regidos pelo protocolo. Esse ato é executado em um cerimonial com ritos e símbolos que representam a história e a tradição da comunidade acadêmica e reavivam a memória cultural do território universitário. Todo esse contexto faz parte de um bem cultural imaterial do ambiente estudantil, que se pode denominar como um patrimônio da Universidade, e que por sua vez, conduz ao desenvolvimento da localidade na qual está inserida.

A temática da simbologia do ritual protocolar e cerimonioso inserido no ambiente universitário é o foco desta tese, intitulada ‘As Simbologias da Cerimônia de Colação de Grau do Curso de Direito da Universidade Católica Dom Bosco – 2022/2023. A pesquisa originou-se a partir da experiência profissional da doutoranda na organização de cerimônias de Colação de Grau. A doutoranda, em sua formação em Comunicação Social, habilitações em Relações Públicas e Jornalismo, iniciou os trabalhos profissionais como organizadora de eventos em

2000 e, em 2014 começou a trabalhar com eventos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS), em Campo Grande. A experiência relatada tem a finalidade de apresentar a *expertise* da doutoranda na prática ritualística do cerimonial e no interesse em conhecer mais sobre o assunto.

Ao explicar sobre os ritos e os símbolos das cerimônias de colação de grau universitária aponta-se para a relevância do assunto em dois aspectos. Em primeiro lugar, por abordar um tema transdisciplinar sobre a simbologia de um evento universitário no contexto do desenvolvimento local e sua territorialidade. Segundo, por trazer questões das relações históricas e simbólicas culturais que remetem ao desenvolvimento humano e social, assim como, por abordar a visão da comunidade universitária.

Outro aspecto proeminente é o de poder contribuir com o campo de estudos do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Local (PPGDL), da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), ao trazer a pesquisa doutoral com a perspectiva proposta, em particular, com os estudos da linha de pesquisa: Cultura, Identidade e Diversidade na Dinâmica Territorial, pelo enfoque nas descobertas referentes às simbologias do ritual da colação de grau sob a luz das teorias científicas trabalhadas no Programa.

O objetivo proposto do presente estudo foi ‘Analisar as simbologias do rito da solenidade da colação de grau na memória do curso de Direito da UCDB, no contexto do desenvolvimento local’. Nesse sentido, foram definidos os objetivos específicos: 1. demonstrar o histórico das cerimônias de Colação de Grau e seus significados; 2. destacar a cultura do rito de Colação de Grau; 3. analisar as simbologias do rito da solenidade da colação de grau na memória do curso de Direito da UCDB, no contexto do desenvolvimento local.

A pesquisa foi trilhada a partir da pergunta norteadora: ‘O que simboliza o rito da colação de grau para a comunidade universitária do curso de Direito da Universidade Católica Dom Bosco?’. Nesse sentido para responder à questão norteadora a presente tese está estruturada em seis capítulos:

1 - Considerações Iniciais - traz a explanação sobre a pesquisa e as inspirações que motivaram a autora a trilhar o presente estudo.

2 - Metodologia da pesquisa - aborda passos os percorridos para a obtenção dos resultados.

3 - Cerimônias de Colação de Grau e seus significados: Relações históricas e simbólicas no contexto do desenvolvimento local - apresenta o histórico das cerimônias de Colação de Grau e seus significados.

4 - Rito de Passagem: Ritual da Colação de Grau – Destaca a cultura do rito da Colação de Grau nas universidades.

5 - Análise das simbologias do rito da solenidade da colação de grau na memória do curso de Direito da Universidade Católica Dom Bosco, no contexto do Desenvolvimento Local – discorre sobre os dados da pesquisa de campo e as discussões com autores apresentados nos capítulos anteriores.

6 - Considerações finais - apresenta os resultados da pesquisa e contribuições para novos estudos.

Por fim, os resultados desta tese servem como fonte de informação sobre a cerimônia de Colação de Grau, sua história, seus ritos e símbolos inseridos no sistema protocolar do cerimonial universitário. A partir da documentação e descrição apresentadas, gestores de universidades, profissionais, estudiosos e interessados em saber mais sobre a área do cerimonial poderão apreciar com outro olhar às cerimônias universitárias e traçar estratégias de desenvolvimento do cerimonial e a salvaguarda do ritual da Colação de Grau.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

A capacidade de adquirir conhecimento é uma das características humana. Conforme Gil (2008, p. 1) o ser humano procura “conhecer a natureza das coisas e o comportamento das pessoas”. O autor destaca que existem os conhecimentos: científico, vulgar, religioso, filosófico. A evolução do conhecimento científico, segundo Morin (2019, p. 22), “não é unicamente de crescimento e de extensão do saber, mas também de transformações, de rupturas, de passagem de uma teoria para outra”. Percebe-se pela discussão a fluidez do conhecimento e para adquiri-lo de forma científica é preciso uma metodologia.

De acordo com Rampazzo (2005, p. 13) “metodologia (do grego *methodos* + *logia*) significa o estudo do método”. Em seus ensinamentos, o autor explica que método são as etapas, ordenadas e dispostas, na busca da verdade científica. Logo, metodologia científica é, “aquela disciplina que ensina o ‘caminho’, quer dizer, as normas técnicas que devem ser seguidas na pesquisa” (Rampazzo, 2005, p. 13).

2.1 Método

No que tange ao método, de acordo com Marques, *et al* (2017) o objetivo é detalhar os caminhos da pesquisa com uma estrutura lógica e técnica para alcançar o resultado da investigação de forma científica e que possam ser replicados posteriormente. Nesse sentido, o método usado neste estudo é o método dedutivo, que é aquele que “vai-se do geral para o particular” (Marques, *et al.*, 2024, p. 42). Por esse método parte-se do fenômeno e normas gerais, como no caso desta pesquisa, das normas gerais de colação de grau nas Universidades (da Europa Medieval, do Brasil colonial a atualidade na Universidade Católica Dom Bosco), bem como, das regras de cerimonial, protocolo e etiqueta, para a cerimônia de colação de grau do curso de Direito da UCDB.

2.2 Abordagem

Conforme Marques, *et al.* (2017), a abordagem da pesquisa é a forma de acesso às informações. Nesse sentido, optou-se para este estudo uma abordagem quali-quantitativa a fim dos dados coletados serem interpretados em relação com a fundamentação teórica, aprofundando-se na compreensão, análise e explicação do objeto estudado. Dessa forma, a

pesquisa tem especificidade quantitativa e qualitativa, com ênfase nas características qualitativas.

A pesquisa qualitativa, nas palavras de Marques *et al.* (2017, p. 39), “é aquela cujos dados não são passíveis de serem matematizados”, ou seja, são informações não quantificáveis e sim analisadas à luz das “percepções comuns e incomuns presentes na subjetividade das pessoas envolvidas na pesquisa, notadamente na condição de objeto-sujeito” (Marques, *et al.*, 2017, p. 39). Por outro lado, deixa-se aqui um adendo, que existe a abordagem quantitativa, que é aquela que passa por apreciação estatística. No entanto, o autor, alerta “para o fato de que é sempre possível uma análise qualitativa, a partir de dados quantitativos” (Marques, *et al.*, 2017, p. 39).

Nesse sentido, para Souza e Kerbauy (2017, p. 40) as abordagens quantitativa e qualitativa podem estar interligadas. De acordo com as autoras, a abordagem quali-quantitativa precisa da “utilização de metodologias distintas em uma mesma pesquisa, assim como, o interesse de superação da visão antagônica de quantidade e qualidade”. Na mesma linha de raciocínio, Rodrigues, Oliveira e Santos (2021, p. 172) esclarecem que as abordagens embora divergentes, “favorecem e ampliam o conhecimento científico”.

2.3 Natureza da pesquisa

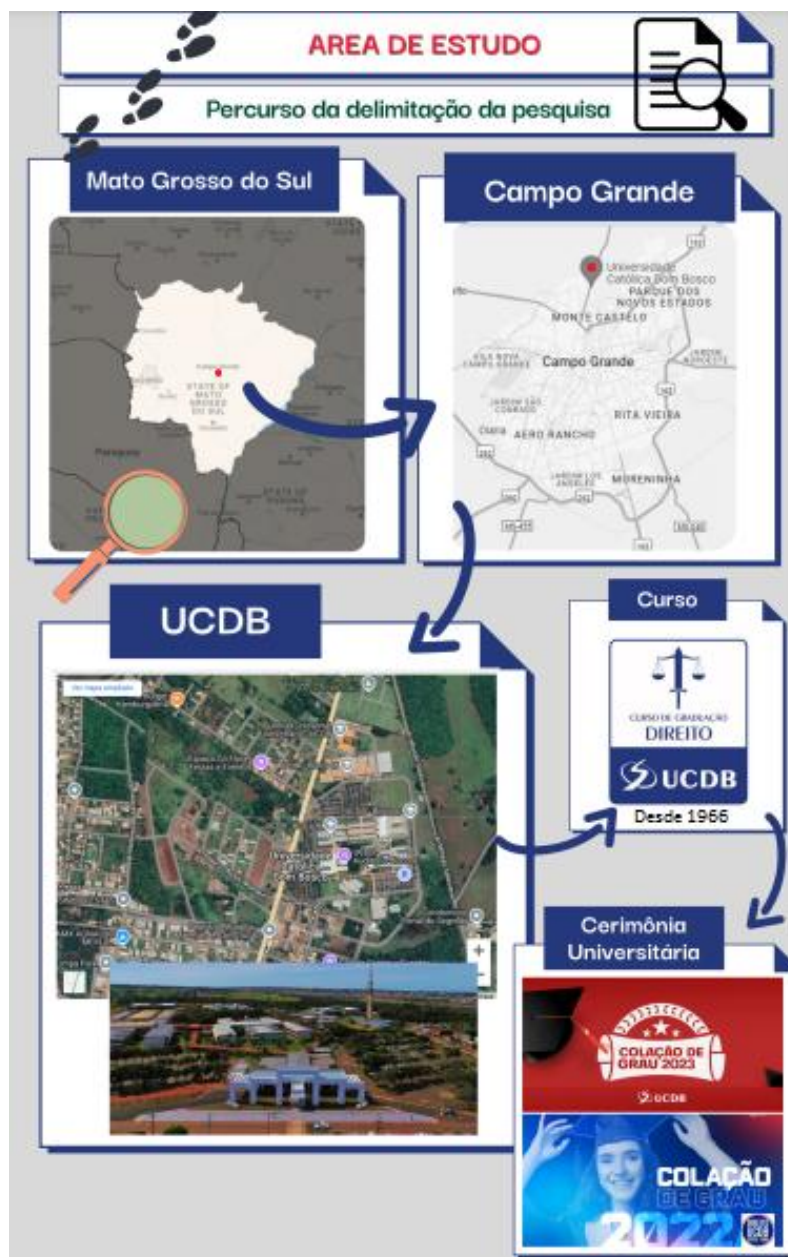
No presente estudo, evidencia-se a natureza exploratória e descritiva. Conforme Marques, *et al.* (2017), o tipo de pesquisa exploratória é usado para obter mais informações sobre o tema. Gil (2008) ressalta que é uma pesquisa que envolve material bibliográfico e documental e entrevistas não padronizadas. Nas palavras de Marconi e Lakatos (2010, p.171), as investigações exploratórias são empíricas “cujo objetivo é a formulação de questões ou problemas”.

Por sua vez, a pesquisa descritiva, de acordo com Marques, *et al.* (2017), é aquela que descreve fenômenos e características dos eventos e da população. Marconi e Lakatos (2010, p.171), subdividem a pesquisa de campo exploratória em estudos exploratório-descritivos combinados, que “são estudos exploratórios que têm por objetivo descrever completamente determinado fenômeno”. Conforme as autoras podem ser feitas descrições quantitativas e/ou qualitativas e acréscimo de informações obtidas de observação participante.

2.4 Área de estudo

Nesta pesquisa, delimitou-se a uma instituição de ensino superior com a denominação de Universidade, cadastrada no Ministério da Educação (MEC), localizada na Capital do Estado de Mato Grosso do Sul (MS) - o município de Campo Grande -, que possui o curso de Direito, e egressos do referido curso que participaram da cerimônia de colação de grau de forma presencial nos períodos de 2022 e 2023. Nesse sentido, visualiza-se, o citado recorte espaço-temporal na (Figura 1).

Figura 1 – Infográfico do percurso da delimitação da pesquisa



Fonte: Google Maps e portal UCDB (com adaptações da autora, 2024)

Considerando o objeto desta pesquisa que se concentra na temática da simbologia do ritual da cerimônia de Colação de Grau, e, como esse evento é um ato específico de Instituição de Ensino Superior (IES), foi realizada a escolha com base em quatro critérios:

- Território – estar sediada na Capital do Estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande.
- Tempo – ser o curso mais antigo em atuação na Capital
- Denominação da IES – ser uma Universidade
- Curso – presencial - bacharelado em Direito

Nesse sentido, foi realizada uma pesquisa no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior - Cadastro e-MEC, do *site* do Ministério da Educação (Quadro 1), com busca sobre Universidades com sede no município de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul com a finalidade de obter informações das universidades instaladas no território delimitado do estudo.

Referente às universidades situadas em Campo Grande-MS, aparecem três Universidades (UNIDERP, UCDB e UFMS), sendo uma privada com fins lucrativos, outra privada sem fins lucrativos e uma terceira pública federal, conforme apresentado no (Quadro 1).

Quadro 1 - Universidades de Campo Grande-MS

Resultado da Consulta Por : INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR								
Instituição - IES	▲ Sigla ▼	Município/UF	Organização Acadêmica	↕ Categoria Administrativa ↕	IGC	CI	CI-EaD	
(671) UNIVERSIDADE ANHANGUERA Unificação de Mantidas: Processo nº 202107334	UNIDERP	Campo Grande/MS	Universidade	Privada com fins lucrativos	3	3	4	
(387) UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO	UCDB	Campo Grande/MS	Universidade	Privada sem fins lucrativos	4	5	4	
(694) UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	UFMS	Campo Grande/MS	Universidade	Pública Federal	4	5	5	

Fonte: e-MEC (2024)

Uma segunda pesquisa foi realizada, dessa vez para saber quais Universidades de Campo Grande possuem curso de Direito. Constatou-se que todas as três Universidades de Campo Grande possuem o referido curso, sendo a data de início mais antiga de 01/03/1966 (UCDB), seguida de 10/03/1996 (Universidade Federal de Mato Grosso do SUL - UFMS) e por fim 05/02/1998 (UNIDERP) como se pode observar no (Quadro 2).

Quadro 2 - Universidades de Campo Grande e Cursos de Direito

Instituição - IES	Sigla	Curso	Grau	Modalidade	Índices	Vagas Anuais	Data Início	
(387) UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO	UCDB	(8154) DIREITO	Bacharelado	Presencial	CC: 4(2015) CPC: 3(2018) ENADE: 3(2018) IDD: 3(2018)	480	01/03/1966	 
 (671) UNIVERSIDADE ANHANGUERA Unificação de Mantidas: Processo nº 202107334	UNIDERP	(19069) DIREITO	Bacharelado	Presencial	CC: 3(2016) CPC: 3(2018) ENADE: 3(2018) IDD: 3(2018)	670	05/02/1998	 
(694) UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	UFMS	 (18386) DIREITO	Bacharelado	Presencial	CC: 5(2015) CPC: 3(2018) ENADE: 5(2018) IDD: 3(2018)	120	10/03/1996	 

Fonte: e-MEC (2024)

Desta forma, optou-se por pesquisar o curso de Direito da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), por ser o curso mais antigo do município de Campo Grande-MS. Segundo informações do site E-MEC, o ato regulatório de credenciamento da antiga FUCMT é de 24/11/1961; o da UNIDERP é 03/09/1976 e da UFMS é de 05/07/1979.

Vale ressaltar que a Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) foi credenciada como universidade em 27 de outubro de 1993, por meio da Portaria nº 1.547 do Ministério da Educação (MEC). Dessa forma identifica-se que o curso de Direito da UCDB é o mais antigo do estado entre as três Universidades que possuem sede administrativa em Campo Grande – MS.

No que se refere ao recorte temporal da pesquisa definiu-se os anos de 2022 e 2023, o período de dois anos escolhido está inserido entre os quatro anos cursados pela pesquisadora no programa de pós-graduação (2021-2024) que deu origem a esta tese. Vale destacar que não foi incluído neste estudo o ano de 2021, pelo fato da ocorrência da pandemia da Covid-19. O fato histórico que aconteceu em dimensão mundial teve início no Brasil em 2020, estendendo-se até o início de 2022, com o afastamento social. Por este motivo, neste estudo foi descartada a possibilidade de análise da cerimônia ocorrida em 2021. O ano de 2024 não foi analisado por ser o período planejado para análise dos dados coletados.

2.5 Público-alvo

O público-alvo da pesquisa foi o corpo de egressos de 2022 e 2023 do curso de Direito da UCDB, o responsável pela realização das cerimônias de Colação de Grau e autoridades da Universidade.

Justifica-se a entrevista com o Reitor, por ser a autoridade máxima da instituição e responsável pela outorga de grau aos formandos (Brasil, 2017), o coordenador do curso pela proximidade com os egressos e chefe do cerimonial pela expertise com a cerimônia pesquisada. Para constatar o conhecimento dos egressos sobre a cerimônia de Colação de Grau e a participação/envolvimento, foi utilizado um questionário por meio da aplicação *web*, *Google Formulários*, divulgado ao grupo de *WhatsApp* - do curso de Direito pesquisado.

As perguntas formuladas no questionário destinado aos egressos, bem como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para participação da entrevista, foram baseados na dissertação de Rios (2010) intitulada ‘Quando a Universidade é uma Festa: trote e formatura’ conforme anexo.

2.6 Procedimento da coleta e análise de dados

Em relação aos procedimentos, que é a parte mais específica da metodologia, ao contrário da abordagem que é mais geral, optou-se pelos procedimentos de coletas de dados que envolveram a busca de fontes secundárias e primárias.

Nesse contexto, a referida pesquisa se desenvolveu utilizando-se de material bibliográfico e documental, sendo secundárias em livros, artigos científicos, dissertações, teses, leis, relatórios, reportagens, imagens e mapas e fontes primárias, pesquisa de campo: questionário e entrevista semiestruturada. As informações coletadas contribuíram para a elaboração, organização e análise dos dados obtidos nas diversas fases da pesquisa.

Ainda sobre a pesquisa de campo, conforme Gil (2002, p. 53) é o estudo em uma comunidade e “desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo”. Nessa forma, a pesquisa foi realizada a partir de um questionário realizado por meio de plataformas digitais e entrevistas por videoconferência com um roteiro de perguntas semiestruturados.

Esses instrumentos foram usados para compreender os aspectos gerais da cerimônia de Colação de Grau: a organização e o ritual; foi utilizado o roteiro de entrevista semiestruturado com sete perguntas, tendo como critério de seleção a participação direta na cerimônia.

Os dados foram tabulados, codificados e interpretados, vinculando-se aos autores que destacam a contribuição dos significados, símbolos e demais aspectos necessários, para se chegar ao objetivo proposto na referida pesquisa.

As fontes da pesquisa (arquivos, *sites*, leituras bibliográficas, fotos, visitas, questionários, entrevistas) foram interpretadas à luz das categorias: composição da mesa, cenários, vestimentas, convites e diplomas, juramento.

O referencial teórico e os resultados da pesquisa de campo desta tese estão organizados propondo-se atender o objetivo proposto, que é ‘Analisar as simbologias do rito da solenidade da colação de grau na memória do curso de Direito da UCDB, no contexto do Desenvolvimento Local’ e pergunta norteadora: ‘O que simboliza o rito da colação de grau para a comunidade universitária do curso de Direito da Universidade Católica Dom Bosco?’.

3 CERIMÔNIAS DE COLAÇÃO DE GRAU: RELAÇÕES HISTÓRICAS E SIMBÓLICAS NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E TERRITORIALIDADES

Este item apresenta o arcabouço teórico sobre a história das cerimônias universitárias e sua simbologia, em especial sobre a cerimônia de colação de grau. Para melhor compreensão desse evento universitário, em específico, descreve-se de antemão uma síntese sobre o percurso histórico das universidades no território europeu e sua influência no território brasileiro, com base em uma reflexão teórica sobre o desenvolvimento local e a territorialidade.

3.1 A formação profissional e o desenvolvimento local

A cerimônia universitária de Colação de Grau, também conhecida como formatura, é uma das muitas cerimônias que acontecem no ambiente universitário. A palavra formatura tem sua etimologia, sua origem, no Latim *forma*, que significa “figura, aspecto, contorno, padrão”, e que é derivado do Grego *morphé*, que significa “aparência externa, beleza, aspecto” (Origem da Palavra, *On-line*).

Nesse sentido, no contexto deste estudo, tem-se que a forma, o aspecto, a formação universitária é um ato para exercer uma profissão. Nas reflexões de Ávila (2000, p.63), formação e educação são palavras que se “entrelaçam”.

Numa visão bem sintética de entrelaçamento entre formação e educação, diria que a primeira se situa no patamar básico de busca, decifração, discernimento e incorporação de sentidos e valores de determinada realidade e a segunda, a educação, dá o passo avante de a pessoa, no caso o educando, traduzir de fato esses sentidos e valores em rumos e procedimentos alternativos para o seu desenvolvimento físico, intelectual, moral e social.

Sob essa ótica, Martín (2001) corrobora com Ávila (2000) ao destacar a formação da população local para um desenvolvimento endógeno, no sentido de dentro da comunidade. Para o autor as pessoas são peças importantes nos processos de crescimento e desenvolvimento dos territórios. Defende, também, como aspecto relevante dessa formação o desenvolvimento em escala humana e as condições necessárias para a prática democrática direta e participativa das pessoas na comunidade.

Vale notar que desde a Era Medieval havia a preocupação com a formação das pessoas. Naquele período o aprendiz recebia a formação, o conhecimento, para atuar como mestre ou artesão. As celebrações da conclusão dessa formação eram as chamadas formaturas. Os primeiros eventos universitários surgiram nas “universitas” ou “universius” na Idade

Média (Século XI), que eram um conjunto de escolas e faculdades, nas quais eram ministradas aulas de Medicina e Direito Canônico (Viana, 1998).

Para melhor compreensão de como se sucedeu o desenvolvimento humano em termos de formação educacional ao longo da história, apresenta-se a periodização clássica da história da humanidade (Quadro 3).

Quadro 3 - Períodos da História da Humanidade

PERÍODO	ANO	DESCRIÇÃO
Pré-história	2.500.000 anos a.C. a 4.000 a.C.	Antes da escrita
Idade Antiga ou Antiguidade	4.000 a.C. a 476 d.C.	Criação da escrita
Idade Média ou Medieval	Século V ao XV (476 a 1453)	Produção feudal
Idade Moderna	Século XV ao XVIII (1453 a 1789)	Produção científica
Idade Contemporânea	Século XVIII ao XXI (1789 até dias atuais)	Produção capitalista

Fonte: Autoria própria (2024) com adaptação de Campos (2024) e Domingues (2024).

Deduz-se pelo Quadro 3, que na história da humanidade à medida que acontecia o desenvolvimento das localidades, principalmente na Europa - delimitação espacial deste estudo pelo fato da herança histórico-cultural de colonização do Brasil - nascia a necessidade de qualificação humana para as produções compatíveis à época.

Inicia-se a descrição do referido quadro a partir do período vivido na Pré-história, que foi o momento que antecede a escrita e vai de 2.500.000 anos a.C. a 4.000 a.C. Na sequência tem-se a Idade Antiga ou Antiguidade, período da criação da escrita, de 4.000 a.C. a 476 d.C. É nesse período, também, que surgem os primeiros povos civilizados e os impérios (Campos, 2024 e Domingues, 2024).

Na continuação da análise do quadro acima, verifica-se que a partir da Idade Média ou Medieval, dos séculos V ao XV (476 a 1453), ocorre a produção feudal, ou seja, o modelo de desenvolvimento econômico e social com base na terra. Na sequência, do século XV ao XVIII (1453 a 1789), tem-se Idade Moderna com o período da produção científica e por fim, a Idade Moderna, do século XVIII ao XXI (1789 até dias atuais), com a produção capitalista (Campos, 2024 e Domingues, 2024).

Nesses três últimos períodos percebe-se mais claramente o desenvolvimento local no contexto das territorialidades. O ser humano passa a viver e produzir localmente, em um determinado espaço de tempo e território. Isso implica a convivência social em comunidades que detém uma complexidade cultural, econômica e política imposta pela territorialidade.

No entendimento de Ávila (2000), o conceito de desenvolvimento local é uma questão nebulosa e que merece estudos e reflexões, no entanto, a partir dos pensamentos de José Carpio Martín (1999), o autor tece uma definição inicial referindo-se ao desenvolvimento das capacidades intelectuais do ser humano e a expansão da consciência do trabalho solidário em comunidade:

Desenvolvimento local consiste essencialmente no efetivo desabrochamento das capacidades, competências e habilidades de uma “comunidade definida” (portanto com interesses comuns e situada em determinado território ou local com identidade social e histórica), no sentido de ela mesma se tornar paulatinamente apta a agenciar e gerenciar (diagnosticar, tomar decisões, planejar, agir, avaliar, controlar, etc.) o aproveitamento dos potenciais próprios, assim como a “metabolização” comunitária de insumos e investimentos públicos e privados externos, visando à processual busca de soluções para os problemas, necessidades e aspirações, de toda ordem e natureza, que mais direta e cotidianamente lhe dizem respeito (Ávila, 2000, p. 68).

Pelo excerto exposto, reflete-se sobre o sentido figurado da palavra desabrochar, citado pelo autor, o que nos remete ao abrir das flores, como por exemplo, as pétalas que estão apertadas em um botão e se transformam em uma vistosa rosa. Nesse mesmo viés, Dowbor (2006), analisa o desabrochar humano pelo desenvolvimento da educação, para além do currículo tradicional escolar, mas a partir da aquisição do conhecimento para compreender e viver a realidade local em uma participação ativa como cidadão.

Da mesma forma, Marques (2001), assegura que as pessoas possuem uma visão de mundo por meio da base concreta em que vivem, ou seja, de um território. Nessa acepção diz ser impossível falar da convivência humana sem falar do ser humano. Em outras palavras, o pesquisador defende a ideia de um desenvolvimento local em escala humana, voltada para a melhoria da qualidade de vida e felicidade das pessoas por intermédio da educação.

No que se refere à ideia de território, no entendimento de Milton Santos (2020, p.96), seu significado “não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistema de coisas criadas pelo homem”. Para o professor e geógrafo Milton Santos, antes mencionado, o território inclui o chão e as pessoas, a identidade e o sentimento de pertencimento e as relações sociais.

Da territorialidade que envolve o lugar/local/espço e a relações sociais, tem-se a (des)territorialidade que inclui as mudanças, os deslocamentos, os movimentos, das pessoas, das culturas, das coisas. Nas palavras de Haesbaert (2020, p. 73-4), “territorialidade é o conceito utilizado para enfatizar as questões de ordem simbólico-cultural”. Para o autor, isso

envolve pensar o território em uma abordagem integradora das práticas sociais contemporâneas (Haesbaert, 2020).

Vale notar que no caso das cerimônias universitárias, em especial a de colação de grau, a territorialidade/desterritorialidade é visível. A celebração da conclusão de curso de nível superior em uma universidade brasileira é carregada de ritos e símbolos herdados dos colonizadores europeus. Percebe-se na encenação do ato ritualístico da cerimônia, por meio das vestimentas e símbolos, a ordem simbólico-cultural do território universitário europeu reproduzida no território universitário brasileiro.

Nessa linha de pensamento sobre os símbolos e seus significados, Finol (2018, p.96) faz uma reflexão sobre o corpo, o espaço e o movimento “*nuestro cuerpo, en sus interacciones con los espacios, demarca lugares y territorios*”. Conforme este autor o lugar possui características marcantes como permanência, identidade e memória e possui relações com o território, este último, possui características mais extensivas e mediatas que estão inseridas no espaço.

Em outras palavras, o autor supracitado traz à baila reflexões sobre o protagonismo do ser humano no espaço físico em que ocupa e suas relações sociais. Ou seja, os movimentos do corpo humano, que provocam a construção e reconstrução de limites e identidades no tempo e no espaço, e que intervêm em outros corpos e objetos, são na visão do autor o que conduz ao desenvolvimento local.

Por sua vez, Raffestin (1993) trata do mesmo assunto com outros termos. Para o autor, o movimento dos corpos seria como atores, com suas intenções e finalidades em um movimento político, ou seja, em uma relação de poder inseridos em um cenário contextualizado no espaço e no tempo. Nesse envolver, sobre as relações entre as pessoas e o poder, Ávila (2012) apresenta, como aporte, a legislação para embasar as explanações sobre a formação e o desenvolvimento humano.

Ao trabalhar a questão da ‘dupla relação Educação e Desenvolvimento Local (endógeno-emancipatório)’, o pesquisador Ávila (2012, p. 13-4) aponta os preceitos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – nº 9.394 de 1996 – para fundamentar seus ensinamentos; e destaca a expressão do artigo 22: “desenvolver o educando” como uma das finalidades da Educação Básica. Intenção esta, que segundo o autor, pode ser para qualquer nível, grau ou forma de educação (Ávila, 2012).

A expressão “desenvolver o educando” é, em outras palavras, desenvolver o ser humano. Conforme o PNUD-Brasil (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) o conceito de desenvolvimento humano “nasceu definido como um processo de ampliação das

escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser”. Na explanação descrita pelo PNUD o “Desenvolvimento Humano também parte do pressuposto de que para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico”. Outras situações ganham destaque como as: sociais, culturais e políticas que influenciam na qualidade de vida (PNUD-Brasil, On-line).

Percebe-se a imbricação dos temas: desenvolvimento local e desenvolvimento humano. O local precisa do humano e o humano precisa do local. Nos ensinamentos de Dowbor (2016), as ações políticas voltadas para questões sociais e humanas são o eixo para o desenvolvimento local. De acordo com Borges (2024, p. 84) as pessoas desempenham “um papel fundamental na busca por soluções sustentáveis e no fortalecimento dos laços sociais, culturais e econômicos dentro de uma determinada localidade”. A busca por soluções e fortalecimento de laços podem ser resolvidos a partir do desenvolvimento das capacidades e competências humanas oportunizadas pelo local.

Dessa assertiva, compreende-se a relevância da formação educacional e profissional para o desenvolvimento local, por se tratar, como bem destaca Ávila (2012), da formação e ativação das competências, capacidades e habilidades para se desenvolver, a partir da captação, metabolização e absorção dos conhecimentos adquiridos nas Instituições de Ensino. É nessa ótica que esta pesquisa traz, como objeto de estudo, a simbologia do ritual da cerimônia de colação de grau. Trata-se, assim, de um evento específico dos níveis de formação superior. No caso desta tese: o bacharelado em Direito de uma Universidade.

Conhecer a origem das universidades e sua cultura é, de certa maneira, um caminho para compreender e dar sentido aos atos sociais praticados na atualidade; em especial ao cerimonial e protocolo com seus ritos e símbolos. Dessa forma, segue-se uma breve explanação sobre o histórico das universidades em atividade. Em primeiro lugar, abordam-se as principais instituições de ensino superior da Era Medieval do Ocidente e posteriormente as do Brasil. Por fim, narra-se sobre a universidade mais antiga instalada na Capital do Estado de Mato Grosso do Sul.

3.1.1 Histórico das universidades ocidentais

Registros históricos apontam o cerne das instituições de ensino superior, bem diferente das que são conhecidas na atualidade, mas com a finalidade da formação de profissionais de um segmento específico. Assim, Speers (2003), ao abordar sobre o cerimonial nas universidades brasileiras, e por acreditar que o cerimonial universitário está inserido em

tradições culturais enraizadas na história das instituições de ensino, foi buscar nas pesquisas dos professores Campos (1946) e Loureiro (1986) o cerne dessas tradições.

Posto isso, Speers (2003) tece algumas justificativas para os ritos e símbolos inseridos nas cerimônias universitárias da atualidade brasileira. A partir das informações de Campos (1946) sobre: a cultura ocidental nos seus primórdios, o desenvolvimento do cristianismo na Idade Média e a transformação das escolas públicas, imperiais e municipais em monásticas e episcopais, Speers (2003) visualiza na raiz religiosa a origem das “vestes talares, presentes até hoje nas universidades modernas, durante suas cerimônias e atos solenes” (Speers, 2003, p. 13). O autor trata ainda sobre a história da hierarquia nas cerimônias e o fundamento da ordem de precedência da figura do reitor com apoio nos ensinamentos de Loureiro (1986).

Speers (2003) destaca os privilégios e foro dos estudantes que constituíam corporações e elegiam seus conselheiros; e estes nomeavam o Reitor. Quem escolhia os professores eram os membros do Conselho e o Reitor. “No século XIII desapareceu esse caráter de espontaneidade. Passaram tais instituições a se constituírem por ordenações de papas, monarcas e condados” (Loureiro, 1986, *apud* Speers, 2003, p. 14). Por essas passagens históricas, Speers (2003) encontra subsídios nas raízes democráticas para os entendimentos sobre a ordem hierárquica e os rituais universitários, ou seja, sobre o protocolo de ordem precedências das autoridades e o ritual do cerimonial.

Nesse diapasão, Speers (2003) segue com a discussão sobre a história do desenvolvimento das instituições de ensino. Consoante os apontamentos de Campos (1946 *apud* Speers, 2003), identifica-se a origem de personagens que compõem o cenário das cerimônias universitárias como: o chanceler e o decano, além do reitor. Sob esse viés, a luz da história do século XI, o chanceler entra em cena, inicialmente com a denominação de *Scholasticus*, que era um teólogo a serviço do Arcebispo da instituição de Sorbonne, em Paris; porém seu poder foi diminuindo e findou em 1301 (Speers, 2003, p. 15). A figura do decano aparece na história em 1215 como representante de grupo de mestres – professores - e como dirigente de faculdade. Ele tinha a função de eleger o reitor (Speers, 2003).

As informações acima apresentam parte da estrutura política das instituições e as funções dos personagens que as compõem para compreensão das normas que regem o cerimonial universitário. Uma outra estrutura é a do formato do ensino para obtenção dos graus de bacharel, licenciado, mestre e doutor. Tem-se como exemplo, o centro de ensino médico, situado na cidade Montpellier, localizado ao sul da França, próxima à Espanha, e que teve destaque na Idade Média.

O curso possuía “três etapas: a de bacharel (três anos e seis meses), a de licenciado (mais seis meses de prática e exames finais) e a de *master*, após um exame rigoroso, que durava vários dias. O grau de *master* era conferido em uma cerimônia solene na Igreja de São Firmino, em presença da comunidade universitária e de convidados (Rezende, 2009, p. 124-5).

Nessa passagem contada por Rezende (2009), compreende-se a raiz solene do ato de receber um título universitário. Na continuação da pesquisa histórica, Alcântara (1975, p. 12) destaca o ato da “colocação da borla magisterial na cabeça do novo mestre” na cerimônia de outorga do grau. “Depois, o novo professor proferia sua aula inaugural e era então admitido na sociedade dos professores, com uma série de discursos. Somente então lhe era permitido sentar-se em sua cátedra, ou cadeira de mestre” (Alcântara, 1975, p. 12).

Com relação à estrutura do ensino na Era Medieval, Alcântara (1975) aponta uma estrutura com algumas diferenças em relação à detalhada por Rezende (2009). Conforme a pesquisadora, os estudantes dedicavam de quatro a cinco anos ao estudo do ‘trivium’ que era gramática, retórica e lógica ou dialética. Se aprovado recebia o grau de Bacharel em Artes. A autora salienta que para obter lugar profissional era preciso mais alguns anos de estudos e assim conquistava-se o grau de “Mestre em Artes, Doutor em Direito ou em Medicina”. Esses títulos, conforme a pesquisadora, “eram de docência” (Alcântara, 1975, p. 12).

Em relação à profissão, Speers (2003, p. 82) cita os estudos de Cesare Cantu que diz que o título de doutorado na Universidade de Bolonha era “conferido como grau pelo colégio de legistas e dava direito a cargos públicos para os quais tinham privilégio os bolonhenses”. E quem possuía tal título podia “ensinar em Bolonha e qualquer universidade constituída por decreto papal” (Cantu, 1946, *apud* Speers, 2003, p. 82). Outro dado interessante citado por Speers (2003), a partir das informações de Cantu, e que faz refletir sobre os ritos universitários é o formato dos exames para obtenção dos títulos.

Para direito canônico estudava-se seis anos, para direito civil oito anos. Havia exame público e privado. Dois textos eram dados para serem desenvolvidos e comentados. Os exames públicos eram realizados na catedral. O estudante expunha a tese, os estudantes podiam intervir. O arcediogo ou um doutor elogiava proclamando o estudante doutor. Recebia então o livro, o anel, o capelo. Não tinha que jurar pela profissão, mas sim, de não faltar a outros deveres (Cantu, 1946, *apud* Speers, 2003, p. 82).

Depreende-se da descrição acima que o primórdio do rito da Colação de Grau iniciava-se com o exame, que consistia no desenvolvimento e comentário de dois textos. Quem avaliava a defesa da tese e proclamava o estudante doutor era um auxiliar do bispo, o arcediogo, ou um professor doutor. Os símbolos presentes na cerimônia eram: o livro, o anel e

o capelo que eram oferecidos ao novo doutor da universidade. O juramento do egresso versava sobre o cumprimento de deveres, e não pela profissão.

Sobre a duração dos cursos, percebe-se algumas diferenças conforme a disciplina e a universidade pesquisada. De acordo com Alcântara (1975) na Universidade de Paris, “no fim da Idade Média, era de 14 anos a duração do curso que habilitava ao doutorado em teologia e a idade mínima para a obtenção do grau de doutor era de 35 anos” (Alcântara, 1975, p. 12). Enfatiza que o grau “de Mestre de Artes era a qualificação para o magistério nas artes liberais e o de Doutor para o ensino de teologia, direito e medicina” (Alcântara, 1975, p. 12).

Pelas descrições, a pesquisadora conclui que o “título de Doutor em Medicina designava, portanto, o professor e não o médico que exercia a profissão” (Alcântara, 1975, p. 12). Logo, infere-se do excerto a tradição cultural que transita pelo tempo sobre o título de doutor nas profissões ligadas ao direito e à medicina. Na Figura 2, visualiza-se uma reunião de doutores na Universidade de Paris.

Figura 2 - Reunião de doutores na Universidade de Paris



Fonte: Colaud (1537)

Como visto, a estrutura do ensino superior passou por modificações ao longo do tempo e do espaço. O vocábulo ‘Universidade’ passa a ter significado em 1261. Conforme Alcântara (1975, p. 13) “a palavra universidade nada tem a ver com o universo ou universalidade do saber”. A autora diz que: “Longe de suas casas e sem defesa, os estudantes uniram-se para fins de proteção e assistência mútua, constituindo uma *universitas* ou corporação, nos moldes das corporações de ofícios existentes nas cidades italianas” (Alcântara, 1975, p. 13). Assim, ao revisitar a história do ensino visualiza-se o embrião dessa estrutura. E seguindo a linha de reflexão, interessa saber um pouco mais sobre a trajetória das primeiras universidades.

Alguns registros apontam a Escola Médica Salernitana, instalada na cidade de Salerno na Itália, como uma das mais antigas, e que mais tarde veio a tornar-se a Universidade de Salerno. Conforme a apresentação na página *web* da própria Universidade, ela é a mais antiga do velho continente Europeu. Iniciou as atividades no século VIII d.C e teve seu apogeu nos séculos X e XIII. No entanto, houve um interstício de tempo em que encerrou suas atividades. Isso aconteceu em 1811 e retornou em 1944 como Instituto Universitário (Unisaes, 2023, on-line).

Na lista das escolas medievais, a Universidade de Bolonha, também radicada na Itália, intitula-se a primeira universidade do mundo ocidental. Em sua página *web* aponta como marco de nascimento o ano de 1088. Foi nessa instituição que se destacaram os estudos de Artes, de Direito Romano (eclesiástico) e Direito Canônico (*Almar Mater Studiorum*, 2023, on-line). Na figura acima (Figura 3), tem-se uma imagem de estudantes na Universidade de Bolonha.

Figura 3 - Ilustração sobre admissão de estudantes à *Natio Germanica Bononiae*, a nação alemã na Universidade de Bolonha, Itália. Imagem do século XV.



Fonte: Wikimedia Commons (2023)

Outra Instituição de Ensino que tem destaque na linha temporal da antiguidade é a Universidade de Oxford – fundação em 1096 – localizada no Reino Unido e a primeira de língua inglesa. Na França, tem-se a Universidade de Paris com registro aproximado de 1170. Na sequência tem-se a Universidade de Cambridge, instalada no Reino Unido em 1209. Quase uma década depois, em 1218, surge a Universidade de Salamanca, na Espanha. E em 1290, é fundada a Universidade de Coimbra, em Portugal. Na Figura 4, visualiza-se um cortejo de autoridades da Universidade de Coimbra.

Figura 4 - Cortejo das autoridades universitárias da Universidade de Coimbra



Fonte: Site da Universidade de Coimbra (2023)

As instituições educacionais de nível superior, citadas acima, são as mais antigas do mundo em atividade. A Universidade de Paris, entretanto, foi dividida em 1970 em outras instituições universitárias. Já as universidades de Salamanca e Coimbra, tiveram influência na colonização de alguns países do Continente Americano e tornaram-se modelo para as universidades brasileiras, o que justifica o breve relato acima para o caminhar da pesquisa. Dessa maneira, seguem-se os estudos desta tese pelo território brasileiro.

3.1.2 Histórico das universidades brasileiras

No Brasil colonial, conforme Viana (1998), havia os ensinamentos feitos pelos jesuítas com objetivo de catequização e depois houve a preparação de sacerdotes. Segundo o autor, algumas aulas régias, ou seja, aulas que constituíam em um conteúdo autônomo eram oferecidas por professores leigos a serviço de Portugal (Viana, 1998). Essas aulas aconteceram na época em que o diplomata e primeiro-ministro português, Sebastião José de Carvalho e Melo, intitulado Marquês de Pombal, implantou a Reforma Pombalina no Brasil (período de 1750 a 1777) e marcou as mudanças no ensino brasileiro.

Conforme Anísio Teixeira (1989, p. 65), até o começo do século XIX, “a universidade do Brasil foi a Universidade de Coimbra, onde iam estudar os brasileiros, depois dos cursos no Brasil nos reais colégios dos jesuítas”. Conforme o autor, no século XVIII, os estudantes brasileiros cursavam um ano no Colégio de Artes de Coimbra e depois ingressavam nos “cursos superiores de Teologia, Direito Canônico, Direito Civil, Medicina e Filosofia, nesta última, depois da reforma de 1772, incluídos os estudos de ciências físicas e naturais”

(Teixeira, 1989, p. 65). Na Universidade de Coimbra, segundo Teixeira (1989), estudantes brasileiros não eram considerados estrangeiros, assim, “graduaram-se, nos primeiros três séculos, mais de 2.500 jovens nascidos no Brasil” (Teixeira, 1989, p. 65).

A vinda da família real para o Brasil, segundo Viana (1998, p. 42), “facilitou o surgimento de aulas e cursos de Artes e Música, cursos militares, cursos para servidores da Coroa, aulas avulsas de direito e medicina que deram origem às primeiras universidades”. Para ilustrar o percurso histórico, o autor descreve a ordem cronológica de criação de algumas escolas de nível superior:

1869 – Escola Agrícola de Minas, em Juiz de Fora; 1874 – Escola Politécnica do Rio; 1875 – Escola de Minas, em Ouro Preto; 1877 – Escola de Agronomia da Bahia; 1920 – Escola Superior do Rio de Janeiro; 1931 – Universidade do Brasil; 1934 – Universidade de São Paulo; 1945 – Reconhecimento da autonomia da Universidade de São Paulo; 1953 – Reconhecimento da autonomia da Universidade de Pernambuco (Viana, 1998, p. 42).

Para uma melhor visualização desse percurso da educação superior no Brasil, faz-se necessária destacar as primeiras Instituições de Ensino Superior (IES), as “universidades” brasileiras em atuação e que usam atualmente a palavra universidade em seu nome.

Embora a Universidade Federal do Amazonas apareça no topo da lista do Quadro 4, respeitando a ordem de criação por lei, ainda assim, foi criada como ‘Escola’ apesar de possuir o conceito de universidade em seu complemento ‘Escola Universitária Livre de Manaus’ e depois tornou-se a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) que comemorou em 2023 os seus 114 anos.

Na Figura 5 é apresentada a fachada do prédio da Faculdade de Direito da UFAM e foto dos primeiros formandos da Faculdade de Direito da UFAM. A ocasião da publicação da referida imagem em 2015, foi em comemoração aos 100 anos da formatura da primeira turma. A imagem dá em destaque na foto, na parte de cima do lado esquerdo do Reitor Astrolábio Passos & Henrique José Moers (1910 – 1926) (UFAM, 2015).

Figura 5 – Fachada do prédio da Faculdade de Direito da UFAM e foto dos primeiros formandos da Faculdade de Direito



Fonte: UFAM (2015)

Por outro lado, a primeira IES criada com a denominação de universidade foi a Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1920. Segundo Kunsch (1992), o objetivo de sua criação é bastante questionável, pois teve como finalidade “outorgar ao rei da Bélgica, Alberto I, o título de *‘doctor honoris causa’*, que depois viria a desaparecer” (Kunsch, 1992, p. 30). O Quadro 4 apresenta lista com data de criação das primeiras universidades brasileiras.

Quadro 4 - Histórico das primeiras universidades brasileiras

IES	Ano de Criação	Lei/Decreto	OBS
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	1909	Lei nº. 601, de 8 de outubro de 1909	Primeira IES de nível superior – Escola Universitária Livre de Manáos.
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	1920	Decreto n. 14.343/1920	Primeira IES com a denominação Universidade
Universidade de São Paulo (USP)	1934	Decreto n. 6283/1934	Primeira Universidade com sede na Capital do Estado de São Paulo.
Universidade do Distrito Federal (UDF)	1935	Decreto Municipal do Rio de Janeiro nº5.513/1935	Foi instituída no Rio de Janeiro, na época Capital da República.
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ)	1946	Decreto 8.681/1946	Primeira Universidade Católica
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	1946	Decreto 9.388/1946	11 de agosto de 1946, data de fundação da Universidade do Recife (UR)
Universidade Federal Fluminense (UFF)	1960	Lei n. 3.848/1960	Criada inicialmente como Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, com sede em Niterói.
Universidade de Brasília (UnB)	1961	Lei n. 3.998/1961	Brasília tinha dois anos quando foi criada a UnB

Fonte: sites das instituições de ensino citadas (2023) e Viana (1998). Adaptação da autoria

Percebe-se pelos excertos acima que o início da educação superior no Brasil se dá nas escolas profissionais e superiores e em um conjunto de faculdades. Já as universidades

surtem em um processo tardio. Pode-se perceber a extensão territorial do Brasil atualmente e a localização dos Estados litorâneos das regiões nordeste e sudeste onde foram instaladas as primeiras universidades brasileiras, em especial: Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco (Figura 6).

Figura 6 - Mapa Político do Brasil



Fonte: IBGEeduca (2023), com marcações dos Estados feitas pela autora.

Pelo mapa político do Brasil atual (Figura 6), visualizam-se os espaços onde estavam localizados os primeiros territórios universitários brasileiros. Conforme a Figura 6, esses territórios concentraram-se na região sudeste do país, no Rio de Janeiro (capital do Brasil de 1763 a 1960, ano em que a atual capital do país passou a ser Brasília) e em São Paulo.

Para ilustrar a presença universitária no Brasil, abaixo são apresentadas as fachadas dos prédios das primeiras Universidades. A Figura 7 mostra o Palácio Universitário, no campus Praia Vermelha, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Na sequência

tem-se a imagem da fachada da Faculdade Nacional de Direito da referida Universidade (Figura 8).

Figura 7 - UFRJ - Palácio Universitário, no campus Praia Vermelha |



Fonte: Acervo SGC/COM/UFRJ, 2024

Figura 8 – Fachada do prédio da Faculdade Nacional de Direito - UFRJ



Fonte: acervo SGC/COM/UFRJ, 2024

A imagem da Universidade de São Paulo (USP) em 1934 é apresentada na Figura 9 e na Figura 10 a colação de grau da turma de 1973 da Faculdade de Direito da USP (Demato, 2013). Vale ressaltar, que o objetivo não é a observação dos prédios. Eles são trazidos como símbolos da universidade em seu território para auxiliar no entendimento da extensão da territorialidade e dinâmica cultural. O foco deste estudo são as cerimônias de colação de grau, como exemplo na Figura 10, que fazem parte do percurso da pesquisa exploratória desta tese.

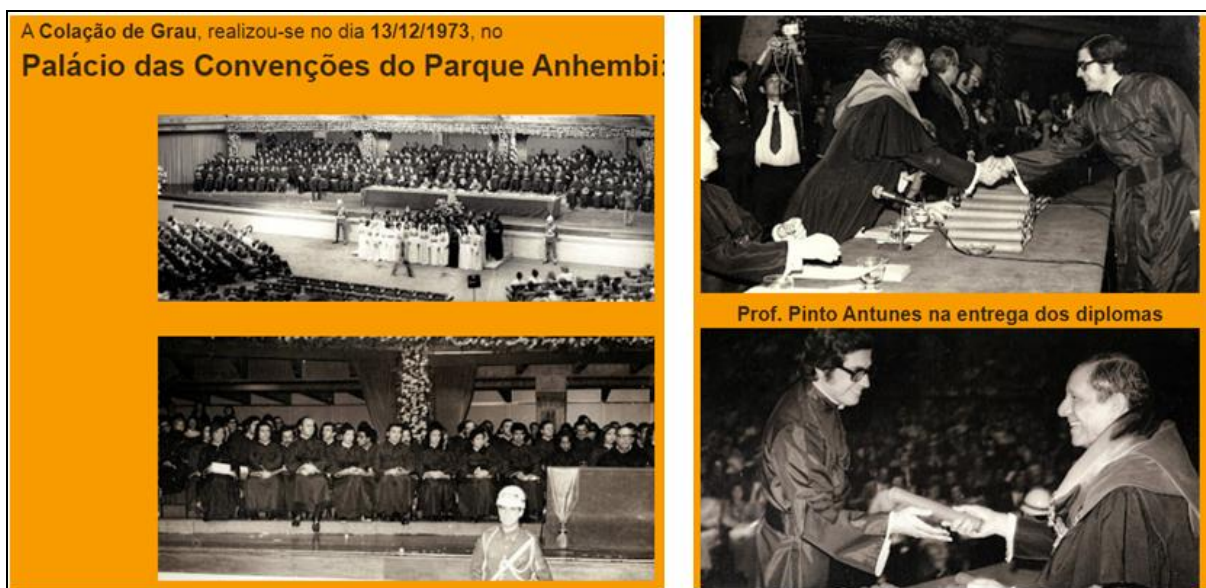
Figura 9 – Universidade de São Paulo (USP)



Fonte: USP, 2024

Pode-se observar, na Figura 10, grandiosidade da cerimônia de Colação de Grau realizada no Palácio das Convenções do Parque Anhembi, em 13 de dezembro de 1973. Percebe-se a presença de símbolos do rito da outorga do grau de bacharel como: uso da beca (vestimenta) e a entrega do canudo.

Figura 10 – Colação de Grau da Faculdade de Direito da USP - 1973



Fonte: Blog do Delmanto, 2013.

A Figura 11 traz a imagem dos formandos do Curso de Direito da PUC do Rio de Janeiro em 1946. Observa-se na fotografia que todos estão trajados com a beca na cor preta. No entanto não dá para visualizar a cor exata da faixa na cintura das pessoas porque a imagem está em preto e branco.

Figura 11 – Formando de Direito da PUC-Rio - 1946



Fonte: Núcleo de Memória PUC-Rio

O Brasil é um país de grande extensão territorial, dividido em cinco Regiões: Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste. É uma República Federativa composta de Estados, Municípios e Distritos. Atualmente possui 26 Estados e o Distrito Federal e a abordagem sobre o ano de criação desses territórios tem sua relevância no quesito: cerimonial, ritos e protocolo.

Portanto, como será explanada mais adiante no capítulo sobre o tema, a precedência dos Estados é determinada pelo ano de sua criação. Logo, o Estado de Mato Grosso do Sul (MS), foco deste estudo, dentre os 27 nomes que perfazem a lista das unidades federativas do Brasil, encontra-se em 23º lugar. Como o objetivo desta pesquisa é ‘analisar as simbologias do rito da solenidade da colação de grau na memória do curso de Direito da Universidade Católica Dom Bosco, no contexto do desenvolvimento local’, sendo essa a mais antiga da capital do Estado de Mato Grosso do Sul, que é um dos cinco estados mais novos do território brasileiro, faz-se relevante a descrição do histórico da universidade pesquisada.

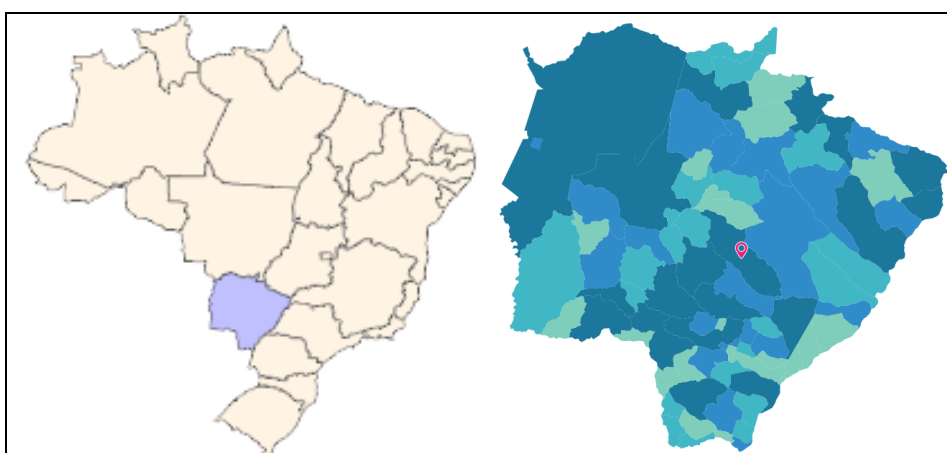
3.1.3 Histórico da Universidade Católica Dom Bosco

O território sul-mato-grossense está localizado na região Centro-Oeste do Brasil. Como se pode observar na Figura 12, do lado esquerdo está o mapa do Brasil e o referido estado em destaque na cor lilás. O território citado faz divisa com Mato Grosso e Goiás que

estão ao norte; ao sul tem-se o Paraná e o país vizinho Paraguai; no lado leste estão São Paulo e Minas Gerais e a oeste faz fronteira com os países Paraguai e Bolívia. No lado direito da imagem (Figura 12), tem-se o mapa estadual com um ponto em vermelho destacando sua Capital, que é o município de Campo Grande. Esse é o recorte territorial desta pesquisa que visa uma observação em âmbito municipal.

É importante reforçar que a delimitação do estudo se faz com o curso de Direito da Universidade mais antiga com sede em Campo Grande: a Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). A instituição de ensino iniciou suas atividades no início da década de 1960, que na época era o estado de Mato Grosso (Tada, 2016 a). A divisão dos Estados aconteceu em 11 de outubro de 1977, pela sanção presidencial de Ernesto Geisel. A concretização da divisão se deu em janeiro de 1979.

Figura 12 - Mapas do Brasil e do Mato Grosso do Sul



Fonte: IBGE.educa (2023)

A UCDB está localizada em Campo Grande, no Estado de Mato Grosso do Sul. Sua história começa em 1961 quando foi criado o primeiro centro de educação superior do então Estado de Mato Grosso, a Faculdade Dom Aquino de Filosofia Ciências e Letras (FADAFI), conforme informações do portal da própria instituição (UCDB, 2023).

No ano de 1965 criou-se a Faculdade de Direito (FADIR); depois, em 1970, surgiu a Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis de Administração (FACECA) e, em 1972, a Faculdade de Serviço Social (FASSO). Em 1976, os Salesianos reuniram todas as faculdades para dar início a Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso (FUCMT) pelo Parecer nº 1.907/76, aprovado pelo Conselho Federal de Educação (UCDB, 2023).

Entre os anos de 1986 e 1989, a Coordenadoria de Planejamento, Avaliação, Pesquisa e Extensão elaborou a Carta-Consulta ao Ministério da Educação, documento que

oficialmente buscava a transformação em universidade das então Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso. Em 1991, iniciou-se a ‘Fase de Acompanhamento da Instituição’, para comprovação de seu amadurecimento acadêmico-administrativo (UCDB, 2023).

No dia 27 de outubro de 1993, pela Portaria nº 1.547, do MEC, segundo dados históricos do Portal da UCDB (2023), as Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso (FUCMT) transformaram-se na atual Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Atualmente a UCDB oferece cursos de graduação em bacharelado, licenciatura e cursos tecnólogos, disponibiliza também Cursos de Pós-Graduação *Latu Sensu* e *Strictu Sensu* (Mestrado e Doutorado), Formação Continuada e Educação a Distância (cursos de graduação).

Nota-se que a UCDB nasceu como faculdade na década de 1960, tendo como uma das faculdades a de Direito, e torna-se universidade 32 anos depois. Observa-se que foi criada no mesmo ano da Universidade de Brasília (UnB), em 1961, e um ano depois da Universidade Fluminense (UFF). Na sequência dos estudos sobre essas IES, faz-se importante trazer o histórico do curso de Direito da UCDB em Mato Grosso do Sul. Antes, para uma melhor compreensão sobre o curso, descreve-se um breve histórico sobre a profissão ‘advogado’.

3.1.4 Histórico da OAB e sua relação com o curso de Direito em Mato Grosso do Sul

O curso de Direito é um dos mais tradicionais do Brasil e seus estudos, pelos registros históricos do início do século XX, faziam parte da primeira instituição de ensino superior do Brasil, a então denominada Escola Universitária Livre de Manaus, na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais (UFAM, 2023, *on-line*).

É uma profissão, que dependendo do seguimento laboral, como é o caso dos juízes dos tribunais, usam as simbologias das vestimentas, herdadas da cultura europeia da Idade Média, assim como o corpo acadêmico das universidades nas cerimônias protocolares. Essa ligação cultural das simbologias trazidas de um tempo remoto e de territórios distantes do Brasil é que estimula as reflexões desta pesquisa no quesito da história, tradição, ritos, símbolos e memória.

Na continuação da busca pela compreensão da história do curso de Direito em Mato Grosso do Sul, faz-se importante saber a respeito do órgão competente para registrar, fiscalizar e disciplinar a profissão regulamentada como ‘Advogado’. No caso dessa profissão, o órgão é o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, que no Estado pesquisado é a OAB - Ordem dos Advogados do Brasil – sessão MS.

Conforme breve histórico descrito no *site* da OAB-MS, a criação da Ordem data de 1843, como Instituto dos Advogados do Brasil. Somente em 1930, ou seja, 87 anos depois foi instituída a Ordem dos Advogados. Conforme Casadei (2019), Campo Grande, município do então Estado de Mato Grosso, era comarca judiciária desde 1910. Em 1933 passou a ser Subseção. “Antes da divisão de Mato Grosso, havia somente cinco Subseções no sul do Estado (território que depois passou a pertencer a MS): Campo Grande, Corumbá, Três Lagoas, Dourados e Aquidauana” (Casadei, 2019, p. 95). Conforme a autora a Subseção de Campo Grande foi extinta em 1º de janeiro de 1979 com a criação do novo Estado, e a consequente implantação da Seccional de Mato Grosso do Sul.

Tal como a simbologia das vestimentas usadas nas solenidades universitárias a palavra ‘ordem’ também remonta à Idade Média, bem como, o significado do ‘advogado’.

A palavra Ordem, oriunda da tradição francesa, está vinculada à tradição da Idade Média, podendo ser entendida como um conjunto estatutário que determina um modo de vida reconhecido pela religião católica, tal como à Ordo Clericorum ou às ordens de cavalaria. O advogado era então uma espécie de cavaleiro das leis. Apesar da Revolução Francesa ter extinto todas as corporações profissionais, a tradição manteve-se quanto à denominação da palavra Ordem, inspirando o nome de várias entidades corporativas relativas aos advogados em diversos países, inclusive em Portugal e no Brasil (OAB-MS, 2023, *on-line*,).

O relato exposto traz o entendimento histórico sobre o significado da palavra ‘ordem’ como oriunda da França da Idade Média e o reconhecimento do estilo de organização estatutário que deliberavam sobre a vivência em sociedade. Assim com a breve descrição do histórico da UCDB e da OAB, passa-se a continuação para a história do primeiro Curso de Direito do MS (Quadro 5).

Quadro 5 – Dados do Curso de Direito da UCDB

Curso	Direito
Data do início de funcionamento do curso	01/03/1966
Idade do Curso (em 2024)	58 anos
Duração do Curso	5 anos (10 semestres)
Modalidade de curso	Bacharelado
Tipo de ensino	Presencial
Turmas/Turnos	Matutino e Noturno
Vagas	Não informado

Fonte: Portal da UCDB (2024). Adaptação da autora.

Dessa forma, tem-se como estudo o Curso Direito da UCDB, que possui atualmente, em 2024, 58 anos. Como apresentado no Quadro 5 - Dados do Curso de Direito da UCDB: é uma modalidade de bacharelado; com duração de cinco anos, ou 10 semestres; realizada de forma presencial; e em dois turnos ou turma (matutino e noturno). Iniciou como Faculdade de Direito (FADIR), em 1º de março de 1966. Foi uma das pioneiras no Sul do então Estado de Mato Grosso, com quatro anos de diferença do início das atividades da FADAFI, que foi a primeira a ser instalada no município de Campo Grande (Quadro 5).

Sobre a gestão do curso, foi realizado um levantamento de dados históricos em 2006 por dois professores da UCDB: Adhemar Mombrum de Carvalho Filho (falecido em 2014) e Vilma Maria Inocêncio Carli. Essas informações foram publicadas na revista da instituição, em 2016, na edição que trouxe como matéria de capa os 50 anos do Direito da UCDB. Na descrição é relembrada a passagem dos precursores no curso.

Uma das informações descritas foi sobre o primeiro vestibular, no qual foram oferecidas 150 vagas. No entanto, 99 começaram o curso. Conforme o relato dos professores, descrito por Tada (2016a, p. 13), alguns possuíam formação universitária, “eram médicos, dentistas, oficiais de justiça e oficiais do exército nacional, todos abraçando a carreira jurídica, visando a um aprimoramento intelectual, social e a conquista de novos mercados”. A jornalista observa que os primeiros estudantes tinham uma experiência profissional e que, em tempos mais recentes, o público que inicia no curso é de jovens, na primeira graduação.

Para ilustrar as conquistas desses estudantes em ‘meio século de história’ do curso de Direito da instituição, a edição comemorativa da Revista Inspira UCDB, de 2016, elaborada pela Diretoria de Comunicação da Universidade Católica Dom Bosco, por meio de sua Assessoria de Imprensa, trouxe imagens do arquivo pessoal dos professores Adhemar e Vilma Maria das primeiras colações de grau da então FUCMT, como se pode visualizar (Figura 13).

Figura 13 - Imagens das primeiras colações de grau do Curso de Direito FUCMT



Fonte: Revista Inspira (2016)

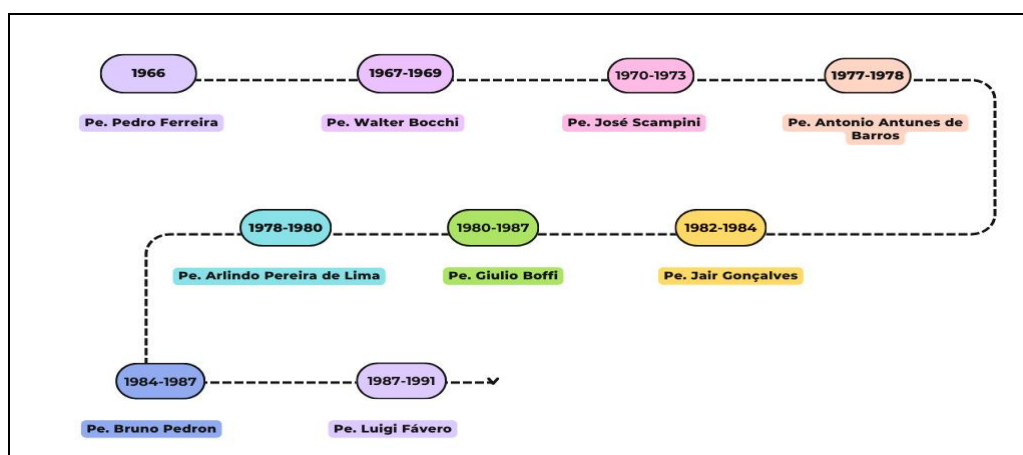
Nessa toada de apresentação dos desbravadores do curso, sabe-se que no começo havia um diretor e um coordenador. O primeiro diretor da FADIR, foi o Pe. Pedro Ferreira.

Queria ser diretor de uma Faculdade e que esta fosse a Instituição melhor do mundo, para isso dedicou-se de corpo e alma. E conseguiu o seu objetivo, porque a FUCMT não foi uma das melhores faculdades do mundo, mas se pode dizer que foi a melhor do Centro-Oeste do Brasil”, relatam os organizadores do livro, que não chegou a ser publicado (Tada, 2016 a, p. 13).

Além do referido diretor, administraram a Faculdade de Direito, na sequência:

Pe. Walter Bocchi (1967 a 1969); Pe. José Scampini (1970 a 1973); Pe. Antonio Antunes de Barros Sobrinho (1977 a 1978); Pe. Arlindo Pereira de Lima (1978 a 1980); Pe. Giulio Boffi (1980 a 1987); Pe. Jair Gonçalves (1982 a 1984); Pe. Bruno Pedron (1984 a 1987); e Pe. Luigi Fávero (1987 a 1991) (Tada, 2016 a, p. 13).

Figura 14 – Linha do tempo dos Diretores da FADIR.



Fonte: Adaptado de Tada (2016)

Nota-se que, de 1966 a 1991, em um período de 25 anos, a FADIR foi administrada por nove padres (Figura 14). Com o registro da última gestão de diretor da FADIR, pelo Pe. Luigi Fávero, compreende-se o encerramento das atividades da Faculdade de Direito, integrante das Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso (FUCMT). Esta, a partir do desejo de tornar-se universidade, iniciou em 1991, como já mencionado anteriormente a fase de comprovação exigida pelo Ministério da Educação e Cultura até tornar-se a UCDB em 1993.

Na continuação sobre a descrição dos gestores do curso de Direito, ao lado do diretor, havia o coordenador. É uma função que ainda se mantém, e foram ocupados por: Marilza

Lúcia Fortes, Adhemar de Carvalho Mombrum Filho, Benjamim Pádua, Nicolau Abraão, Victoriano Menezes de Villamil, Renato da Rocha Ferreira, Maucir Pauletti e Elaine Cler Alexandre dos Santos (Tada, 2016 a, p. 13).

Em 2016, a UCDB comemorou cinco décadas de atividade do curso, “na formação de desembargadores, juízes, procuradores, promotores, defensores públicos, advogados e bacharéis, desde as Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso (FUCMT)” (Tada, 2016b, *on-line*). Para marcar esse momento, no Dia do Advogado do referido ano, a Universidade homenageou 50 personalidades entre egressos, professores, ex-diretores e salesianos que, segundo Tada (2016b, *on-line*), fizeram parte da “construção e consolidação da graduação mais tradicional de Campo Grande”.

Ainda, conforme Tada (2016b, *on-line*), o curso de Direito, na época em que completou 50 anos, possuía “2.800 acadêmicos nos dez semestres, nos períodos matutino e noturno, além de 60 professores, especialistas, mestres e doutores em Direito”. A autora, em notícia publicada no portal da UCDB, entrevistou o Reitor da época, o padre Ricardo Carlos, que trouxe em sua fala informações relevantes:

O curso é uma referência para o Estado: foi o primeiro a ser criado no sul do então Mato Grosso e é o maior em número de acadêmicos e professores. Foram gerações e gerações de profissionais do Direito que se formaram e hoje exercem diferentes funções em nossa sociedade, sempre se orgulhando de suas raízes salesianas, avaliou o Reitor de UCDB, Pe. Ricardo Carlos (Tada, 2016b, *on-line*).

Percebe-se nos dizeres do, então reitor da UCDB, a grandiosidade e importância da referida graduação em termos de quantitativo de pessoas que perpassaram pelo curso, seja como discente ou como docente. Nessa perspectiva, visualiza-se ainda o quesito ‘tradição’ do curso, termo usado por Tada (2016a, p.11) ao descrever sobre a “formação dos operadores do Direito em Mato Grosso do Sul”. Assim, a assessora de imprensa, destacou a “tradição e qualidade na formação acadêmica” do Direito.

Pode-se observar dados recentes do quantitativo de pessoas que colaram grau nos anos de 2022 e 2023 (período desta pesquisa) e como continua expressivo a quantidade de formandos. Conforme dados obtidos com a Coordenação do Curso de Direito da UCDB, 603 pessoas conquistaram o título de Bacharel em Direito no referido período, sendo 350 bacharéis no ano de 2022 e 253 em 2023 (Quadro 6).

Quadro 6 - Quantitativo de pessoas que colaram grau em 2022 e 2023

Direito UCDB - número de formados 2022 e 2023		
PERÍODO	2022	2023
Matutino	209	115
Noturno	141	138
TOTAL	350	253
TOTAL GERAL 2022/2023	603	

Fonte: Elaboração própria com informações da coordenação do Curso de Direito UCDB/2023

Esse tradicionalismo, no sentido da passagem do conhecimento de gerações no meio acadêmico, ganha destaque ao se observar sua extensão para o seio familiar. Silvia Tada (2016a) relata em seu texto a história do Procurador-geral de Justiça, Paulo Cesar dos Passos, na qual “o Direito passou do pai, Aparecido dos Passos, para os filhos, Paulo e Aparecido dos Passos Júnior, hoje Procurador-chefe da Advocacia Geral da União (AGU). Todos são egressos da FUCMT” (Tada, 2016a, p. 15).

Outro caso citado por Tada (2016 a) é o da Desembargadora Tânia Garcia de Freitas Gorges, egressa do curso de Direito e que guarda boas recordações da graduação.

O curso sempre foi uma opção, já que pai, tios e primos faziam parte da Justiça Militar Federal. Chegou a cursar seis meses de Pedagogia, mas depois mudou de curso. “No Direito, realmente me encontrei. Lembro-me do Pe. José Sampini, que dava a disciplina de Filosofia do Direito e despertava nos acadêmicos um interesse político, social ... Ele era entusiasta, cobrava muita uma participação, uma atuação dos acadêmicos e isso tudo foi importante demais para a minha formação jurídica, social, política ...”, relembrou (Tada, 2016 a, p. 15).

Pelas declarações acima nota-se a importância da trajetória acadêmica, os anos de estudos, a influência da família e dos professores, a dedicação desses docentes na gestão do curso e das disciplinas ministradas, para a formação e desenvolvimento do indivíduo no campo pessoal e profissional. Diante do exposto, perfaz como marco de encerramento de cinco anos de estudos, a cerimônia de Colação de Grau de Bacharel em Direito. Essa é uma sessão solene pública, - que abarca ritos e símbolos -, realizada pelas Instituições de Ensino Superior (IES) no momento da conclusão do curso para que o futuro profissional possa obter o tão almejado certificado.

A colação de grau é um ato obrigatório para que os estudantes possam receber o certificado de graduação. Esse ato possui duas modalidades, de acordo com o Guia de Eventos da Rede Federal (Brasil, 2017): a colação em gabinete (sem a participação pública e sem as vestes talares, onde há a presença do concluinte, do reitor e do responsável pela

redação da ata); e a sessão solene (aberta ao público, com o uso de vestes talares, composição da mesa de honra, execução do Hino Nacional, juramento, outorga de grau e discursos).

Como bem pontua Àvila (2000, p. 75): “Todas as conquistas comunitárias precisam ser explicitadas, comemoradas e difundidas”. Segundo o pesquisador, a socialização de informações é uma eficiente estratégia de incentivo para o engajamento, colaboração e partilha de ideias e ações e são assumidas como bens-comuns. O autor acrescenta que as celebrações fortalecem laços e que não devem ser esquecidas ou banalizadas no processo do desenvolvimento local.

Nessa perspectiva compreende-se que o desenvolvimento em escala humana é fator preponderante para outras escalas de desenvolvimento (Elizalde, 2000); e que o cerimonial universitário é um dos meios de comunicação para explicitar, comemorar e difundir as conquistas da comunidade acadêmica e dos agentes envolvidos. Assim, faz-se necessário um melhor entendimento sobre o cerimonial, o protocolo, os ritos e os símbolos característicos das IES, bem como suas memórias, histórias e tradições.

3.2 Cerimonial: história, tradição e modernidade

As cerimônias, por mais tradicionais que sejam, sempre passaram por evolução e adaptação ao contexto sociocultural da época e lugar. Aquilo que há 100 anos fazia sentido, nos tempos atuais talvez não faça mais. Dessa forma, as tradições evoluem e surgem outras. Tem-se como exemplo as vestes nas cerimônias universitárias e suas cores. Na antiguidade, usava-se a samarra – chamada também de muceta, murça, simarra ou pelerine -, que era uma capa campesina com capuz feita de pele animal (de velocino - pele recoberta com lã). Na atualidade, as IES usam as capas, sem o capuz, em tecido de veludo ou cetim.

A mudança no material usado na confecção da vestimenta e sua modernidade encontram como uma das justificativas as condições climáticas, nas quais os territórios universitários estão localizados. É o caso citado por Velloso (2001, p. 40) sobre o uso da pelerine na Universidade de Brasília: “A UnB está localizada no Planalto Central, tendo, em quase todo o ano, clima quente e seco. Assim, adotou-se a pelerine, levando em consideração a melhor adequação das vestes talares”. A autora descreve, ainda, que a pelerine usada pelo reitor da universidade é feita em cetim ‘duchése’ na cor branca, com gola de padre, fecho com cordão trançado, também na cor branca, e ornada com aplicações na cor dourada.

De acordo com Silva (2003, p. 49), a samarra ou pelerine na cor branca é de uso exclusivo dos Reitores. Segundo o autor, “Na Idade Média era confeccionada de pele de carneiro, tratada até alcançar grande alvura”. Por essa explanação, o autor traz o

entendimento da origem da cor branca pelo indicativo da herança medieval do tratamento da pele animal e, assim, compreende-se a simbologia das vestimentas e suas cores, sua história e tradição e as mudanças ocorridas ao longo do tempo e do espaço.

Outro exemplo de mudanças são as simbologias das cores das vestes representativas aos graus acadêmicos. Conforme Viana (1998), as áreas do conhecimento são representadas pelos reinos da natureza: Ciências Exatas e da Natureza - Reino Mineral (cor azul); Ciências Jurídicas e Sociais - Reino Animal (cor vermelha); Ciências da Saúde – Reino Vegetal (cor verde); e branca, que é a concentração de todas as áreas. No entanto, o autor destaca que:

O interesse pela comercialização de produtos aliado ao desconhecimento das pessoas tem proporcionado o exercício da criatividade que satisfaz o ego pessoal. Assim, a cada curso, tenta-se associar uma cor específica o que é incorreto, pois as cores se referem às três áreas de conhecimento já mencionadas e não a cada curso isoladamente (Viana, 1998, p. 95).

Ao discorrer sobre seu ponto de vista, o autor acrescenta que no passar dos tempos, a tradição e os costumes ampliaram o leque de cores das vestes talares. O que antes eram representativas do saber – branco, azul, vermelho e verde -, passaram a representar os graus acadêmicos e os formandos. Essa mudança é justificada pelo autor ao citar a relação com as cores das pedras preciosas dos anéis de grau (Viana, 1998). É pela associação com as pedras, representativas dos cursos, que Viana (1998) entende ser erroneamente interpretada como as cores das vestes talares. No seu entendimento, o correto seria o uso das cores pela área do conhecimento, representadas pelos reinos da natureza.

Percebe-se que as tradições, como no caso dos exemplos citados sobre o modo de vestir para uma cerimônia, fazem parte da identidade de uma comunidade instalada em uma localidade, em um território, no caso deste estudo, têm-se as universidades. A maneira como são vividas podem evoluir, então modificar conforme as demandas ou necessidades da cultural local. Portanto, entende-se que a cultura é fluida e novas simbologias e formas de serem realizadas são agregadas e/ou deixam de serem realizadas ou usadas.

Nas palavras de Laraia (2001, p. 94), “A cultura é dinâmica”. Segundo o antropólogo brasileiro, “cada sistema cultural está sempre em mudança” e acrescenta sobre a importância de entender a dinâmica “para atenuar o choque entre as gerações e evitar comportamentos preconceituosos” (Laraia, 2001, p. 101). Antes de chegar a essas conclusões, o autor foi buscar na história o conceito de cultura e encontra, no final do século XVIII e início do seguinte, a expressão “*kultur*” da língua germânica, que significava “todos os aspectos

espirituais de uma comunidade”, e na francesa “Civilization referia-se principalmente às realizações materiais de um povo” (Laraia, 2001, p. 25).

Esses esforços iniciais de conceituar cultura, como leciona Laraia (2001), foram condensadas em uma definição elaborada por “Edward Tylor (1832-1917) no vocábulo inglês *Culture*” (Laraia, 2001, p. 25). Nas palavras de Tylor (1958) a cultura é abordada no sentido etnográfico, “é aquele todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (Tylor, 1958, p. 1). Segundo Laraia (2001, p. 30) essa foi a “primeira definição de cultura que foi formulada do ponto de vista antropológico” e que é utilizada.

Sob a ótica da semiologia, o antropólogo norte-americano Clifford Geertz (2019) defende o conceito de cultura como “teias de significados” tecida pelo próprio homem (Geertz, 2019, p. 4). Em sua concepção, a cultura é “uma ciência interpretativa, à procura do significado” (Geertz, 2019, p. 4). O pesquisador explica que a essência da antropologia interpretativa é disponibilizar respostas de outros pesquisadores. Conforme Geertz (2019, p.21), “olhar as dimensões simbólicas da ação social – arte, religião, ciência, lei, moralidade, senso comum – não é afastar-se dos dilemas existenciais da vida em favor de algum domínio empírico de formas não emocionalizadas; é mergulhar no meio delas”.

Desse modo, entende-se que a cultura é um composto de símbolos e representações que carrega em seu bojo os significados e os direcionamentos da vida em sociedade. Nas palavras de Hall (2020, p. 31), cultura “é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos”. O autor ainda acrescenta que a cultura produz sentido, ou seja, “sentidos com os quais podemos nos identificar” (2020, p.31). Em continuação a sua explanação, destaca que os sentidos estão nas histórias contadas, nas memórias que fazem conexão entre passado e presente, bem como, nas imagens que são construídas a partir de memórias e histórias (Hall, 2020).

Nessa discussão sobre a cultura, levam-se as reflexões acima para o contexto das instituições de ensino na perspectiva organizacional. Para o pesquisador português Nóvoa (1995, p. 29), a cultura “enquanto elemento unificador e diferenciador das práticas da organização, comporta dimensões de integração das várias subculturas dos seus membros e de adaptação ao meio social envolvente”. Nessa linha de pensamento das interações culturais, defende a ideia da cultura organizacional sistematizada em duas partes: “numa zona de invisibilidade (bases conceptuais e pressupostos invisíveis) e numa zona de visibilidade (manifestações verbais e conceptuais; manifestações visuais e simbólicas; manifestações comportamentais)” (Beare, 1989, *apud* Nóvoa, 1995, p. 30).

As colocações de Nóvoa (1995), com base em Beare (1989), corroboram para a compreensão dos caminhos culturais seguidos pelas organizações de ensino, em especial no quesito das simbologias da colação de grau, objeto deste estudo. Nessa percepção têm-se os pressupostos invisíveis como: valores, crenças e ideologias da universidade. E no visível, na abordagem da colação de grau, têm-se: protocolo, cerimonial, ritual e símbolos. Essas elucidações reforçam os princípios defendidos por Finol (2023, p. 1) sobre os fenômenos e processos comunicacionais que constituem a cultura. Assim, para o pesquisador: *“1) todo rito es un proceso de comunicación basado en un sistema de creencias; 2) toda ceremonia es un rito”*.

Nessa mesma lógica da cultura organizacional, no que tange à cultura acadêmica universitária, ritualizada em cerimônia de celebração de conclusão de um curso de nível superior, pode ser compreendida como um patrimônio cultural da referida comunidade. Esse entendimento se perfaz por ser uma cerimônia carregada de simbologias, inseridas na memória e na história, da humanidade, por uma tradição ritualística. Apesar de ser um ritual que possui algumas variações em conformidade a cultura local, carrega em seu bojo a essência da cultura do ritual da colação de grau conduzida por sentimentos de pertença a um grupo, a um território.

A cultura, conforme Porto *et. al.* (2024), está interligada ao desenvolvimento humano e, por conseguinte, com o desenvolvimento local. As autoras acrescentam que a intersecção entre esses três fatores está voltada para a identidade cultural, para as habilidades e para as competências da comunidade. A força do local assumi o processo de desenvolvimento formativo de seu patrimônio cultural.

Da mesma forma, Rezende e Castilho (2018, p. 18) compreendem o patrimônio cultural de uma comunidade imbricado no conceito de identidade, pois aflora nas pessoas o sentimento de pertença e continuidade histórica. Nas palavras das pesquisadoras, “patrimônio cultural é a soma dos bens culturais de um povo”. Em tal sentimento, o patrimônio ultrapassa a natureza física das coisas, pois a sua materialidade está conectada ao cotidiano das pessoas e é uma referência de memória viva de um bem cultural.

Nesse prisma da valorização patrimonial, a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Campo Grande (Sectur, 2019) aborda a temática do patrimônio cultural e traz sua definição como: “o conjunto de bens culturais recebidos de nossos ancestrais e os que deixamos às gerações futuras” (Sectur, 2019, p. 13). Para a Sectur (2019, p. 9-11), os bens de interesse cultural são divididos em cinco tipos:

- 1- Materiais – são os elementos tangíveis, palpáveis e concretos, como os monumentos, documentos, objetos artísticos, etc.
- 2- Imateriais – são intangíveis, não concretos e relacionados aos saberes, habilidades, crenças, práticas, expressões, representações, costumes e o modo de ser das pessoas, bem como técnicas referentes a instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais a eles relacionados.
- 3- Móveis – são passíveis de mobilidade, sem dano ou perda de sua essência, como: objetos artísticos, coleções arqueológicas, acervos museológicos etc.
- 4- Imóveis – bens cuja mobilidade causa danos, destruição ou perda de sua essência como: edifícios, paisagens naturais, núcleos urbanos e sítios arqueológicos.
- 5- Naturais – são constituídos por formações físicas, biológicas, geológicas, fisiográficas e sítios naturais, a exemplo de serras, parques e rios. São bens que exigem atenção especial por meio de proteção ao ambiente e ao patrimônio arqueológico, do respeito à diversidade cultural e às populações tradicionais.

Ao seguir, a tipologia apresentada, pode-se afirmar que o Cerimonial Universitário encaixa na categoria de bem cultural imaterial móvel. Chega-se a esse entendimento pelo fato do referido evento ser uma herança dos ancestrais da cultura universitária, ou seja, dos colonizadores do Brasil, que foram os portugueses e os espanhóis, dos quais se herdou a tradição do protocolo das cerimônias universitárias, os costumes, os saberes, seus ritos e símbolos. Esse tema será abordado com mais profundidade na próxima sessão que trata do ritual da Colação de Grau.

Percebe-se na declaração de Reinaux, ao prefaciар o livro do professor Orlando Enefino da Silva (2003) sobre o Cerimonial Universitário, o cuidado que alguns gestores universitários tinham com a preservação dos saberes protocolares das solenidades acadêmicas herdados dos ancestrais.

Por oportuno, dir-se-ia que o Cerimonial Universitário da nossa UFPE, nos seus albores, quando da junção de diversas faculdades, formando a Universidade de Recife, ganharia atenção e competência do Professor Jordão Emerenciano, a quem todos respeitavam pelo seu porte e sua conduta irreparável. Reitores austeros da época zelavam pela Liturgia das Cerimônias Acadêmicas, no trato e na busca da preservação do Cerimonial Universitário, cujas origens no Brasil, remontam ao Cerimonial da Universidade de Coimbra, Portugal (Reinaux, 2003, p. 13-4).

Reinaux (2023) bem pontua o zelo do professor João Emerenciano pelo ritual da cerimônia e a preocupação com a preservação desse evento que traz em seu cerne a identidade da cultura universitária. Por essa perspectiva, observa-se o ato protocolar da Colação de Grau, com seus ritos e símbolos, como um bem cultural imaterial do território universitário a ser

salvaguardado ante as possibilidades de mudanças culturais que porventura ocorram no futuro.

Inferese, sob a ótica do patrimônio cultural imaterial - que traz em sua vertente os saberes, a identidade e as memórias da comunidade universitária, a consequente contribuição da cerimônia de Colação de Grau para o desenvolvimento local do município, do estado e do país. Isso porque as localidades recebem os profissionais que passaram pela ritualística, pelo protocolo da Colação de Grau. Em consequência, esse evento se torna memória para gerações futuras. Assim, faz-se inerente, neste estudo, o entendimento do protocolo e do cerimonial universitário.

3.3 Protocolo e Cerimonial Universitário

A Cerimônia de Colação de Grau é a celebração da conclusão de um curso de nível superior. Pela sua formalidade, traz em seu bojo o protocolo, que é um conjunto de valores e normas, guiado por um cerimonial. Azzolin (2010, p. 19) define cerimonial como um “conjunto de normas ou formalidades que devem ser observadas”, principalmente em cerimônias oficiais. Veloso (2001) acrescenta que o objetivo é ordenar um ato solene ou evento público que demande formalidades.

O protocolo, que segundo a análise de Meirelles (2002), quanto à semântica da palavra, é aquilo que é muito formal. Seguindo essa linha de pensamento, Veloso (2001) enumera as formalidades das cerimônias que incluem: “procedimentos como disciplina, hierarquia, ordem, elegância, respeito, bom-senso, bom-gosto e simplicidade, que os profissionais de cerimonial seguem durante a organização e realização de atos públicos ou não” (Veloso, 2001, p.32). Enrique Finol (2023) complementa ao conceituar protocolo como um conjunto de normas, regras e valores que se estabelecem em um processo de comunicação.

Ao observar acontecimentos históricos das civilizações antigas percebe-se que o cerimonial possuía regras seguidas sistematicamente pelos povos conforme costumes de seu tempo. De acordo com Veloso (2001, p. 33), “Os austríacos elaboraram várias normas com refinados rituais para seus reis. Estes rituais passaram a ser difundidos e consagrados na maioria das cortes europeias”. A pesquisadora aponta que esses rituais foram aprimorados nos séculos XV e XVI, na Idade Moderna.

No Brasil, atualmente, também se segue normas como o Decreto nº 70.274, de 9 de março de 1972, que contém regras de cerimonial público e ordem de precedência, alterado pelo Decreto nº 83.186, de 19 de fevereiro de 1979. Essas normas orientam as solenidades,

considerando as tradições das instituições, assim como no caso de nosso estudo, as universidades.

Como visto no início desta seção, as primeiras universidades surgiram na Europa. Segundo Lordão (2019), o percurso histórico do embrião das instituições de ensino superior tem sua base na história da cultura humana, que perpassa por organizações de ensino da Idade Média como a Academia de Platão, o Liceu de Aristóteles e das escolas das grandes catedrais. A pesquisadora cita também que do emergir da cultura universitária é criada a figura do Reitor, que é a autoridade maior da universidade.

A partir da importância e significado do Reitor na instituição surgem as simbologias das vestimentas e dos ritos das cerimônias universitárias. Meirelles (2002) destaca que as vestes talares, usadas nas cerimônias, são símbolos de mérito. A autora aborda uma curiosidade da palavra ‘talares’ que em sua tradução de origem latina quer dizer vestes que vão até a altura dos calcanhares e acrescenta:

As vestes talares nas universidades foram adotadas na Europa a partir do Século XIII, com o surgimento da figura do Reitor. As utilizadas nas Universidades brasileiras são herança da Universidade de Coimbra – Portugal –, e tanto do Judiciário como das Universidades são outorgadas a seus membros quando da posse (Meirelles, 2020, p. 148).

A vestimenta é uma das simbologias que fazem parte do rito das cerimônias universitárias e em especial das cerimônias oficiais de Outorga de Grau aos concluintes dos cursos superiores. Conforme Lordão (2019, p.25), “as cerimônias públicas das universidades são lugares de memórias, símbolos, insígnias e vestimentas que oferecem força às narrativas de memórias oficiais”. Desse modo, as narrativas de memórias, sejam elas atuais ou passadas, passam a expressar formas de culturas locais.

Avelar (2012) aponta que essa cultura é instituída nas Universidades como um prêmio a ser conquistado, especialmente pelo valor de pertencimento, de realização pessoal e familiar. A conclusão de um curso de graduação, “além de benefícios para o aluno e para a família, deve também gerar para a instituição de ensino a certeza de que entregou à sociedade um profissional criticamente qualificado” (Avelar, 2012, p. 90).

Nas palavras de Bennett e Marques (2024), as múltiplas dimensões da vida de uma pessoa englobam o complexo processo de desenvolvimento humano. Entre as questões abordadas pelos pesquisadores está a relevância do ambiente social e cultural – nesse caso pode-se fazer analogia às Universidades - interligados aos conceitos de qualidade de vida

dos acadêmicos. As reflexões expostas corroboram com as ponderações de Avelar (2012) em relação ao valor de pertencimento e realização pessoal pela conquista do grau acadêmico.

A conclusão de um curso é a efetivação de um direito descrito na Declaração dos Direitos Humanos, artigo 26, na qual destaca que “Toda pessoa tem direito à educação”. Lima (2007) acrescenta que a educação, assim como outras formas de direito, está em conexão com o direito ao desenvolvimento. O autor aponta que “o direito humano ao desenvolvimento é um direito humano e da humanidade, tanto presentes quanto futuros. Em outras palavras, é direito individual, coletivo, presente e futuro” (Lima, 2007, p. 72).

Nesse contexto do direito humano à educação e do dever das instituições de ensino de entrega à sociedade de um profissional qualificado, e a consequente divulgação dessa entrega por meio do cerimonial, da comunicação institucional e da publicidade ativa, percebe-se a importância da Universidade na dinâmica das diversas escalas de desenvolvimento, seja local, humana, econômica, social, cultural. Segundo Lima (2020), a publicidade ativa é uma forma de divulgar uma informação de forma didática e sem que tenha que fazer um requerimento formal à instituição.

Nesse cenário de entrega à sociedade, a Universidade tem um papel importante na dinâmica do desenvolvimento local de um município, por exemplo. Segundo Ávila (2006), o desenvolvimento de uma comunidade depende dela mesma, que pode ter o apoio externo, no caso de uma instituição de ensino. O autor destaca que a comunidade local deve assumir “o desafio de afirmar-se como capaz, competente e hábil de tomar e somar iniciativas, esforços e criatividade para se tornar sujeito-agente do próprio desenvolvimento” (Ávila, 2006, p. 94-5).

Educação e desenvolvimento local estão ligados à formação de pessoas. Conforme Ferreira, Castilho, Leonel (2022), a instituição de ensino participa do desenvolvimento local com ações inovadoras e preparo das pessoas. Desta forma a comemoração de uma conquista, como a conclusão de um curso e o recebimento de um título de formação universitária, é segundo Ávila (2006), uma das dimensões do desenvolvimento social.

É pelas respectivas celebrações/comemorações comunitárias que os feitos e conquistas deixam de ser exclusivamente de fulano, beltrano e sicrano, estendendo seus raios e reflexos até às mentes e aos corações de todos aqueles que nelas acabam se sentindo comunitariamente incluídos. Por elas, se amalgama o orgulho da pertença a esta ou àquela comunidade, a este ou àquele município, a este ou àquele país (Ávila, 2006, p. 99).

Pela abordagem contemplada por Ávila (2006) sobre as celebrações e comemorações comunitárias e o sentimento de pertencer a um grupo, percebe-se a importância da realização

das cerimônias de formaturas universitárias sob o prisma do patrimônio cultural que reluz sobre a cultura, a identidade e a diversidade, em uma dinâmica local inserida no contexto do desenvolvimento dos membros da instituição universitária e de sua territorialidade.

Na próxima seção será discutido o rito da colação de grau como uma cerimônia de passagem dos estudantes do curso de nível superior para o profissional formado e pronto para atuar, com seus deveres e direitos como cidadão capacitado para o exercício da advocacia.

4 RITO DE PASSAGEM: RITUAL DA COLAÇÃO DE GRAU

No presente capítulo, são apresentadas as características do rito de passagem e do ritual da Colação de Grau nas Cerimônias Universitárias. Tem-se como objetivo destacar que a cultura dos ritos e símbolos apresentados nas cerimônias direcionadas por um protocolo acontecem como mecanismos da comunicação social e relações humanas e sociais, bem como, para fortalecer a memória afetiva, a história e a tradição universitária.

Este capítulo está estruturado em três subtítulos: 1. Do rito de passagem aos rituais de formatura: patrimônio cultural imaterial; 2. Do patrimônio cultural imaterial para modelos de identidade, cultura e memória em espaços territoriais e 3. A prática do ritual nas cerimônias de formatura.

4.1 Do rito de passagem aos rituais de formatura: patrimônio cultural imaterial

A priori, Castilho (2010, p. 1240) conceitua ritos como “um conjunto de práticas simbólicas”. Conforme a pesquisadora, repetem-se gestos e pronunciam-se palavras em uma repetição vívida de atualização de acontecimentos memoráveis. Nesse sentido afirma que “os rituais são testemunhos públicos de crenças de uma dada comunidade, que ao praticá-los não apenas reforça a sua unidade, também os sentimentos de pertença dos seus membros”. Por outro lado, Enrique Finol (2009, p. 55) conceitua rito sob o prisma da comunicação como:

Un proceso de comunicación constituido por un conjunto codificado de acciones simbólicas, articuladas en un espacio y un tiempo específicos, con un soporte corporal, que expresa valores y creencias de un grupo o comunidad, y cuyo propósito es crear o reforzar el sentido de identidad y pertenencia y renovar la cohesión y solidaridad social.

Dessa forma, para explicar sobre rituais, em uma abordagem mais específica sobre os ritos de passagem, em que se tem o ritual da colação de grau universitária como foco de estudo, ancora-se no conceito de Van Gennep (2013), que é citado por Da Matta (2013) ao explicar sobre os estudos referentes “o rito”. Assim, o autor destaca: “As cerimônias, como bem percebeu Van Gennep, são como as etapas de um ciclo que se deseja marcar e revelar, uma espécie de moldura especial” (Da Matta, 2013, p. 9).

Postula-se então sobre esse enquadramento modular uma estética cênica imagética que perpassa pela memória individual e coletiva, dentro de um contexto histórico e de tradição das instituições de ensino superior, a partir de um conjunto de valores e normas protocolares que

culmina em um cerimonial dotado de ritos e símbolos. Todo esse arcabouço de informações faz parte da comunicação humana, ou seja, dos códigos das relações humanas e sociais.

Nesse envolver sobre os ritos de passagem, Han (2021, p. 60), diz que os rituais “estruturam a vida como épocas do ano. Quem ultrapassa um limiar conclui uma fase da vida e adentra em uma nova”. O autor compara limiar com passagem. Em suas palavras, as passagens “são ritmos, que articulam e até mesmo narram espaços e tempos. Tornam possível uma experiência profunda de ordem” (Han, 2021, p. 60). Ordenamentos esses que serão demonstrados adiante nos ritos das cerimônias de Colação de Grau.

Em torno desse contexto de ritos e símbolos, Viana (1998, p.22) entende o cerimonial como uma série de “formalidades específicas de um ato público, dispostas numa ordem sequencial, que envolve a utilização de indumentária própria, a ordem de precedência a ser observada, com seus elementos sgnicos e o cumprimento de um ritual”. Nessa linha de raciocínio, no esforço de problematizar as funções do cerimonial, o autor aponta cinco funções: ritual, semiótica, legislativa, gratuita e pedagógica. Funções estas que serão apresentadas com mais detalhes neste estudo.

A Cerimônia de Colação de Grau, além de um rito de passagem, detentora de rica simbologia, também é compreendida nesta pesquisa com o que poderia ser considerado como um patrimônio cultural imaterial inserido na territorialidade universitária brasileira. Em fase de seus registros de memória, história e tradição cultural no ambiente universitário, compreende-se a Colação de Grau como herança cultural vivida por gerações passadas e reconhecidas pelas gerações atuais. Nesse sentido, convém abordar os conceitos e entendimentos de patrimônio cultural.

Ao aliar os fatores funcionais do cerimonial de: ritual, semiótica, legislativo, gratuito e pedagógico (Viana, 1998), com proeminência para o ritual de passagem, enfatiza-se que a cerimônia universitária de Colação de Grau preenche uma formalidade administrativa e ao mesmo tempo é uma tradição cultural do território universitário, bem como, do Brasil. Cumpre adicionar que esse ritual emoldura a passagem da vida acadêmica, ou seja, da fase de estudantes para a fase profissional, e a possibilidade da consequente entrada no mundo do trabalho, e o usufruto de empreendimento, emprego e renda. As funções do cerimonial, segundo Viana (1998, p. 23, grifo nosso) são:

Função ritual – é a mais importante, pois, além dos gestos e preceitos, horários, privilégios e símbolos de poder, inclui o disciplinamento das precedências;

Função semiológica – trata da linguagem formal a ser utilizada, as formas

de tratamento e de cortesia, de redação e expressão oficial e diplomática;

Função legislativa – codifica as regras e preceitos em normas referentes ao protocolo e ao cerimonial;

Função gratuita – trata da frivolidade, da festividade, da atividade lúdica, dos prazeres que podem descaracterizar a etiqueta;

Função pedagógica – enfoca os aspectos relacionados à civilização e à cultura.

Essas funções apontadas por Viana (1998) remetem às obrigações que cumprem o cerimonial universitário. O ritual abarca as práticas, gestos e preceitos simbólicos. A semiologia versa sobre a linguagem formal, de tratamento e cortesia entre os participantes do evento. As leis, no contexto do cerimonial, são as regras e normas formalizadas e escritas, advindas de protocolo histórico e de tradição. A gratuidade é no sentido de flexibilizar o ato formal do rito, o que a torna uma cerimônia viva e em desenvolvimento. E por fim, a função pedagógica que traz em seu âmago os quesitos culturais e de civilidade.

A partir das reflexões de Viana (1998) sobre as funções do cerimonial, constata-se o valor da realização das cerimônias de formaturas universitárias como passível de patrimonialização, pois se comungam com a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, no qual se define patrimônio cultural brasileiro “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

A Constituição brasileira aborda nessa definição uma forma ampliada do que estabelecia o Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. No período que antecedeu o ano de 1988, entendia-se o Patrimônio como “Histórico e Artístico”; após, passou-se a ser denominado “Patrimônio Cultural Brasileiro”.

A Constituição brasileira de 1988 trouxe na redefinição dos bens que constituem o patrimônio: as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil. Constituição Federal, 1988). Desses elementos, destacam-se no contexto das cerimônias de Colação de Grau as formas de expressão e os modos de fazer os ritos universitários, os objetos utilizados durante a cerimônia, os tipos de documentos e o espaço destinado à manifestação da solenidade.

Entende-se que há um conjunto de elementos, ou seja, de formas de expressão, de modos de criar, fazer e viver da sociedade que definem o que é o patrimônio cultural de um povo e de forma mais específica, como é definido o patrimônio cultural imaterial. Outrossim,

a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em sua Conferência Geral de sessão nº 32, realizada em Paris, de 29 de setembro a 17 de outubro de 2003, elaborou um documento intitulado “Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial” com base na seguinte documentação:

[...] instrumentos internacionais existentes em matéria de direitos humanos, em particular à Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, ao Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966, e ao Pacto Internacional dos Direitos Cíveis e Políticos, de 1966, (Unesco [2003], s/p, 2006).

A partir desses documentos definiu-se, em seu artigo 2, como patrimônio imaterial:

as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. (Unesco [2003], s/p, 2006).

Com essa definição, observa-se com mais clareza, sobre o tema “patrimônio”. Pelo excerto acima, compreende-se o que deve ser preservado e o seu valor para o desenvolvimento local com base na dinâmica cultural. Portanto, para esta pesquisa, o que foi convencionado ilumina os apontamentos de Viana (1998) em relação às funções do cerimonial universitário: ritualísticas, semióticas, legislativas, gratuitas e pedagógicas. Essas funções trazem, em outras palavras, as definições de patrimônio cultural imaterial estabelecido pela Unesco, em 2003.

No contexto do debate da Conferência Geral da Unesco, em sua 32ª sessão, e na consequente elaboração do referido documento acima citado, ao mesmo tempo em que havia o reconhecimento de que a globalização e as transformações sociais criam condições para renovações entre comunidades e que podem levar ao desaparecimento do patrimônio cultural imaterial, sinais políticos de consciência de preservação demandavam atenção e eram notadamente percebidos.

Nessas circunstâncias, é salutar trazer para reflexão o que foi convencionado pela Unesco em relação ao patrimônio cultural imaterial. Assim, ficou convencionado como aquilo que:

[...] se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e

continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (Unesco [2003], s/p, 2006).

Desse modo, pode-se compreender o patrimônio cultural imaterial como um importante elemento no processo do desenvolvimento humano e cultural, principalmente pela questão abordada no quesito de transmissão de elementos culturais entre gerações, na capacidade humana de recriar e gerar sentimento de identidade e promover o respeito entre diversas culturas.

Por esse contexto, é necessário mencionar as percepções de Poloni (2022) sobre os estudos de Varine (2013), na qual destaca que o patrimônio, seja ele material ou imaterial, está em “constante transformação e ressignificação”, segundo ele, isso acontece conforme a sociedade e o tempo, no entanto, sem deixar a “função social e cultural de conexão com o passado, com as origens de uma comunidade local” (Poloni, 2022, p. 466). Ou seja, o patrimônio é a ligação entre gerações e o fortalecimento de identidades, ainda que ressignificados.

4.2 Do patrimônio cultural imaterial para modelos de identidade, cultura e memória em espaços territoriais

Dessas assertivas sobre o patrimônio cultural, criam-se modelos de identidades. Como leciona Pollak (1992), a identidade é construída a partir da imagem que a pessoa adquire de si, para si e para os outros. Conforme o pesquisador, a imagem é algo que se adquire ao longo da vida. Para o autor, significa a construção da representação do indivíduo e como quer ser percebido pelos outros. Vai além, ao abordar a “identidade coletiva” de um grupo que possui sentimento de unidade.

Sobre identidade, Castells (2018, p. 54), entende como “o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado”. Posto isso, requer o entendimento de cultura, que é conceituada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a partir do ponto de Viana (2016, p. online) como:

[...] uma característica da espécie humana, tal como a vida em sociedade. Compreende os sistemas de significados, os valores, crenças, práticas e costumes; ética, estética, conhecimentos e técnicas, modos de viver e visões de mundo que orientam e dão sentido às existências individuais em suas coletividades.

Sobre as explanações acima, Hall (2020) destaca que as culturas produzem sentido sobre algo, “sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades” (Hall, 2020, p. 31). O pesquisador acrescenta que os sentidos estão contidos nas histórias e nas memórias. Por essa vertente, as pessoas conseguem interligar a atualidade com a ancestralidade e os símbolos que delas emergem. Nessa seara, o autor apresenta a cultura sob a luz de seus estudos a respeito da identidade cultural na pós-modernidade.

Ainda na mesma toada discursiva, Castells (2018) pondera sobre a dinâmica de identidades pelo olhar da teoria social e conclui que “nenhuma identidade pode construir sua essência [...] se estiver fora de seu contexto histórico” (Castells, 2018, p. 56). Da mesma forma, Hall (2020) salienta que as identidades “não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da *representação*” (Hall, 2020, p. 30).

Nesse mesmo prisma conceitual, Amodio (2009) já definia a identidade como um fenômeno que pode ser percebido em uma perspectiva formal, ou seja, em uma estrutura que permite a existência, ou pelos significados que adquire nas ações cotidianas ou extraordinárias.

Nesse sentido, infere-se que a identidade de um indivíduo ou grupo é construída a partir de uma organização de significados culturais composta de memórias e histórias que alicerçam o desenvolvimento da sociedade no contexto patrimonial e territorial. Por conseguinte, entende-se, também, que a cultura universitária, ou seja, a cultura das Instituições de Ensino Superior é composta de símbolos e representações que produzem sentidos na dimensão humana e constroem identidades.

Ao visitar os estudiosos que abordam temas culturais, depara-se com a questão do espaço e do tempo. Assim, Santos (2013, p.35) leciona sobre o assunto, destacando que:

Em termos analíticos, a espacialização chama-se temporalização prática, pois todos os atores estão incluídos através do espaço banal, que leva consigo todas as dimensões do acontecer. Ora, o acontecer é balizado pelo lugar, e nesse sentido é que se pode dizer que o tempo é determinado pelo espaço.

Desse modo, Santos (2013) esclarece que o espaço – como meio de funcionalidade – é único e dinâmico; é o meio no qual acontece a conexão da materialidade e da ação humana. O autor discorre sobre o espaço como “soma indissociável entre sistemas de objetos e sistemas de ações” (Santos, 2013, p. 94). As bases dos estudos do pesquisador são sobretudo, o espaço territorial e o espaço humano. Ainda para o autor o espaço “tem um papel privilegiado, uma

vez que ele cristaliza os momentos anteriores e é o lugar de encontro entre passado e o futuro, mediante as relações sociais do presente que nele se realizam” (Santos, 2013, p.116)

A partir dessa perspectiva sobre espaço e tempo, compreende-se o espaço como um meio de relações sociais e relações de trabalho. Dessas relações, como afirma Albagli (2004), resulta o território. Assim, “cada território é produto da intervenção e do trabalho de um ou mais atores sobre determinado espaço (Albagli, 2004, p. 26)”. A autora destaca ainda, que o termo possui diferentes significados conforme a formação socioespacial; e traz o exemplo das terras indígenas:

Nas sociedades indígenas, apenas para citar um exemplo, o fundamental é o sentimento de identidade com a Terra-Mãe, sentimento esse baseado no conhecimento, no patrimônio cultural e nas relações sociais e religiosas que esses povos guardam com aquela parcela geográfica (Albagli, 2004, p. 26).

O excerto ilustra bem o conceito de território ancorado na perspectiva da identidade cultural. Aponta os componentes de um patrimônio que perpassam pelas relações entre as pessoas situadas em um determinado local, que possui suas próprias histórias e tradições, suas memórias de práticas cerimoniais. Práticas estas que trazem em seu bojo ritos e símbolos que marcam e reafirmam o significado de sua identidade.

A edificação de significados está ligada ao sentimento de identidade, que segundo Pollak (1992), é um elemento conectado à memória. O autor destaca que a memória é construída por pessoas e sua construção parte de acontecimentos vividos pelo indivíduo ou vividos por outras pessoas e deixados de herança, ou seja, transferidos. Em suas palavras a memória é uma representação, é um fenômeno socialmente construído (Pollak, 1992).

A ideia de memória como um fenômeno coletivo e social, citado por Pollak (1992), é presente na ideia da memória coletiva defendida por Halbwachs (2006), para o autor, é a memória de um grupo, que continuamente relembra uma sequência de acontecimentos e que está sujeita a flutuações, a mudanças. É o mesmo grupo que esteve engajado e suportou as consequências dos acontecimentos, que “lhe assistiu ou dela recebeu um relato vivo dos primeiros atores e espectadores” (Halbwachs, 2006, p.80).

As condições necessárias para que haja a memória “é que o sujeito que se lembra, indivíduo ou grupo, tenha o sentimento de que busca suas lembranças num movimento contínuo” (Halbwachs, 2006, p.80). Esse lembrar constante do grupo, a subsistência da lembrança, é o que o autor entende de tradição dos acontecimentos. Para Halbwachs, a finalização da tradição é o momento que apaga a memória social e geralmente começa a

história. Por essa linha de reflexão, o sociólogo defende sua teoria e diferencia a memória coletiva da história.

Na reconstrução do passado, para Halbwachs (2006), a memória do indivíduo é um ponto de vista da memória coletiva, pois se entende que o indivíduo é influenciado pelo grupo. Nora (2012) compartilha do pensamento de Halbwachs de que memória e história possuem oposições de sentido ao afirmar que “a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento” (Nora, 2012, p. 9). Conforme Nora (2012, p. 9), enquanto “a memória emerge de um grupo que ela une”, a história, destaca o pesquisador, “pertence a todos e a ninguém” (Nora, 2012, p. 9).

Ao trazer os ensinamentos acima expostos para este estudo, pode-se, de antemão, visualizar a riqueza de significados contidos nas memórias que emergem do ritual de uma cerimônia universitária.

4.3 A prática do ritual nas cerimônias de formatura

No trilhar das reflexões que embasam esta pesquisa, importa ainda abordar sobre a temática do ritual. Prática, essa, que carrega um conjunto de símbolos mergulhados no caldo cultural de memórias e histórias de um grupo, de uma comunidade.

Não obstante, Han (2021), evoca o desaparecimento dos rituais, na visão do pesquisador, as pessoas estão em processo de produção acelerado. Vive-se uma obsessão por produzir e acaba-se por deixar a contemplação da conclusão do feito ao emendar um projeto no projeto. Segundo ele, “As formações educacionais como formas de conclusão também vêm sendo desmanteladas” (Han, 2021, p. 48). O que o autor constata é um fato temido pela Conferência Geral da Unesco, em sua 32ª sessão, em relação ao desaparecimento das expressões culturais.

Seguindo a linha de pensamento, os estudantes recebem conhecimentos para sua formação intelectual e profissional nos bancos de uma instituição de ensino superior e é nesse lugar que concluem uma fase de suas vidas com um ritual de conclusão.

Na visão de Han (2021), o lugar “é uma forma de conclusão” (Han, 2021, p. 50), ou seja, para o pesquisador, os rituais da conclusão “estabilizam o lugar” (Han, 2021, p. 51). Isso implica abarcar uma questão tangente ao debate: o cenário das cerimônias universitárias como lugar de conclusão.

Nessa reflexão sobre rituais e conclusão, Han (2021, p. 59) continua a discorrer que: “Os rituais dão forma às passagens essenciais da vida. São formas de conclusão”. Na toada desse pensamento, ao viver o ritual de conclusão de um curso, os agentes universitários trazem à cena símbolos e memórias, que fortalecem a identidade da cultura local. Nesse tocante, compreende-se que o território universitário também é valorizado como lugar de iniciação, desenvolvimento e conclusão da formação profissional.

Cumprе expor que os membros pertencentes à comunidade acadêmica possuem de alguma forma um vínculo que os une ao lugar, pois se trata de um ambiente fechado ritualmente. Pode-se citar como exemplos: o trote dos calouros (ritual de iniciação), as práticas jurídicas específicas do curso de Direito, como os Tribunais de Argumentação (ritual de desenvolvimento) e a Colação de Grau (ritual de conclusão).

Ao dar destaque aos rituais universitários, evidenciam-se muitos momentos dessa conexão entre as pessoas que vivem de alguma forma, direta ou indireta, a realidade do ambiente universitário com seus ritos e símbolos. Nesse contexto, as solenidades de Colação de Grau, por sua vez, corroboram como meio de comunicação e relações sociais e humanas, no sentido de aguçar a memória das pessoas envolvidas nesse ritual e fortalecer a história da universidade pelas práticas ritualísticas do recebimento do grau acadêmico.

A colação de grau, conforme consta no Guia de eventos, cerimonial e protocolo para a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, “é o ato oficial, público e obrigatório, por meio do qual o aluno, concluinte do curso de graduação, presencial ou a distância, recebe o grau ao qual tem direito por ter concluído o curso superior” (Brasil, 2017, p.41). Complementa, ainda que, “em nenhuma hipótese, a outorga de grau é dispensada, sendo um pré-requisito para a emissão e registro do Diploma” (Brasil, 2017, p.41).

Com base no Quadro 4, da página 35 desta pesquisa, pesquisou-se nas universidades mais antigas do Brasil, o conceito de Colação de Grau. Para a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) é: “cerimônia oficial (presencial ou remota), pública, solene e obrigatória, organizada pelo Cerimonial da Ufam para celebrar a concessão do título obtido pelo discente, em razão da integralização do currículo do curso de graduação” (UFAM, on-line).

Para a Universidade Federal do Rio de Janeiro a colação de grau é “o momento em que o estudante recebe o grau acadêmico de bacharel ou de licenciado, o qual lhe outorga os direitos e deveres profissionais, sendo imprescindível para o exercício das profissões regulamentadas por lei”. No *site* da Instituição consta que: “Após a colação, a matrícula do(a) aluno(a) na Instituição é cancelada por conclusão de curso” (UFRJ, on-line).

No site da Universidade Federal de Pernambuco encontra-se descrição mais detalhada:

A colação de grau é uma tradicional cerimônia acadêmica em que o estudante concludente do ensino superior recebe o diploma, certificando oficialmente suas competências em determinada faculdade do conhecimento. Além da graduação, colam grau os concluintes de cursos de pós-graduação *stricto sensu*: mestrado e doutorado. A realização desta solenidade é condição imprescindível para a emissão do correspondente diploma. A outorga de grau é o ato oficial da Universidade, obrigatório, por meio do qual o formando é investido na posse do grau acadêmico a que tem direito por haver integralizado o currículo pleno do respectivo Curso de Graduação. A solenidade de colação de grau é atribuída ao caráter público e acadêmico, garantindo-se a participação em igualdade de condições a todos os alunos concluintes. Ela transcorrerá dentro dos estritos padrões de decoro acadêmico e seguirá o cerimonial universitário (UFPE, On-line).

Na Universidade Federal Fluminense (UFF), a Colação de Grau é “um ato acadêmico-oficial obrigatório, que consiste na etapa formal da Formatura dos estudantes de cursos de graduação da UFF (presenciais ou a distância)” (UFF-Online). Na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), o ato não é obrigatório:

É a Cerimônia coletiva na qual acontece a outorga do grau, por um representante da Reitoria da Universidade, logo após ser proferido o juramento por um representante do corpo discente. A ATA de Colação de Grau é o registro oficial da Formatura do aluno. Ou seja, é a assinatura da Ata que indica se o aluno está formado e quando isso ocorreu. **É um evento opcional e facultativo**, ou seja, os formandos que não desejarem participar, não terão nenhuma consequência acadêmica (PUC-Rio, On-line).

Pela perspectiva regulamentar de obrigatoriedade, da maioria das instituições de ensino pesquisadas, entende-se que o ato da outorga de grau é um ato que acontece de forma organizada e planejada institucionalmente. Por ser ato oficial da instituição traz em seu cerne as formalidades protocolares do cerimonial. Assim, o planejamento do evento por meio de um roteiro dos atos que acontecerão durante a cerimônia é de grande utilidade.

O roteiro de uma Colação de Grau é estruturado basicamente das seguintes partes: I. Apresentação; II. Composição da Mesa; III. Entrada dos Formandos; IV. Hino Nacional; V. Abertura Oficial; VI. Juramento dos Formandos; VII. Outorga de Grau; VIII. Chamada Individual dos Formandos; IX. Discurso do Orador; X. Discurso do Paraninfo; XI. Homenagem (aos Pais, ao Patrono); XII. Discurso do Patrono; XIII. Encerramento da Sessão pelo Reitor (Viana, 1998; Velloso, 2001, Azzolin, 2010, Brasil, 2017).

Cada parte do roteiro tem sua simbologia, seu protocolo, ou seja, suas regras. A primeira parte da solenidade é iniciada pelo mestre de cerimônias. Profissional este que, por

meio de sua voz, comanda a cerimônia. Nos dizeres de Velloso (2001, p. 36) “a ele compete conduzir, com segurança, o evento, do início ao fim: anunciar o roteiro que foi traçado pelo Chefe do Cerimonial, em boa postura e com voz firme”. Assim, é o profissional que dá sequência às fases do evento, marcando o ritmo da solenidade.

A figura do mestre de cerimônias, nos ensinamentos de Oliveira (2022), surgiu na Antiguidade e sua função era anunciar a presença do rei em eventos públicos, como as que aconteciam em arenas com gladiadores; na Idade Média era um servidor palaciano que anunciava a presença do monarca; e na Idade Contemporânea é a voz oficial que marca a oficialidade ao Chefe de Poder.

Por seu caráter histórico, daquele que acompanha autoridade pública e ganha relevância em eventos públicos oficiais da atualidade, precisa ter conhecimento das normas do cerimonial público e das ordens de precedência das autoridades (Viana, 1998; Velloso, 2001, Oliveira, 2022).

Dessa forma, cabe ao mestre de cerimônias anunciar a entrada das autoridades para composição da mesa de honra, em conformidade com o Decreto Federal n. 70.724 de 9 de março de 1972, que rege sobre o Cerimonial Público e a Ordem Geral de Precedência, e com as normas e regras da própria instituição de ensino. Vale ressaltar que a precedência geral, regulamentada pelo decreto, prevalece sobre a ordem de precedência específica das instituições (Viana, 1998).

Conforme Velloso (2001, p. 38) “o reitor tem precedência sobre as demais autoridades presentes a um ato oficial da instituição, ou seja, cabe, ao reitor, presidir todos os trabalhos e atos a que estiver presente”. A exceção, conforme a autora, é quando há a presença do Presidente da República ou do Vice-Presidente, que por lei, o reitor deve ceder a precedência.

Na sequência a entrada das autoridades, acontece a entrada dos formandos, que é anunciada pelo mestre de cerimônias. Perfilados adentram ao local da cerimônia e se dirigem ao local reservado e de destaque. Nas posições reservadas, os formandos permanecem em pé e passe a fase do momento cívico. Assim, é anunciada pelo mestre de cerimônias a execução do Hino Nacional Brasileiro e solicitada a todos que fiquem em posição de respeito.

A execução do Hino Nacional possui regras próprias, regidas pela Lei nº 5.700, de 1 de setembro de 1971. Em seu artigo 24 consta as prescrições obrigatórias a serem obedecidas como: ser executado em andamento metronômetro de uma semínia igual a 120 (cento e vinte); na tonalidade de Si bemol para a execução instrumental simples; canto sempre em uníssono; nos casos de simples execução instrumental, será tocada integralmente e no caso de execução vocal, será cantada as duas partes do poema.

A música do Hino Nacional, de acordo com estudos realizados por Azzolin (2010, p. 51), “foi composta quase um século antes de sua letra, por Francisco Manuel da Silva, reconhecida pelo Marechal Deodoro da Fonseca, pelo Decreto nº171, de 20 de janeiro de 1890. Entre inúmeras letras, surgiu em 1909, a de Joaquim Osório Duque Estrada”. A letra do Hino foi oficializada pelo Decreto nº15.671, de 6 de setembro de 1922, pelo presidente Epitácio Pessoa.

Na abertura oficial da solenidade, o mestre de cerimônias “convida o presidente da Mesa (o reitor ou representante legal) para declarar a abertura da Sessão Solene” (Velo, 2001, p. 68). Após esse ato, o mestre de cerimônias convida o juramentista, que é um formando escolhido previamente pela turma, para que leia o juramento em voz alta e com o braço direito estendido a frente na altura do ombro. Os demais formandos seguem o juramentista e repetem as palavras, também em voz alta, e com o braço direito estendido.

Cada curso tem o seu próprio juramento. Nos dizeres de Viana (1998), esse é um “ato de compromisso do formando em relação à profissão que vai futuramente exercer”. No modelo apresentado pelo autor, para o Bacharel em Direito, compreende os seguintes dizeres:

Prometo, no exercício das funções de meu grau, respeitar os princípios de honestidade patrocinando o direito, realizando a justiça preservando os bons costumes e nunca faltar à causa da humanidade. Eu juro (Viana, 1998, p. 204).

Outro modelo é descrito no Guia de eventos, cerimonial e protocolo para a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Brasil, 2017, p. 97):

Juro, no exercício das funções de meu grau, acreditar no Direito como a melhor forma para a convivência humana, fazendo da justiça o meio de combater a violência e de socorrer os que dela precisarem, servindo a todo ser humano, sem distinção de classe social ou poder aquisitivo, buscando a paz como resultado final. E, acima de tudo, juro defender a liberdade, pois sem ela não há Direito que sobreviva, justiça que se fortaleça e nem paz que se concretize.

No caso de solenidades com a participação de diversos cursos as instituições de ensino usam de um juramento único como o modelo usado nas instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: “Prometo exercer minha profissão com honestidade e dignidade, respeitando seu código profissional e os preceitos da justiça, da moral e da ética, a favor do desenvolvimento humano e social” (Brasil, 2017, p. 96). Esse é um dos modelos usados em nas cerimônias.

Realizado o juramento, o mestre de cerimônias convida o reitor para a Outorga de Grau. Dessa forma, de acordo com Velloso (2001, p. 69), o presidente da solenidade pronuncia as seguintes palavras: “Eu, (Nome do Reitor), Reitor da Universidade de Brasília, lhes confiro o grau de [...]”. Nesse momento o reitor impunha a borla sobre a cabeça do formando e depois coloca o capelo do formando na cabeça do mesmo. No caso de representante do reitor, a declaração a feita da seguinte forma: “Eu, (Nome do Representante), (cargo) da (Faculdade/Instituto) e por delegação do Magnífico Reitor da Universidade de Brasília (cargo e nome do reitor), lhes confiro o grau de [...]” (Velloso, 2001, p.69).

Após a Outorga do Grau os formandos são chamados um a um, nominalmente, para receber o diploma. Em algumas intuições de ensino e em alguns cursos ocorre a entrega do anel de graduação pela família. Nesse caso, segundo Velloso (2001), o cerimonial da universidade convida o familiar, que tenha a mesma graduação, para fazer a entrega no palco. Conforme a autora, em “áreas da Medicina, do Direito e Economia já ocorreu de se fazer entrega de anel como ‘joia de família’, com membro da 4ª geração” (Velloso, 2001, p. 70). Na literatura pesquisa, verificou pouca referência sobre esse fato nas cerimônias.

Os atores participantes da solenidade têm espaços de fala. Em algumas instituições discursam o Orador, que o representante da turma de formandos, o Parainfo e o Patrono. No entanto verifica-se nas bibliografias que isso pode variar conforme o momento e a instituição de ensino. A parte da homenagem também possui variáveis de instituição para instituição. E por fim, ocorre o encerramento da solenidade com o discurso do Reitor.

Após a descrição acima das fases do roteiro da cerimônia de colação de grau, percebe-se a quantidade de simbologias contidas nesse evento. Além do ritual cerimonioso há a composição do cenário, que é o palco do ritual de outorga, e as vestimentas dos atores e suas cores. Nessa linha de pensamento, é relevante descrever esse cenário, que é composto da mesa de honra e locais reservados para os formandos, que geralmente ficam atrás da mesa de honra, como se pode visualizar na figura 15, a seguir. A frente da mesa de honra fica o público, do lado direito ficam as bandeiras. Os elementos sógnicos, como as bandeiras, representam os territórios dos participantes do evento.

Figura 15 - Cenário da cerimônia da colação de grau



Fonte: Silva Tada/ Assessoria Imprensa UCDB/2022.

O cenário pode, também, ser compreendido como o lugar onde atuam os protagonistas do evento. Os atores principais como os formandos e as autoridades acadêmicas. Nesse lugar de encenação do rito de passagem, percebe-se a hierarquia dos personagens e a organização do cerimonial (Finol, 2023). As cores das vestimentas e as posições das autoridades na mesa de honra sinalizam o grau de importância dos personagens. As cores das vestimentas dos formandos também contêm suas simbologias como a cor do curso. Por exemplo, o curso de Direito, objeto deste estudo, usa a cor vermelha que representa às Ciências Jurídicas e Sociais (Viana, 1998)

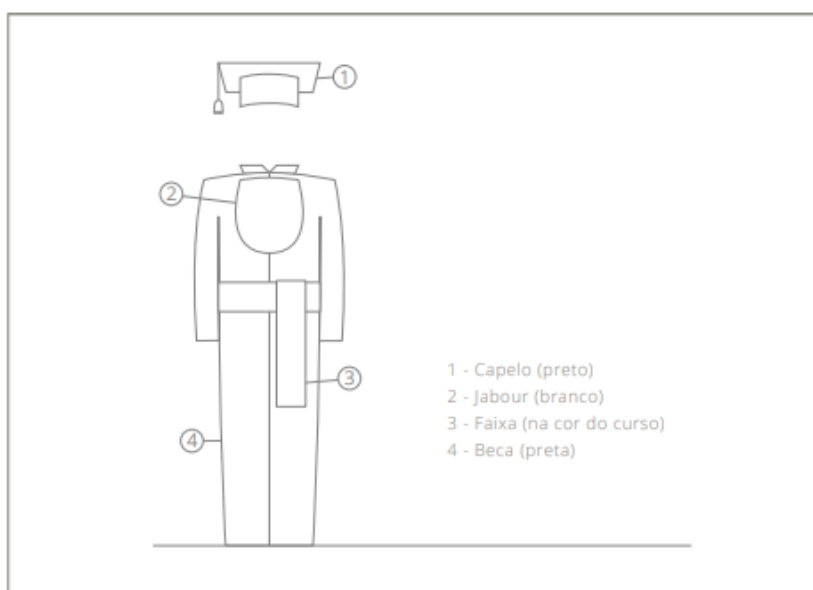
Nas cerimônias universitárias são usadas as vestes talares. É pertinente reforçar que o reitor tem um traje diferenciado, que segundo Viana (1998) é composto de: beca, na cor preta ou branca; samarra; capelo, faixa na cor branca. De acordo com o autor, usam também, colar e bastão “podendo na cerimônia, ser substituído por martelo” (Viana, 1998, p. 74). O pesquisador destaca ainda que “a capa acadêmica nas universidades europeias e especialmente em Coimbra, é própria dos universitários” (Viana, 1998, p. 75).

Um dado observado por Viana (1998) é sobre as indumentárias usadas nas universidades brasileiras, em especial nas IES particulares. O autor cita o uso da beca preta pelos representantes discentes e pelo corpo técnico-administrativo, e o uso da cor cinza pelos

mantenedores que participam dos colegiados (Viana, 1998). De outro modo, na Universidade de Brasília (UnB), o vice-reitor usa a pelerine nas cores branca e preta (Veloso, 2001, p.40).

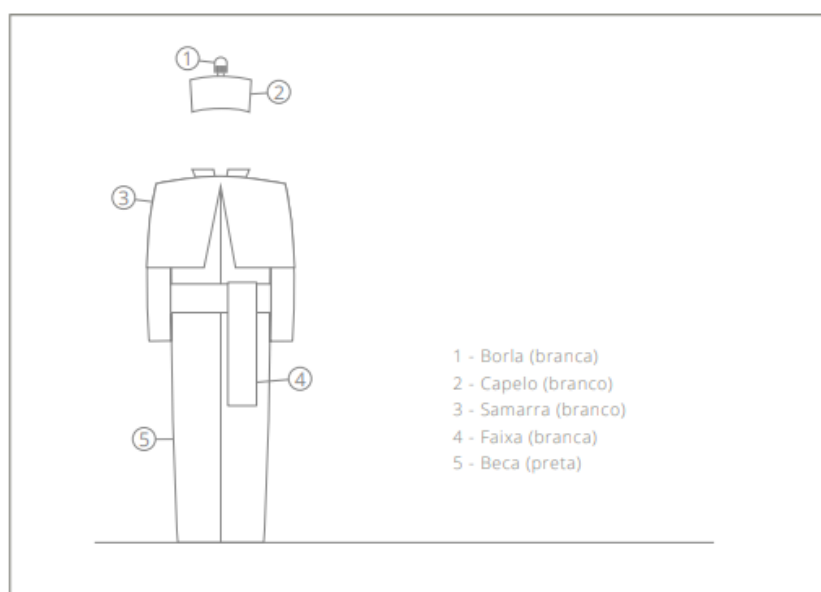
Segundo Brasil (2017), os formandos devem usar a beca na cor preta, faixa na cintura na cor do curso, *jabour* (peitilho) e na cabeça, o capelo. O Reitor usa a pelerine e a borla fixada no capelo. Todos na cor branca. A borla, conforme Brasil (2017, p.44), “será usada para o ato da outorga de grau”. As figuras 16 e 17, ilustram as vestes dos formandos e do Reitor.

Figura 16 – Traje dos formandos



Fonte: Brasil (2017, p. 43)

Figura17 – Traje do Reitor



Fonte: Brasil (2017, p. 44)

Depreende-se pela bibliografia e pela observação que a cerimônia de Colação de Grau é um campo vasto de ritos e símbolos. Como o objeto de estudo desta pesquisa é a cerimônia realizada pela Universidade Católica Dom Bosco é pertinente apresentar um paralelo dos ritos cerimoniais de Colação de Grau realizados na UCDB com o explicitado pela literatura exposta no presente trabalho (Quadro 7).

Quadro 7 – Roteiros das Cerimônias de Colação de Grau da FUCMT e UCDB

(continua)

LITERATURA	FUCMT dec.1980-1990	UCDB 1994-2004 Solenidade festiva/ oficial	UCDB 2009 Auditório	UCDB – 2011 “B” – vários cursos QUADRAS	UCDB - 2023 B – vários cursos QUADRAS
I. Apresentação;	1 Conferencia dos documentos	Solenidade festiva realizada por empresa de eventos/ Oficial – conferencia documentos	1. Avisos Iniciais	1.Avisos Iniciais	1.Vídeo Avisos Iniciais
II. Composição da Mesa;	2 Chamada dos formandos pela secretária, com o coordenador.	Solenidade festiva - Presença do coordenador do curso, docente homenageado (sem participação do reitor). Oficial – conferencia chamada dos formandos	2.Entrada dos Formandos (Mesa de Honra já composta)	2.Composição de Mesa (Reitor, Pró-reitores e Coordenadores)	2.Entrada dos Formandos (sem os coordenadores)
III. Entrada dos Formandos;	3 Juramento	Festiva – Entrada dos Formandos	3. Hino Nacional	3.Entrada dos Formandos	3.Composição de Mesa (Reitor ou repr., Pró-reitor e Coord)
IV. Hino Nacional;	4 diretor geral, empunha o grau	Festiva - Hino	4. Abertura da Sessão Solene (Reitor/represen.)	3. Hino Nacional	4.Abertura da Sessão Solene (Reitor/represen.)
V.Abertura Oficial;	5 Palavras do repres. turma	Festiva - Abertura Oficial –Juramento	5. Juramento	4. Abertura da Sessão Solene (Reitor/represen.)	5.Hino Nacional
VI. Juramento dos Formandos;	6 Palavra do prof presente	Festiva - Juramento Oficial – Juramento	6. Imposição do Grau (por curso)	5. Juramentos (Por área)	6.Vídeo Storytelling (homenagem UCDB aos formandos)
VII. Outorga de Grau;	7 Diretor concluí	Festiva - Outorga Oficial – Outorga	7.Discursos (Coordenador e Reitor/represen.)	6. Imposição do Grau (por curso)	7. Juramento (UNIFICADO)

(conclusão)

LITERATURA	FUCMT dec.1980-1990	UCDB 1994-2004 Solenidade festiva/ oficial	UCDB 2009 Auditório	UCDB – 2011 “B” – vários cursos QUADRAS	UCDB - 2023 B – vários cursos QUADRAS
VIII. Chamada Individual dos Formandos;	8 Assinatura da ata	Festiva -	8. Leitura e Assinatura da Ata de Colação de Grau	7.Discurso (Reitor/represen.)	8.Imposição do Grau (por modalidade: bacharel, licenciado e tecnólogo)
IX. Discurso do Orador;		Festiva	9. Avisos Finais	8. Homenagens(Deus, Pais e Familiares, Mestres e Ausentes)	9.Discurso (Reitor/represen.)
X. Discurso do Paraninfo;		Festiva	10. Encerramento (Reitor/represen.)	9. Leitura e Assinatura da Ata de Colação de Grau	10.Homenagens (Deus, Pais e Familiares, Mestres e Ausentes) **Entrega de rosas nas homenagens aos Pais e familiares e Mestres (3 representantes por homenagem)
XI. Homenagem (aos Pais, ao Patrono);		Festiva		10. Avisos Finais	11.Leitura da Ata de Colação de Grau (assinatura da ata é digital)
XII. Discurso do Patrono;		Festiva		11. Encerramento (Reitor/represen.)	12.Vídeos Institucionais e de Avisos Finais (Reitor/represen.)
XIII. Encerramento da Sessão pelo Reitor		Festiva Oficial			13.Encerramento (Reitor/represen.)

Fonte: Elaboração própria (2024)

O quadro expõe diversidades no ritual em comparação ao descrito na literatura e com os ritos ocorridos ao longo do tempo na UCDB. O que se observa é que o momento da leitura e assinatura da ata da cerimônia está presente em todas as etapas históricas da UCDB, demarcadas nesta pesquisa, exceto pela literatura apresentada. O referido quadro foi construído a partir das leituras e relatos dos gestores da instituição e professores, durante a

pesquisa de campo. As observações dos vídeos no Canal do Youtube da UCDB também colaboraram.

A leitura e assinatura da ata não constam no roteiro de cerimônia de Colação de Grau dos autores referenciados, no entanto, é um ato que acontece durante o evento sem ser anunciado pelo mestre de cerimônias. Brasil (2017, p. 41), explica que a “solenidade deverá ser documentada, por meio de registro em Ata, pela coordenação de registros escolares”. Existem dois tipos de colação de grau: a sessão solene e em gabinete. A colação de grau em gabinete pode acontecer em duas situações: por antecipação e postergada. Cada uma tem seu regulamento que não será tratado neste trabalho por não ser objeto do estudo. Brasil (2017, p. 41) ressalta o rito dos “atos protocolares: a leitura e assinatura da ata, o juramento e a outorga de grau”.

Outra observação com relação à Ata da solenidade é a inclusão da modernidade digital. No roteiro UCDB-2023-B (Quadro 7), consta no item 11 do roteiro, Leitura da Ata (assinatura digital). Conforme o Manual do Formando da UCDB – 2023-B: “ao final do evento, o diplomado receberá, no e-mail cadastrado no SIIA, o *link* para assinatura da Ata de Colação de Grau”.

Personalidades como o Patrono (pessoa de destaque na academia ou sociedade) e o Parainfo (padrinho da turma) não atuam no cenário da Colação de Grau da UCDB (Quadro 7) e, também, não há o discurso do orador da turma. Nos ensinamentos de Azzolin,(2010), nas falas do orador existe a simbologia da despedida da academia para o ingresso no profissional. Cabe salientar que na FUCMT tinha o orador conforme relato de um dos gestores entrevistados na pesquisa de campo desta pesquisa. Outro fato, observado nesta pesquisa, são as fases pelo qual passou o cerimonial da universidade. Na época da FUCMT a cerimônia seguia quase o mesmo rito dos atos protocolares em gabinete, citado por Brasil (2017).

Por alguns anos a UCDB deixou que empresas organizadoras de eventos realizassem as cerimônias festivas, conforme relatos da pesquisa de campo, sem a presença de uma equipe de cerimonial da instituição. A partir de 2009, conforme arquivos acessados durante a pesquisa, a cerimônia passou a ter roteiros estruturados e documentados. Em 2011 aconteceu a primeira solenidade com vários cursos da instituição na quadra coberta da UCDB. Em 2023, o roteiro do cerimonial a entrega de rosas aos homenageados (Quadro 7).

Vale relembrar que em 2020, período da pandemia, a UCDB realizou a colação no formato on-line e em 2021 as solenidades passaram a ser transmitidas. Segundo Azzolin (2010, p. 20) “distância não significa obstáculo”. Essa expressão justifica o trabalho realizado

pela universidade durante a pandemia de continuar comunicando à sociedade os profissionais formados.

Pelas explanações e discussões expostas neste capítulo e nos capítulos dois e três desta pesquisa sobre a história das universidades, das formaturas, com foco na Universidade Católica Dom Bosco e seu curso de Direito, tem-se o suporte para análise do próximo capítulo que é a pesquisa de campo. Com a bagagem de conhecimentos bibliográficos dos assuntos sobre protocolo, cerimonial, ritos e símbolos; identidade; memória; patrimônio; cultura, território e desenvolvimento local adentra-se à análise das simbologias das solenidades de colação de grau.

5 ANÁLISE DAS SIMBOLOGIAS DO RITO DA SOLENIDADE DA COLAÇÃO DE GRAU NA MEMÓRIA DO CURSO DE DIREITO DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO

Neste capítulo serão abordados o histórico da cerimônia de colação de grau da UCDB, seus símbolos e ritos em ligação com as temáticas de memória, identidade, cultura, desenvolvimento humano, desenvolvimento local e território. Os resultados da pesquisa serão apresentados de forma descritiva a partir de uma visão dedutiva do tema estudado.

5.1 A contextualização do cerimonial universitário e suas formalidades na Universidade Católica Dom Bosco

A contextualização sobre o cerimonial universitário e seu conjunto de formalidades é o ponto de partida deste estudo, em conjunto com o método de observação de diversas cerimônias de colação de grau, em particular das cerimônias realizadas pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), nos anos de 2022 e 2023. Conforme ensinamentos de Viana (1998, p. 22), as cerimônias estão “dispostas numa ordem sequencial, que envolve a utilização de indumentária própria, a ordem de precedência a ser observada, com seus elementos signícos e o cumprimento de um ritual”.

Por ser a Colação de Grau um evento de caráter ritualístico, formal e tradicional que compõe o cenário de uma, das diversas, cerimônias que ocorrem nos territórios universitários, foram entrevistados três gestores da UCDB diretamente envolvidos no evento. Eles serão denominados de G-1, G-2 e G-3 para o resguardo das identidades.

Os gestores pesquisados atuam em cargos e funções diferentes na instituição, bem como na cerimônia. G-1 é a autoridade máxima da universidade e tem como, algumas de suas funções, presidir o Conselho Universitário e a cerimônia de Colação de Grau. G-2 é a autoridade que coordena o curso de Direito da instituição e durante a cerimônia conduz os formandos no desfile de abertura da Colação de Grau. G-3 tem como função institucional coordenar o setor de cerimonial e eventos e organizar e conduzir a cerimônia, conforme relatos descritos no quadro abaixo (Quadro 8).

As entrevistas com os gestores foram realizadas entre 23 de abril de 2024 e 8 de mai de 2024, em reuniões pré-agendadas e realizadas pela plataforma *Google Meet*. Utilizou-se como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada contendo sete perguntas (Apêndice A). Cada entrevista teve a duração de aproximadamente 1h. A escolha de três entrevistados representantes da gestão da instituição de ensino foi em razão da participação direta nas cerimônias de colação de grau, bem como pelos cargos que ocupam na gestão.

Quadro 8 – Relação dos gestores entrevistados e relato sobre participação no evento.

Entrevistados	G-1	G-2	G-3
Participação	O reitor em qualquer universidade presidente os conselhos. A colação de grau é o ato oficial que normalmente é presidido pelo reitor. Quando não é o reitor que preside esse ato oficial, então quem o substitui tem a qualidade de representante. Aqui é o Pró-reitor.	A participação do coordenador é um pouco mais formal. Eu assino a ata, eu estou lá presente. No momento da cerimônia eu entro junto com os acadêmicos e entrego os diplomas para todos do meu curso.	Faço parte de toda organização e planejamento das colações e também atuo como mestre de cerimônias.

Fonte: Elaboração própria (2024)

Para este estudo faz-se premente abordar a histórica da cerimônia na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Assim, apresenta-se como marco, a data de dezembro de 2011, quando se realizou a primeira colação de grau de forma coletiva, com a junção de vários cursos. No entanto, para o curso de Direito, por ter maior número de participantes, foi realizada em separado. A partir dos relatos dos gestores da instituição (entrevistados nesta pesquisa), dos vídeos disponibilizados no canal da universidade no YouTube e das fotos da Assessoria de Imprensa da UCDB, pode-se visualizar e compreender a realização desses eventos.

Ressalta-se que em 2005 foi criado o Setor de Eventos e Cerimonial da UCDB. Em 24 de outubro do referido ano, foi publicada a Portaria Reitoria n. 059/2005, que regulamenta e normatiza as festividades de formatura dos acadêmicos da UCDB. O documento trata da participação de representantes da Universidade nas festividades de formatura extraoficiais de seus acadêmicos. Impossibilitando a representação em cerimônias realizadas em buffets e/ou salões de festas.

A referida portaria trata também da impossibilidade de representação docente em período de férias, exceto com consentimento do coordenador do respectivo curso. O representante somente participará de cerimônia externa conduzida pelo Cerimonial da Instituição. Por fim, o documento diz que é obrigatória a condução da cerimônia pelo cerimonial da UCDB e que deverá ser remunerado.

A UCDB transmite ao vivo e disponibiliza suas cerimônias de Colação de Grau no canal do YouTube da Universidade desde 2021 (Figura 18). Em decorrência da pandemia da Covid-19 os eventos públicos presenciais estavam restritos, então a Universidade realizou a cerimônia no formato on-line para as turmas de 2020-B em fevereiro daquele ano.

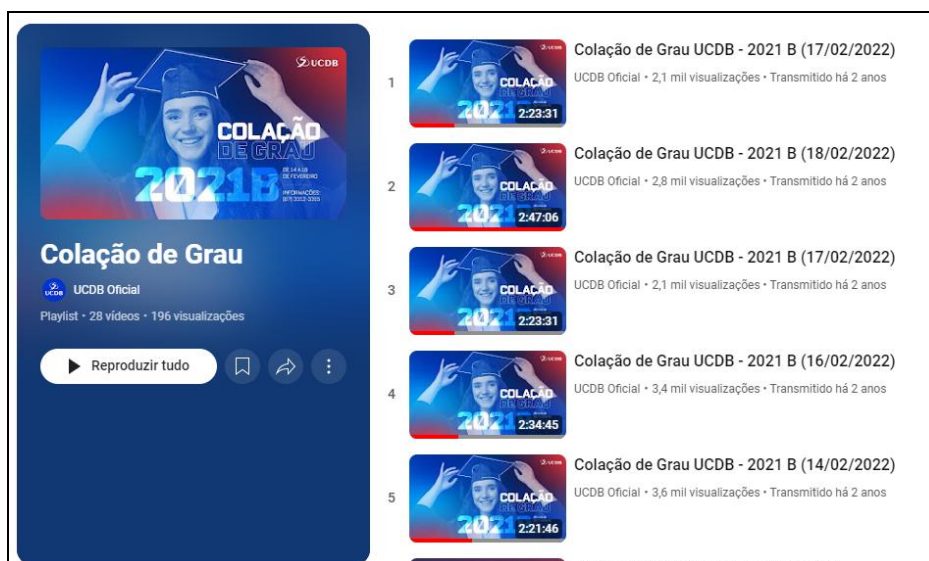
Figura 18 – Lista de vídeos de Colação de Grau On-line – fevereiro 2021



Fonte: In: <https://www.youtube.com/@UCDBoficial>. Acesso em 2023.

Com a experiência, em 2022 passou a realizar as cerimônias presencialmente e com transmissão ao vivo pelo seu canal no YouTube, @UCDBoficial. Os vídeos estão organizados em forma de Playlist denominada ‘Colação de Grau’ (Figura 19). Observa-se a preocupação da instituição de ensino de divulgar seus atos e, ao mesmo tempo, salvaguardar o momento cerimonioso e ritualístico da colação de grau em uma plataforma de vídeos na internet para que as pessoas possam assistir a qualquer tempo.

Figura 19 - Playlist de vídeos de Colação de Grau da UCDB



Fonte: In: <https://www.youtube.com/@UCDBoficial>. Acesso em 2023

Existe relevância em transformar os vídeos em documentos institucionais e disponíveis ao público em geral como forma de cuidado com o patrimônio cultural e institucional. O acesso por meio dos vídeos aos atos ritualísticos universitários colabora para edificar significados ligados à identidade. Segundo Pollak (1992) identidade está conectada à

memória da comunidade que participou do evento e deixa de herança para as próximas gerações.

Pela perspectiva regulamentar de obrigatoriedade, entende-se que o ato da outorga de grau é uma ação que acontece de forma organizada e planejada institucionalmente. Existem dois tipos: Colação em Gabinete (sem a participação pública) e a Sessão Solene (aberta à participação pública). Nesta pesquisa, será abordada a cerimônia aberta ao público, que é dotada de ricos elementos simbólicos e tradicionais.

Conforme responsável pela organização das cerimônias da UCDB, neste estudo, denominado de G-3, para resguardo de sua identidade, a colação de grau é realizada em três ou quatro dias, no período da noite. É a maior solenidade, em termos de quantitativo de participantes, acontece em fevereiro com as turmas que concluíram os cursos no segundo semestre do ano anterior. “A média é normalmente de 180 a 200 formandos, por noite. De convidados, quando é feito nas quadras dá em torno de 2000 pessoas para cima” (G-3- 2023).

Em relação aos responsáveis pela montagem do cenário da cerimônia, na UCDB, a montagem é realizada em parceria com uma empresa de eventos, conforme G-3 (2023). Todo o cenário, os registros fotográficos para os formandos, as vestimentas dos participantes e parte da equipe de cerimonial são fornecidas pela empresa. A filmagem, que é transmitida no canal oficial do YouTube da universidade, é realizada pelo Laboratório de Comunicação (Labcom).

A gente trabalha em conjunto com a Secretaria Acadêmica e com a empresa. As informações que a Secretaria nos passa é o que a gente disponibiliza para a empresa para que ela possa providenciar por dia a quantidade de becas. Passamos também a quantidade de cursos. A questão das cores, eles disponibilizam de acordo com o que a gente informa (G-3/2023).

Nesse contexto, percebe-se a magnitude da montagem do cenário do evento e a quantidade de detalhes que são trabalhados pelas equipes envolvidas nessa tarefa. Assim, em vista do excerto acima, a colação de grau é uma cerimônia universitária que envolve instrumentos imprescindíveis para sua realização, além de ser um ato administrativo e protocolar composto de um conjunto de ritos e símbolos.

Conforme Brasil (2017, p. 42), a colação de grau é “o ato oficial, público e obrigatório, por meio do qual o aluno, concluinte do curso de graduação, presencial ou a distância, recebe o grau ao qual tem direito por ter concluído o curso superior”. Esse ato acontece em cerimônias abertas à participação pública.

Observa-se que a UCDB, a partir das transmissões de suas cerimônias em seu canal na plataforma Youtube, amplia o acesso dessa participação do público. Esse processo pode ser

entendido como a “plusificação” do desenvolvimento local da universidade. O termo foi cunhado por Wanderley (2018) que usa o neologismo a fim de otimizar as características locais. Conforme o autor, plusificar é o ato ou efeito do melhor uso dos recursos locais, ou seja, é fazer algo a mais por meio de ações específicas. Nas palavras de Bennet e Marques (2024, p. 175), “a plusificação se tornou um conceito importante”, por ser uma estratégia para promover o desenvolvimento”.

O ato da colação de grau, segundo os gestores, exige uma preparação prévia e alguns requisitos são necessários para estar apto a participar da cerimônia, como ter concluído todas as etapas do curso. Caso não consigam participar da cerimônia pública com todos os colegas, o acadêmico cola o grau em gabinete.

Quando o acadêmico não consegue participar da colação oficial ele tem que solicitar à Secretaria uma colação avulsa (G-2/2023).

Em gabinete é feita quando são poucos aqueles que perdem por exemplo, não conseguem porque ficaram de uma ou duas disciplinas ou não concluíram; então como são poucos, três ou quatro ou meia dúzia, aí normalmente é feito em gabinete. O reitor autoriza a pró-reitora ou um pró-reitor para que o represente (G-1/2023).

Sobre as pessoas responsáveis pelo ato da outorga do grau, G-1 (2023) esclarece como é na UCDB e como é escolhido o substituto do reitor para participar do evento solene.

A colação de grau, ou de formatura como chamam, mais correto seria a colação de grau, é o ato oficial que normalmente é presidido pelo reitor. Quando não é o reitor que preside esse ato oficial então quem o substitui, na qualidade de representante, imponha o grau. Então veja, é o reitor quem tem essa prerrogativa, é aquele que de direito e de fato preside as colações de grau. Toda e qualquer colação de grau é o reitor quem preside. Quem substitui o reitor, aí é, normalmente, os pró-reitores. O próprio reitor indica qualquer um dos pró-reitores. Não tem uma norma estabelecida. Ele pode através de portaria ou através de indicação dizer: é o pró-reitor x, é a pró-reitora Y, e assim por diante. Não tem um vice. Nós não temos o vice-reitor. Temos pró-reitores, que são quatro, e também há a questão de entendimento entre os próprios pró-reitores. Às vezes, como já aconteceu quando estive ausente, fazem um rodízio entre eles.

Em observação às solenidades de colação de grau, tanto presencial quanto pelos vídeos disponíveis no canal oficial da UCDB no YouTube, percebe-se que a mesa de autoridades é composta pelos pró-reitores da instituição de ensino superior estudada. Eles são chamados pelo mestre de cerimônias na seguinte ordem protocolar, após a entrada do reitor: pró-reitora de Extensão e Graduação; pró-reitor da Pastoral e Assuntos Comunitários; pró-

reitor de Administração; pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da UCDB. Por fim, é chamado o coordenador do curso ou os coordenadores dos cursos participantes.

O reitor, conforme observado nas cerimônias, usa beca preta, pelerine (também chamada de samarra) e faixa na cor branca, que é a cor exclusiva dos reitores (Viana, 1998; Silva, 2003; Brasil, 2017), além, do *jabour* branco, capelo preto e para a imposição do Grau usa a borla branca. Os pró-reitores usam beca preta, pelerine e faixa na cor cinza, *jabour* branco e capelo preto. Os coordenadores de cursos usam beca preta, pelerine e faixa na cor do curso, *jabour* branco e capelo preto.

As cores das pelerines e das faixas trazem a simbologia da área do conhecimento acadêmico. No caso do curso de Direito da UCDB, observou-se que é usado o vermelho. A referida cor segue em conformidade com os ensinamentos de Viana (1998) que aborda a divisão dos graus acadêmicos por reinos da natureza. As ciências Jurídicas e Sociais, conforme o autor, pertence ao Reino Animal, simbolizado pela cor vermelha.

Além das preocupações com os acadêmicos em relação ao cumprimento dos quesitos para a conclusão do curso, há nos relatos dos entrevistados a preocupação com o ato jurídico da cerimônia, com o registro documental para que tenha validade. A documentação do ato de colação de grau é feita por meio da assinatura da ata.

[...] esse é um ato próprio para documentar e para promover a atribuição de grau, para que possa se documentar esse ato, por meio da lavratura de uma ata, na qual o acadêmico assina essa ata. Então só a partir desse momento é atribuído para ele o grau de bacharel, e ele então consegue gozar dos direitos que o título dá a ele. Então esse é um ato indispensável para que ele possa obter os benefícios do curso; e na verdade, é a certificação da universidade que ele completou os requisitos para possa beneficiar-se do título de bacharel (G-2/2023).

A fala de G-2 (2023) sobre a certificação da universidade, por meio da lavratura da ata, de que os estudantes completaram os requisitos para beneficiar-se do título de bacharel, traz em sua essência a questão da formação do indivíduo, no sentido do desenvolvimento em escala humana para exercer práticas democráticas diretas e participativas na comunidade em que vive (Martín, 2001; Ávila 2000).

A assinatura da ata na visão do entrevistado é o documento mais importante para a Universidade de registro da outorga de grau. Em sua explanação G-2 detalha como acontece esse momento e sobre a nova forma de assinatura com uso da tecnologia digital.

Além do ato formal documentado, que eu entendo, porque a gente orienta muitos acadêmicos quanto a necessidade de não pular nenhuma etapa, de assinar a ata, que é o documento principal da colação. Estou falando isso pra você, porque é semestre passado foi um cuidado muito grande que nós tivemos. Agora eles assinam a ata digitalmente no próprio celular, ao final da colação. Então, quando acaba a colação é disparado um e-mail. Ele tem que entrar no e-mail, e antes dele ir embora, tem que assinar e devolver aquele e-mail assinado, senão aquele ato não valeu para ele. Então por esse lado, por esse lado formal, é a forma que eu vejo (G-2/2023).

Pelo apontamento de G-2 (2023) sobre a validade do ato da colação de grau por meio de lavratura em ata, percebe-se a seriedade do evento. A assinatura é a forma de a universidade registrar e comprovar que está colaborando com o desenvolvimento local por meio da educação e que os estudantes que assinou também está capacitado para tal feito. Como destaca Ávila (2012) é pela formação educacional e profissional que o indivíduo colabora com o desenvolvimento local.

Nos relatos dos entrevistados, é possível perceber que as funções desempenhadas tanto na Universidade Católica Dom Bosco, quanto durante o evento, são bem definidas e importantes para a sua realização. No caso deste estudo, importa destacar os cargos, pois toda a cerimônia é regida por um protocolo. Como abordado nas sessões anteriores desta tese, trata-se de uma cerimônia formal, regida por regras e normas, na qual é respeitada a hierarquia das autoridades presentes.

As cerimônias de colação de grau nas universidades são eventos tradicionais que perpassam gerações. Elas fazem parte das memórias de muitas pessoas, principalmente de quem convive no meio acadêmico. É o caso de um dos entrevistados que possui uma longa trajetória na instituição. Em seu currículo constam passagens como diretor da FUCMT de 1981 a 1984, depois de 1991-1993. Com a transformação da FUCMT em UCDB, exerceu o cargo de reitor de 1993 a 2015. Retornou ao cargo em 2020, no qual continua até a data desta pesquisa, e fala sobre as mudanças ocorridas nas colações de grau da instituição.

Antigamente as colações de grau não eram tão solenes como são agora. Na época da FUCMT eu me recordo que os alunos se reuniam numa sala de aula. Quando a gente veio aqui para o campus a gente reunia os pais, os amigos, os parentes, no anfiteatro. Os acadêmicos faziam o juramento e havia a imposição de grau. Sem essa, digamos assim, solenidade toda que é dada agora. [...]. Então depois de um certo período, agora não saberia determinar ou estabelecer quando, mas já estávamos aqui no novo campus, chegamos à seguinte conclusão, todos aqueles que concluíram seus estudos e foram aprovados, todos vão participar da colação de grau. A festa depois são outras coisas (G-1/2023).

A colação de grau enquanto tradição cultural do território universitário é recheada de memórias. Pela fala de G-1 percebe-se bem esse fenômeno e confirma o que Halbwachs (2006) leciona sobre memória. Segundo o autor é a ação de relembrar a sequência de acontecimentos e estas estão sujeitas a flutuações e mudanças. Pelo trecho da fala de G-1 (2023) como “agora não saberia determinar ou estabelecer quando ...” certificam-se as fragilidades da memória relatadas pelo pesquisador.

O entrevistado relata, também, que as pessoas queriam registrar aquele momento com fotos e a participação de familiares e amigos, principalmente no curso de Direito, e assim tornou-se um evento grandioso realizado em espaço de eventos externo à Universidade. E isso ocasionou elevado investimento financeiro por parte dos acadêmicos e alguns deixavam de participar.

Por isso, a decisão da gestão da universidade de organizar o evento de forma que todos que concluíram os estudos, estivessem aptos para participarem da colação de grau. Cabe ressaltar, conforme as falas dos entrevistados, o papel das empresas de eventos que realizavam as colações de grau, no sentido de colaboração com a cultura desse tipo de cerimônia na universidade e a visão da gestão para que esse rito não tomasse outros rumos como o comercial.

Infere-se a partir da fala de G-1, em conexão com documentos como a Portaria Reitoria n. 059/2005, que regulamenta e normatiza as formaturas dos acadêmicos da UCDB, as mudanças ocorridas no cerimonial da universidade e a importância dada para o momento da colação de grau e sua equipe de cerimonial. Conforme Viana (1998) cerimonial universitário assume papel de destaque na gestão institucional por administrar estruturas formais de cerimônias e atos legais que compreendem os aspectos símbolos e históricos dos ritos.

Sobre o ritual da colação de grau, G-1/2023 recorda com saudosismo de quando era em sala de aula, na época da FUCMT. O entrevistado descreve com detalhes como era rito e os tramites protocolares.

Quando a colação de grau era feita na sala de aula havia naturalmente um roteiro que devia ser observado. Havia primeiro a conferência dos documentos de legalidade, ou não, de quem estava presente. Porque precisava verificar se todos os presentes realmente faziam juz. Tinha que verificar isso. Então a secretária, com o coordenador, fazia a chamada. Após a chamada, os acadêmicos faziam. Isso eu me recordo, lá no bloco C da FUCMT, na rua 13 de maio. Depois do Juramento, o diretor na época, o diretor geral, empunha o grau e depois havia a manifestação nas palavras do

representante da turma, de algum professor que estivesse presente, o diretor concluía e depois havia assinatura. Esse era o rito (G-1/2023).

O entrevistado G-1 busca em suas memórias as recordações de quando era diretor na FUCMT e depois como reitor. No início, a UCDB realizava as refeições de grau também em sala, como na FUCMT. Ao continuar narrando sua história de participação nesses eventos, enquanto gestor, descreve com riqueza de detalhes os momentos vividos e como aconteciam os rituais e protocolo.

O fato de G-1 (2023) rememorar o rito da refeição de grau e a sequência de suas fases é no dizer de Halbwachs (2006) um ponto de vista da memória coletiva. Segundo Nora (2012), a memória faz parte de um grupo que é unido por essa memória. Por essa abordagem, pode-se fazer conexão com os ensinamentos de Santos (2013), quando este aponta o espaço territorial e o espaço humano, que sob outra ótica pode ser entendida também como territorialidade (Haesbaert, 2020), são lugares de relações sociais que conectam passado e futuro (Santos, 2013).

A identidade cultural da refeição de grau, inserida no território universitário, é esse encontro com o passado no presente e que deixa margem para ser revivida, simbolicamente, no futuro. É o que se infere pelas discussões dos teóricos visitados nesta pesquisa. Pelos dizeres de G-1 (2023), com a mudança da instituição de ensino de Faculdade para Universidade, podem-se perceber mudanças também na cerimônia e nos locais onde eram realizados.

Depois passou para o anfiteatro. Eu lembro que era no bloco A aqui do campus. No anfiteatro tem 320 lugares. A gente juntava o pessoal de Direito e lotava. E era sempre o reitor que estava presente com o coordenador e um professor. Mas o esquema é o mesmo. [...] o pessoal do direito vinha todos eles de terno e gravata faziam questão realmente de aparecer como doutores, como eles costumam falar. Acho importante. [...] os demais cursos nem tanto, mas o direito sempre eles vinham de terno e gravata. Era sagrado isso (G-1/2023).

Ao revisitar suas memórias, G-1 (2023), aponta mudanças culturais nas solenidades com o tempo, apesar de existir uma formalidade, um rito e um protocolo. E faz questão de destacar, com conhecimento de causa de quem participou de várias refeições de grau:

O fundamental para a refeição de grau para formatura é, repito, estar apto e concluído todos os créditos; segundo: participar do Juramento e da imposição do grau por parte do reitor ou do diretor da faculdade e depois assinatura a ata (G-1/2023).

Em relação às vestes talares, ao uso da beca, G-1 (2023) assinala que os estudantes se organizavam para fazerem os registros fotográficos com a beca. Em dezembro de 2021, a UCDB, em parceria com empresas de organização de formaturas, passou a realizar as colações de grau com os acadêmicos uniformizados com as vestes talares e com os acessórios nas cores de suas graduações. O entrevistado G-1 (2023) traz em sua narrativa uma curiosidade sobre a origem das vestes nas cerimônias universitárias.

As antigas universidades usavam. Então a gente pega como modelo a universidade de Bolonha, de Padova, essas antigas de 1300. Já havia essa vestimenta, é a inspiração vinda da Europa. Vem de longe, de tempo medieval. Os cavaleiros que tinham vários títulos, e de acordo com o título, usavam esse tipo de vestimenta. É uma tradição que vem desde os romanos. Os romanos, os senadores romanos quando eles iam para o fórum para defender, usavam a toga, era uma espécie de batina, que era branca. E aí, então, os romanos nos legaram essas tradições, que foram sendo aprimoradas e melhoradas (G-1/2023).

A tradição cultural de um grupo é o que dá sentido a sua identidade e representação. O modo de vestir é um exemplo, como ilustrado por G-1. Nos dizeres de Laraia (2001, p.94), a “cultura é dinâmica”. Assim, percebe-se a existência de mudanças culturais no tempo e no espaço. Como no caso das vestimentas carregadas de simbologias e que com o tempo passou por mudanças de formatos e sentido, significado.

Culturalmente, a cerimônia da colação de grau está ligada à identidade da comunidade universitária. Dessa forma, pode-se visualizar esse evento como um patrimônio cultural da universidade. Nos ensinamentos de Rezende e Castilho (2018, p. 18), “patrimônio cultural é a soma dos bens culturais de um povo”. O patrimônio vai além da parte física, pois está conectado ao cotidiano das pessoas em referência a memória viva dos bens culturais.

Sob a ótica do patrimônio cultural imaterial, infere-se que o cerimonial da colação de grau traz em sua vertente os saberes, a identidade e as memórias da comunidade universitária. É premente a contribuição da realização das cerimônias para o desenvolvimento local do município, do estado e do país. Isso porque as localidades recebem os profissionais que passaram pelo ritual da colação de grau e consequentemente, torna-se memória para gerações futuras. Na Figura 20, a linha do tempo demonstra o percurso de desenvolvimento local, e consequentemente humano, do cerimonial da UCDB.

Figura 20 – Linha do tempo do cerimonial da UCDB



Fonte: Autoria própria/2024

O entrevistado G-2 (2023), assinala que o caráter festivo da cerimônia, apesar de toda a formalidade, em sua visão é um momento de emoção para os participantes. Essa fala, corrobora com as funções do cerimonial descritas por Viana (1998) ao tratar da função gratuita, no sentido da festividade, da atividade lúdica, que flexibiliza a formalidade ritualística e protocolar.

E a outra forma que eu vejo claro é aquele lado festivo do ato, não tem como você não se emocionar, não tem como você não ver ali como as famílias estão em torno daquilo, são pais, mães ao lado dos seus filhos e filhas. Eu acho que esse lado também é algo que a gente não consegue dissociar e simplesmente levar para o lado, é eu digo isso da cerimônia, tudo isso quando a gente faz uma cerimônia nesse formato que a gente tem feito, quando você faz num gabinete você consegue entender que é um ato puramente formal documental, mas nesse formato como uma cerimônia, eu acho que a gente não consegue muito dissociar de uma situação documental e de uma situação festiva (G-2/2023).

A cultura da cerimônia tem seu caráter protocolar e administrativo, mas também tem seu caráter festivo. Como descrito nas falas de um dos gestores: o “lado festivo do ato, não tem como você não se emocionar” (G-2/2023). O gestor complementa sua fala dizendo que não consegue dissociar a situação documental da situação festiva.

Nesse contexto, Àvila (2000, p. 75) pontua: “Todas as conquistas comunitárias precisam ser explicitadas, comemoradas e difundidas”. Com isso, o autor destaca que a socialização de informações é uma eficiente estratégia de engajamento, colaboração e partilha de ações que são assumidas como bens-comuns.

Para os gestores entrevistados a colação de grau é um momento que representa alegria, conquista, vitória e responsabilidade. Nas palavras deles a solenidade de colação de grau traz em seu bojo diversas simbologias como:

A alegria do dever cumprido, mas ao mesmo tempo também, o compromisso, porque uma colação de grau, é digamos assim, faz com que o formando, o jubilado seja revestido de responsabilidades. Então é muito importante, não é só festa, é algo que a sociedade diz ‘te reconheço como bacharel agora’ e você ponha em prática o que você aprendeu e passa a exercera a responsabilidade e o compromisso legal da profissão (G-1/2023).

Ao refletir sobre o significado da colação grau, G-1(2023) comenta sobre a entrega a sociedade de um profissional formado: “é algo que a sociedade diz ‘te reconheço como bacharel agora’ e você ponha em prática o que você aprendeu e passa a exercer a responsabilidade e o compromisso legal da profissão”. Com esse pensamento, é ratificado pela própria gestão da universidade o rito de colação como símbolo de entrega de um profissional.

A gente que vive com os jovens aqui, me vem uma ideia de vitória, assim sabe, me vem uma ideia o sabor bom, vem uma ideia de conquista. A gente vê que hoje em dia tem tantas dificuldades que eles vivenciam (G-2/2023).

Simboliza a vitória deles. Todo o esforço que eles tiveram durante o tempo que ficaram na cidade. Seja quatro ou cinco, seis anos. As lutas. A conclusão ali de uma etapa da vida, também, de um ciclo (G-3/2023).

A partir das entrevistas com os gestores da UCDB percebe-se que a colação de grau é um momento marcante positivamente para a Universidade. Para melhor entender o que simboliza o rito de colação de grau é preciso saber também a opinião daqueles que participaram da solenidade como formandos.

Neste estudo, aplicou-se um questionário *on-line* (Apêndice B), pela plataforma Google Formulário, destinado aos egressos do curso de Direito da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), que participaram das cerimônias de Colação de Grau nos anos de 2022 e 2023. A pesquisa realizada no período de 10 a 31 de maio de 2024, foi destinada aos membros de dois grupos de *WhatsApp* das turmas do Curso de Direito da UCDB que formaram no período do recorte da pesquisa. Dez pessoas se prontificaram a participar, sendo que 20% colaram grau em 2022 e 80% em 2023. Dos respondentes da pesquisa 70% são do gênero feminino e os outros 30% masculino.

Os participantes são da faixa etária dos 20 aos 25 anos de idade, o que se supõe que obtiveram a primeira graduação e conseqüentemente foi a primeira participação como um dos protagonistas na cerimônia de colação de grau. Quando questionados sobre o motivo da escolha do curso de Direito, 50% responderam que sempre quis fazer o curso, 30% disse ser por tradição familiar e 20% para concurso público. O *status* da profissão, uma das opções do questionário não foi apontado como motivo de escolha do curso pelos participantes da pesquisa.

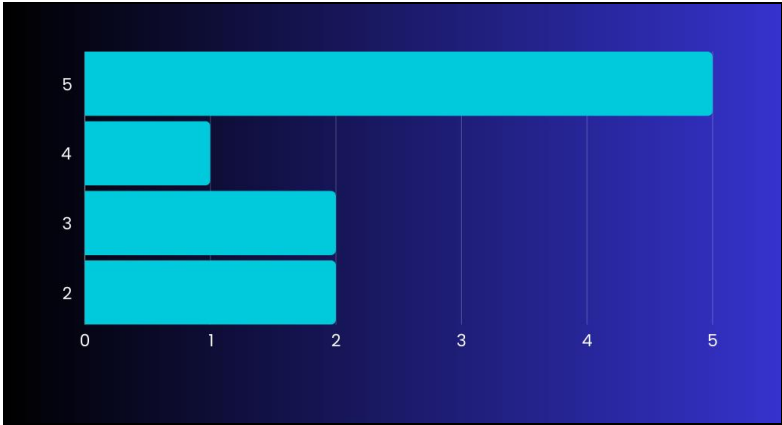
A tradição familiar é um ponto para escolha da profissão, como demonstra a pesquisa, em coerência com a narrativa de Tada (2016) ao discorrer sobre a história de um procurador-geral de justiça egresso da então FUCMT. Infere-se que a tradição familiar não deixou de acontecer. O curso de Direito tem sua história milenar como um dos primeiros cursos universitários na Europa Medieval. Em tempo contemporâneo, o curso na UCDB tem mais de meio século de história e tradição. Nesse envolver, pode-se relacionar a tradição do curso ao motivo de escolha, pelo fato de os participantes terem descartado a opção de *status* da profissão.

Para a maioria dos participantes (70%), a colação de grau significa “conquista pessoal”. Outras respostas apontadas: satisfação familiar, desenvolvimento pessoal, formalidade/obrigação. As outras opções sugeridas como resposta (anúncio da formação profissional e comemoração) não foram marcadas.

Avelar (2012) elucida que a cultura universitária traz em seu bojo prêmios a serem conquistados, principalmente pelo valor de pertencimento, de realização pessoal e familiar. Nas palavras do autor, a conclusão de um curso de graduação é positiva tanto para os estudantes e para a família, quanto para a universidade, que tem a certeza do dever cumprido de entrega à sociedade um profissional criticamente qualificado.

Pode-se depreender que a conclusão de um curso é a efetivação de um direito descrito na Declaração dos Direitos Humanos, no qual destaca que “Toda pessoa tem direito à educação”. Segundo Lima (2007), a educação, assim como outras formas de direito, está conectada ao desenvolvimento humano, pessoal e profissional.

Gráfico 1 - Grau de satisfação após a solenidade



Fonte: Autoria própria (2024)

Sobre o grau de satisfação após a solenidade, em uma escala de notas de 1 a 5, sendo 1 insatisfeito e 5 muito satisfeito, 50% dos participantes disseram que ficaram muito satisfeitos. 10% creditaram nota 4; 20% nota 3 e 20% nota 2. Pelo Gráfico 1 acima, pode-se visualizar a escala de satisfação como muito satisfeito. Entende-se pelo resultado do grau de satisfação dos participantes que o cerimonial cumpre a sua função ritualística, semiótica, legislativa, gratuita e pedagógica (Viana, 1998). Para melhor entender o gráfico, elaborou-se um quadro com a opinião dos participantes sobre o grau de satisfação (Quadro 9).

Quadro 9 - Opinião sobre a solenidade

Comentário sobre a solenidade de sua colação de grau.		
Egresso	Grau de satisfação	Resposta
E-03	5	Muito boa e organizada .
E-05	5	Um momento memorável da passagem da vida estudantil para a vida profissional
E-07	4	Foi uma cerimônia muito bonita
E-09	3	Muito demorada .
E-10	2	Não me senti muito bem, visto que ainda não tinha minha OAB (a sensação é que ainda não se encerrou esse ciclo , por mais que eu tenha um diploma)

Fonte: Autoria própria com destaque nas palavras-chave do texto

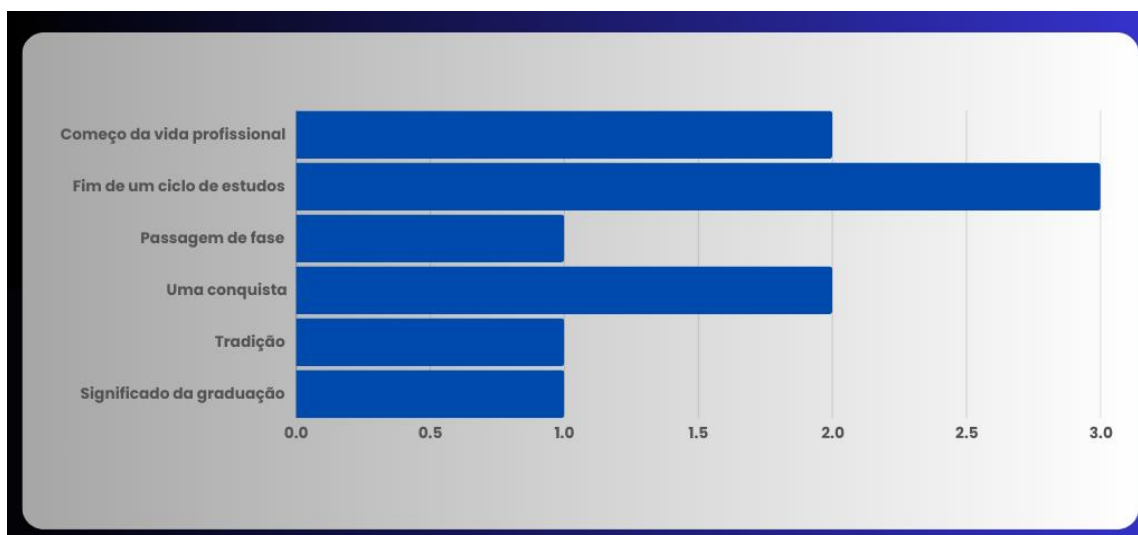
No Quadro 9 é apresentada a relação dos participantes, o grau de satisfação após a cerimônia e sua opinião sobre o evento. O que se depreende dos dados coletados: aqueles que se sentiram muito satisfeitos e satisfeitos após o evento, com avaliações de notas 5 e 4, e que

relataram sua opinião, apontaram questões sobre organização e estética da cerimônia e sobre o significado como rito de passagem que ficará na memória.

Aqueles que se posicionaram satisfeitos, mas com ressalvas, e insatisfeitos, ao darem notas 3 e 2, apontaram questões negativas do cerimonial, no caso, a demora. Outra questão negativa assinalada foi o quantitativo de formandos, que na opinião do participante da pesquisa são pessoas despreparadas para exercer a profissão. Outro ponto destacado, também, foi referente a questão externas aos domínios do território universitário que é a aprovação na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para exercer a profissão, como empecilho para finalizar o ciclo de estudos.

No trilhar da pesquisa bibliográfica teorias sobre rito de passagem (Van Genep, 2013) não se confirmou exatamente como uma passagem, na opinião dos participantes da pesquisa, e sim como o marco de um momento da vida. Esse marco é revelado nos dizeres de Da Matta (2013) em relação às cerimônias. Para confirmar a premissa de Da Mata, os egressos, participantes da pesquisa, apontaram a colação de grau como o fim de um ciclo, ou seja, como um marco de história de vida, como apresentado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Palavras que melhor traduzem os sentimentos sobre a cerimônia de colação de grau



Fonte: Autoria própria (2024)

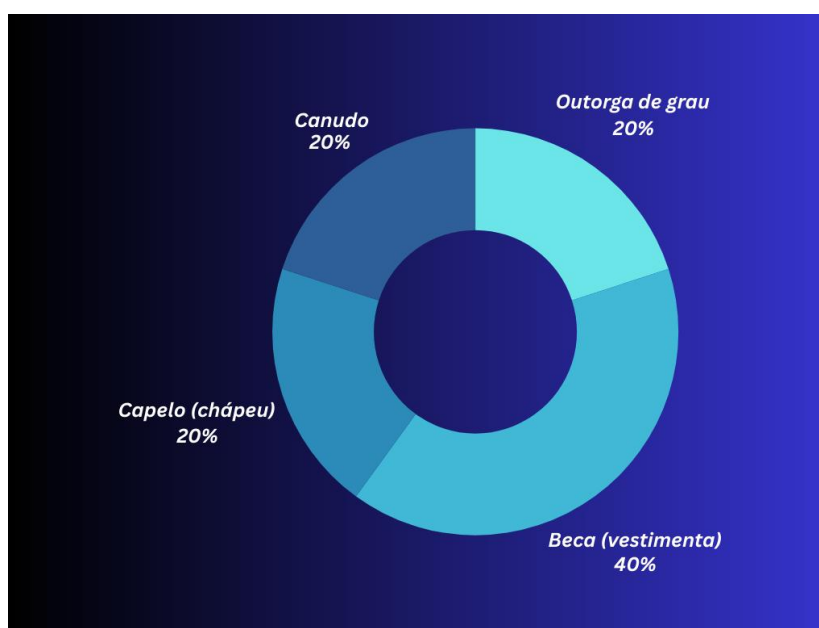
Foi apresentado um rol de 20 palavras/expressões para que os egressos refletissem sobre o sentimento que ficou da cerimônia. Assim, 30% dos participantes apontaram o fim de um ciclo de estudos, seguido das expressões: começo da vida profissional, conquista, significado da graduação e passagem de fase.

Expressões sugeridas e que não foram marcadas: festa, ritual, tradição, uma futilidade, uma obrigação, um direito, satisfação familiar, consequência da graduação, despedida,

mudança de status social, apresentação dos novos profissionais, momento de confraternização com os colegas, realização pessoal, progresso social, indiferença. Ressalta-se que os participantes poderiam marcar mais de uma opção e/ou apontar outras palavras que não foram sugeridas, mas que refletissem seu sentimento.

Para compreender o entendimento dos participantes sobre os símbolos inseridos no rito da colação de grau, questionou-se sobre os itens que melhor traduzem a cerimônia com a sugestão de alguns desses itens para que marcassem como resposta ou, caso preferissem, descrevessem o item. Para a maioria dos participantes (40%), a beca (vestimenta) é o símbolo da colação de grau, seguido do capelo (chapéu), canudo e outorga de grau. A título de conhecimento, outros itens apresentados, não foram citados pelos participantes: foto oficial, festa pós-solenidade, discursos, discurso patrono, discurso paraninfo, homenagem pais, homenagem mestre, vestimentas das autoridades (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Itens que melhor traduzem a cerimônia de colação de grau



Fonte: Autoria própria (2024)

Quando questionados sobre o significado dos itens indicados, seis dos dez participantes da pesquisa descreveram suas impressões sobre as simbologias do item destacados. No Quadro 10, podem-se observar as opiniões dos egressos do curso estudado sobre os símbolos que compõem a cerimônia, como a beca (vestimenta) que é indicada pelos egressos como símbolo de “seriedade ritualística”; o canudo como representação da

“conclusão da graduação”; o acessório usado na cabeça, que é o capelo, e o momento da outorga do grau são descritos como sinônimo de que se é “oficialmente bacharel”.

Quadro 10 - Símbolos que traduzem a cerimônia de Colação de Grau

Itens que melhor traduzem a cerimônia de colação de grau:	Significado do símbolo	Momento especial da cerimônia
Beca (Vestimenta) – 40%	- Simboliza a seriedade ritualística do momento e a importância da cerimônia.	- Outorga de Grau - O Fim! - Quando Jogamos Os “Capelos” - A assinatura da Ata
Canudo – 20%	- Um bom lugar para guardar o diploma antes de emoldurar. - Conclusão da graduação	
Capelo (Chapéu) – 20%	- O capelo demonstra que agora realmente somos bacharéis	
Outorga de Grau – 20%	- Realização. - Momento muito significativo, de ser oficialmente bacharel	

Fonte: Autoria própria (2024)

Na opinião dos participantes da pesquisa, os momentos especiais da cerimônia são: a outorga de grau realizada pelo Reitor ou seu substituto; a assinatura da Ata da Sessão Solene de Outorga de Grau; ocasião quando se joga o capelo para cima e o fim da cerimônia, momento em que se pode comemorar com amigos e familiares (Quadro 10). Constata-se que do conjunto de ritos que compõe a cerimônia, os itens destacados pelos egressos, estão alinhadas as falas dos gestores que destacaram a importância do ato formal da assinatura da Ata e a outorga de grau.

O ato do juramento não foi citado pelos egressos e nem lembrado como um momento especial da cerimônia, no entanto foi destacado nos dizeres do gestor G1 como um dos momentos relevantes do cerimonial. Conforme observado nos vídeos disponíveis no canal oficial da UCDB, no Youtube, nas cerimônias de colação de grau, o mestre de cerimônias resalta em sua fala: “A palavra dita em juramento marca o compromisso com o dever a ser cumprido e se torna sagrado”.

Após esclarecer o significado e a simbologia do juramento, ela chama o representante da turma para que, da tribuna, profira em voz alta, com o braço direito estendido para que seja acompanhado pelos colegas de turma, também posicionados em pé e com o braço direito estendido, repetindo o juramento em voz alta. Cada curso ou área do conhecimento da UCDB tem o seu juramento.

O curso de Direito possui o seguinte juramente:

Juro, perante Deus e a sociedade, no exercício das funções de meu grau, dignificar minha atividade profissional, respeitando os princípios da ética profissional e da moral nas minhas ações, promover a justiça e o desenvolvimento das instituições, tendo como objetivo a grandeza do homem e da pátria. Eu juro.

Outro momento da cerimônia, que também não foi mencionado pelos participantes da pesquisa, foi o ato cívico simbolizado pelas bandeiras e hino. Observou-se nas cerimônias que as bandeiras fazem parte do cenário e que o Hino Nacional faz parte do roteiro do evento e é executado de acordo com o artigo 24 da Lei nº 5.700 de 1971, sendo tocada integralmente por simples execução instrumental.

Das observações realizadas nas cerimônias do Curso de Direito da UCDB pode-se apontar o seguinte conjunto de ritos e símbolos: 1. Composição da mesa com a entrada das autoridades, chamadas uma a uma, em ordem protocolar, pelo mestre de cerimônias; 2. Entrada dos formandos em cortejo acompanhados do coordenador do curso; 3. Abertura da Sessão Solene pelo Reitor; 4. Execução do Hino Nacional; 5. Juramento; 6. Imposição do Grau; 7. Discurso do Reitor; 8. Homenagens com leituras de mensagens por representantes da turma (a Deus, aos Pais e Familiares, aos Mestres, aos Ausentes); 9. Leitura da Ata de Colação de Grau pelo mestre de cerimônias; 10. Entrega dos canudos a cada um dos formandos, nominalmente; 11. Encerramento da Sessão Solene; 12. Ato de jogar o capelo para o alto.

No caminhar pela territorialidade da cultura do rito de Colação de Grau na vida dos personagens envolvidos na cerimônia do curso de Direito da UCDB – e participantes voluntários da pesquisa de campo –, infere-se que a cultura universitária é marcada por uma tradição recheada de símbolos como a vestimenta, a disposição dos personagens no cenário, a presença dos símbolos cívicos representados pelas bandeiras e pelo hino, o juramento, a outorga do grau e o canudo/diploma.

O reitor coloca a sua borla branca sobre a cabeça do formando em um ritual de imposição do grau, como ilustrado na Figura 21. Na opinião dos participantes da pesquisa esse momento é um dos mais especiais da cerimônia. E é um dos itens destacado pelos participantes como símbolo do rito da colação de grau, ao lado do canudo e do capelo, e da beca. A outorga foi apontada como sinônimo de realização e que se é oficialmente bacharel.

Figura 21– Ato da outorga de grau

Fonte: Youtube UCDB/2023

Os outros itens apresentados no Quadro 10: a beca foi citada como sinônimo de seriedade ritualística. O canudo foi descrito como símbolo de conclusão da graduação e como instrumento para guardar o diploma. Já o capelo sinônimo de bacharel. Ilustra-se essa passagem momento da entrega do canudo (Figura 22).

Figura 22 - Momento da entrega do canudo

Fonte: Silva Tada/ Assessoria Imprensa UCDB/2023

O momento da entrega do canudo remete às reflexões de Da Matta (2013), a partir dos ensinamentos de Van Gennep (2013), sobre os ritos, nos quais para os autores as cerimônias são fases de um ciclo marcadas por uma moldura. Com a imagem da Figura 21 visualiza-se o emolduramento da fase desse ciclo.

A partir dos relatos e respostas daqueles que vivenciaram o rito da cerimônia, seja na condição de quem recebeu o grau de bacharel em Direito ou na condição de autoridade gestora; e das observações de imagens fotográficas e vídeos da cerimônia, buscou-se analisar as simbologias do rito da solenidade de colação de grau de forma quali-quantitativa.

A análise das simbologias da colação de grau para o curso de Direito da UCDB, mostrou que os ritos marcam momentos importantes. Desse modo, os símbolos inseridos nos ritos da colação de grau fazem parte da tradição e da memória da comunidade universitária. Os ritos quanto mais visualizados e referenciados mais produzem identidade cultural da cerimônia. Esse resultado confirma o exposto por Han (2021) e Enrique Finol (2023) sobre as reproduções simbólicas nas cerimônias. Nesse sentido, foi possível verificar que as práticas possibilitam o entendimento da cerimônia e sua simbologia como um produto ofertado pela instituição de ensino, e por outro lado, como uma conquista de quem usufruiu dos serviços ofertados e concluir sua missão estudantil na universidade.

Por fim, os resultados da pesquisa apontam que as simbologias da cerimônia de colação de grau estão presentes em várias fases ritualísticas da cerimônia como o cenário, as vestimentas, as ordens de precedência, o juramento, o ato da imposição do grau, o recebimento do canudo, entre outros.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cerimônia de colação de grau é um marco na vida de muitas pessoas. Continuamente ouve-se a palavra formatura que remete à área da educação. Nesse contexto, percebe-se uma simbologia do setor educacional e que passa de gerações e faz parte da história, da tradição e das memórias dos ambientes de ensino. O ato simbólico desse evento traz consigo valores e normas regidos por protocolo, ritos e símbolos.

Nesse sentido esta pesquisa contribuiu para sedimentar as simbologias de uma das mais expressivas e, porque não, significativa cerimônia das instituições de ensino superior, que é a colação de grau e suas memórias, que traz em seu bojo o patrimônio e a identidade da cultura universitária. Com isso, impera estimular o debate sobre um desenvolvimento local aliado à valorização cultural das Universidades.

O rito da colação de grau para a comunidade acadêmica do curso de Direito da Universidade Católica Dom Bosco simboliza o fim de um ciclo de estudos, o começo da vida profissional e uma conquista. Conforme destacado pelos participantes desta pesquisa, que vivenciaram a ritualística da cerimônia realizada pela referida instituição de ensino superior, em 2022 e 2023, ao refletirem sobre o momento vivido, essas são as palavras que melhor traduzem os sentimentos que ficaram na memória.

De acordo com os gestores pesquisados, a colação de grau simboliza a alegria do dever cumprido, a conquista, a vitória dos formandos/formados e a responsabilidade profissional. Para eles, a cerimônia ritualística de outorga do grau acadêmico é a mais importante da vida universitária, pois enaltece o ato da conclusão de anos de trabalho e estudos de professores e acadêmicos.

O percurso de pesquisa trilhado pela territorialidade do rito de colação de grau, na vida dos personagens participantes da cerimônia do curso de Direito, demonstrou que a cultura universitária da UCDB, bem como, de muitas universidades brasileiras, é marcada pela tradição de símbolos herdados da Europa Medieval como: as vestimentas, o canudo e o ato da imposição do grau. Estes foram os itens apontados pelos pesquisados como aqueles que melhor traduzem a seriedade e a importância da ritualística.

A partir dos relatos dos gestores e egressos, verificou-se que a cerimônia de colação de grau conecta a vida atual à ancestralidade do rito e constroem o futuro, ao reviverem o passado ritualístico no presente. É também um espaço onde o rito e os símbolos trazem a memória das dores e das alegrias do percurso acadêmico e o triunfo dos estudos e a conquista da graduação de nível superior.

Observou-se que, de maneira geral, a maioria das cerimônias de colação de grau das universidades públicas/privadas brasileiras têm suas bases ligadas à cerimônia universitária tradicional europeia. Dessa forma, outras maneiras de pensar o cerimonial, seus ritos e símbolos, seus valores ou outras formas de cerimonial colaboram para construir uma consciência da existência de outros tipos de cerimonial.

Foi possível também, notar que mesmo utilizando conceitos que caberiam nos moldes coloniais de entendimentos sobre cerimonial e protocolo, ritos e tradições, a maneira como eles são entendidos e realizados direcionam a outras concepções e reafirmam a possibilidade de múltiplas compreensões sobre estes conceitos.

Este fato também colaborou para refletir sobre outras lógicas para se pensar o cerimonial universitário. É importante salientar, desde já que, de forma alguma, essa pesquisa celebra uma ruptura com os padrões, concepções e entendimentos ligados ao cerimonial tradicional europeu, pelo contrário, reconhece a sua importância, inclusive na formação da cultura brasileira.

A cerimônia universitária, enquanto tradição cultural herdada de uma Europa medieval e enraizada na cultura universitária brasileira, pode-se dizer, assim, que é um patrimônio cultural e imaterial da Universidade (do ambiente universitário/acadêmico) e que toda a simbologia envolvida no rito da colação de grau tem uma forte relação com a sociedade e seu desenvolvimento cultural, humano e social.

As discussões tecidas neste estudo contribuíram para a compreensão do fenômeno focado nas simbologias das cerimônias de colação de grau que agregam uma série de símbolos em seu rito cerimonialístico e protocolar que sinalizam a identidade cultural e patrimonial da comunidade universitária. Tal evento demonstrou a riqueza de simbologias mergulhadas no caldo cultural das Universidades brasileiras, cuja ancestralidade remonta outras culturas, espaços e tempos.

Neste contexto, verificou-se a relevância da pesquisa para que as instituições universitárias protejam e salvaguadem os seus patrimônios culturais, como o rito da cerimônia de colação de grau e o uso do traje acadêmico em eventos oficiais. A vontade de preservar e manter vivas as tradições exige especial atenção ao ritual universitário. Nesse sentido, ressalta-se sobre a necessidade de documentar e guardar os registros escritos, fotográficos e filmados que são produzidos gradualmente.

Compreendeu-se, também, que o cerimonial universitário é uma ferramenta importante de comunicação na explicitação, comemoração e difusão das conquistas da comunidade acadêmica e dos agentes envolvidos, como também, para a universidade que se

projeta na comunidade. Assim, faz-se necessário um melhor entendimento sobre o cerimonial, o protocolo, os ritos e os símbolos característicos das IES, bem como suas memórias, histórias e tradições. Os elementos simbólicos do cerimonial universitário não devem ser esquecidos no processo de desenvolvimento local, do local e no local.

Dentro dessa esfera temática disposta neste estudo, considera-se o cerimonial universitário, em específico a Colação de Grau, no que tange ao desenvolvimento humano e social consiste em expressivo conteúdo a ser expandido em pesquisas posteriores, haja vista ser também um tema transdisciplinar e que abarca contextos sociais, econômicos, políticos, culturais, entre outros.

REFERÊNCIAS

ALCANTARA, Glete de. Universidades Medievais. Rev. esc. enferm. USP, São Paulo, v.9, n.1, abr. 1975. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/cgbWCHL7sDdBzhFXxSvpt6t/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 jun. 2024.

ALMA MATER STUDIORUM - Università di Bologna. Disponível em: <https://www.unibo.it/it/ateneo/chi-siamo/la-nostra-storia/nove-secoli-di-storia-1/nove-secoli-di-storia>. Acesso em: 8 fev. 2023.

AMODIO, Emanuele. Los ritos de la identidad. Ritualidad y mediación religiosa en la construcción de las identidades. In: FINOL, José Enrique (Coord.); MOSQUERA, Alexander; MOLERO, Írida García de. **Semióticas del Rito**. Universidad del Zulia (LUZ), Maracaibo, p. 35-51, 2009.

ANÍSIO TEIXEIRA. **Ensino superior no Brasil**: análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989. 212p.

AVELAR, Ediana. **O imaginário da Formatura**: As raízes da cultura bacharelesca na história do Brasil. Rio de Janeiro: iVentura, 2012.

ÁVILA, V. F. Pressupostos para formação educacional em desenvolvimento local. **Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, MS, v. 1, n. 1, p. 63-76, set. 2000. Disponível em: <https://interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/616/640>. Acesso em: 4 jul. 2023.

ÁVILA, Vicente Fideles de. **Cultura de sub/desenvolvimento e desenvolvimento local**. Sobral: Edições UVA, 2006.

BENNET, Sonia Lopes; MARQUES, Heitor Romero. **Indicações Geográficas e Turismo**: Interfaces com o Desenvolvimento Local. Campo Grande, MS: Life Editora, 2024.

BORGES, Pedro Pereira. Comunidade. In: MARQUES, Heitor Romero; BORGES, Pedro Pereira; CONSTANTINO, Michel (Orgs.). **Termos e ideias correlatas ao desenvolvimento local**. Campo Grande-MS: Life Editora, 2024.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto nº 5.700, de 1 de setembro de 1971**. Dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5700.htm. Acesso em: 28 set. 2024.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto nº 70.274, de 9 de março de 1972**. Aprova as normas do cerimonial público e a ordem geral de precedência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d70274.htm#:~:text=DECRETO%20No%2070.274%2C%20DE,a%20ordem%20geral%20de%20preced%C3%Aancia. Acesso em: 30 jul. 2020.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto nº 83.186, de 19 de fevereiro de 1979**. Inclui na ordem de precedência estabelecida no artigo 8º das Normas do Cerimonial Público aprovadas pelo

Decreto nº 70.274, de 9 de março de 1972, o Estado de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D83186.htm>. Acesso em: 30 jul.2020.

BRASIL. **Constituição Federal 1998**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, [2024]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 1 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação - Sistema e-MEC – **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior** – Cadastro e-MEC. 2024. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova>. Acesso em: 1 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Guia de eventos, cerimonial e protocolo para a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. 2.ed., rev. e ampl. – Brasília: Ed. IFB, 2017.

CAMPOS, Ernesto de Souza. **Universidade**: Cidades Universitárias. São Paulo: Imprensa Universitária de São Paulo, 1946.

CAMPOS, Tiago Soares. **Divisão da história**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilestola.uol.com.br/historia/divisao-da-historia.htm>. Acesso em: 28 nov. 2024.

CANTU, Cesare. **História Universal**. São Paulo: Américas, 1954.

CASADEI, Maria Teresa. **Quarenta anos da OAB/MS**: A história de uma nova Ordem. Coleção OAB/MS 40 anos. Vol. 01. Campo Grande/MS: Editora Majupá. 2019. Disponível em: <https://issuu.com/editoramajupa/docs/volume1>. Acesso em: 1 dez. 2024.

CASTILHO, Maria Augusta. Interpretação e estrutura do mito e do rito no contexto religioso. In: **Simpósio Internacional de História - X Encontro de História de Mato Grosso do Sul as muitas (in)dependências das Américas**: dois séculos de história, 2010, Três Lagoas. Simpósio Internacional de História - X Encontro de História de Mato Grosso do Sul. Campo Grande - MS: UFMS, 2010. v. 1. p. 1-13.

COLAUD, Étienne. Reunião de doutores na Universidade de Paris. **Manuscrito “Cantos reais”**. Biblioteca Nacional da França, 1537, fol. 27v. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Meeting_of_doctors_at_the_university_of_Paris.jpg. Acesso em: 30 jun. 2024.

CRUZ, Marcia Terezinha Jerônimo Oliveira; FELGUEIRAS, Margarida Louro. Aproximações à cultura acadêmica universitária na perspectiva coimbrã e sergipana (de 1950 à actualidade). **Exedra: Revista Científica Publicação eletrônica semestral da Escola Superior de Educação do Politécnico de Coimbra**. Temas e Reflexões de História da Educação: perspectivas portuguesas e brasileiras. Suplemento Exedra de 2013. Disponível em: <http://exedra.esec.pt/wp-content/uploads/2014/09/sup13-V4.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2023.

DA MATTA, Roberto. Apresentação. In.: GENNEP, Arnold van. **Ritos de Passagem**. Trad. Mariano Ferreira. Apres. 4. ed. Petrópolis: Vozes. 2013

DELMATO, Armando Moraes. **Blog do Delmanto**, 2013. Disponível em: <http://blogdodelmanto.blogspot.com/2013/11/direito-da-sao-francisco-turma-de-1973.html>. Acesso em: 30 nov. 2024.

DOMINGUES, Petrônio. **Aula 4: Periodização da história.** Centro de Educação Superior a Distância (CESAD). Universidade Federal de Sergipe. Disponível em: https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/09302204042012Introducao_a_Historia_Aula_4.pdf. Acesso em: 28 nov. 2024.

DOWBOR, Ladislau. **Educação e Desenvolvimento.** São Paulo, 2006. Disponível em: <https://dowbor.org/2006/04/educacao-e-desenvolvimento-local-doc.html/>. Acesso em: 4 jul. 2023.

DOWBOR, Ladislau. **O que é poder local.** Impertriz, MA: Ética, 2016.

ELIZALDE, Antonio. **Desarrollo a Escala Humana: conceptos y experiencias.** Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. n. 1. v.1. Campo Grande: UCDB, 2000.

ENRIQUE FINOL, José. El Rito, ceremonia y eficacia simbólica: Una visión antropo-semiótica de la comunicación y el protocolo. **Revista Protocolo y Comunicación**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 10, 2023. DOI: 10.58703/rpyc. v1n1a5. Disponível em: <https://revistaprotocoloycomunicacion.org/index.php/rpyc/article/view/14>. Acesso em: 20 jun. 2024.

ENRIQUE FINOL, José. Tiempo, cotidianidad y evento en la estructura del rito. In: ENRIQUE FINOL, J., MOSQUERA, A., GARCÍA, I. (Editores). **Semióticas del Rito.** Colección de Semiótica Latinoamericana No. 6: 53-72. Maracaibo: Universidad del Zulia – Asociación Venezolana de Semiótica, 2009.

FERREIRA, Magali Luzio; CASTILHO, Maria Augusta de; LEONEL, Waldir. **Rua 14 de Julho de Campo Grande-MS: uma intersecção entre educação patrimonial da rede municipal de ensino e o patrimônio histórico-cultural, na perspectiva do desenvolvimento local.** Campo Grande-MS: Life Editora, 2022.

FINOL González, D. E. Rito, poder y reproducción simbólica: Presídium y protocolo en ceremonias universitarias. In: FINOL, J. E., MOSQUERA, A., García, I. (Editores). **En Semióticas del Rito.** Colección de Semiótica Latinoamericana No. 6: 53-72. Maracaibo: Universidad del Zulia – Asociación Venezolana de Semiótica. 2009.

FINOL, José Enrique. Cuerpo e identidad: Espacio, lugares y territorios. **Utopía y Praxis Latinoamericana**, Universidad del Zulia, Venezuela. vol. 23, núm. Esp.3, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27957771009>. Acesso em: 20 ago. 2023.

FND - Faculdade Nacional de Direito da UFRJ. **Histórica da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ.** Disponível em: <https://direito.ufrj.br/sobre-a-fnd/>. Acesso em: 13 fev. 2023.

FRANÇA, Hudson Hübner. **Rito da Colação de Grau em Medicina.** Jamb Cultura (Encarte do Jornal da Associação Médica Brasileira). 2010. Disponível em: <http://www.imaginologia.com.br/extra/upload%20curiosidades/Rito-da-Colacao-de-Grau-Medicina-Doutor-Beca-Hipocrates.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2023.

GENNEP, Arnold van. **Ritos de Passagem.** Trad. Mariano Ferreira. Apres. Roberto da Matta. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOBBI, Maria Cristina. Método biográfico. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 84-97.

HAN, Byung-Chul. **O desaparecimento dos rituais**: Uma topologia do presente. Tradução de Gabriel Salvi Philipson. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Universidade e comunicação na edificação da sociedade**. São Paulo: Loyola, 1992.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 14 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

LIMA, Rodrigo Wanderley. Considerações históricas e jurídicas sobre o direito humano (e da humanidade) ao desenvolvimento e a necessária solidariedade diante da crise ambiental. **Rev. Jur.**, Brasília, v. 9, n. 84, p.60-81, abr./maio, 2007.

LIMA, Rodrigo Wanderley. **El derecho de acceso a la información pública**: Aspectos histórico y normativo en Brasil y España desde un enfoque de derechos humanos. Teses Doctoral. Facultad de Derecho. Departamento de Derecho Administrativo, Financiero y Procesal. Programa de Doctorado Administración, Hacienda Y Justicia en el Estado Social. Universidad Salamanca, 2020.

LORDÃO, Cláudia Maria de Albuquerque. **O cerimonial universitário como preservação da memória institucional da Universidade Federal do Ceará**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Ceará, 2019.

LOUREIRO, Maria Amélia Salgado. **História das universidades**. São Paulo: Estrela Alfa Editora, 1986.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARQUES, Heitor Romero [et.al]. **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. 5.ed. rev. e atual. Campo Grande: UCDB, 2017.

MARTÍN, José Carpio. Nuevas realidades en el desarrollo local en España e iberoamérica. In: **Seminário Internaional sobre Perspectivas de Desarrollo en Iberoamérica**. Santiago de Compostela, maio de 1999.

MEIRELLES, Gilda Fleury. **Protocolo e Cerimonial**: normas, ritos e pompa. 2.ed. São Paulo: STP Publicações e Serviços Ltda. – 2002.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Trad. Maria D. Alexandre e Maria Alice Araripe de Sampaio Doria. Ed. Revista e modificada pelo autor. 19.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

NÓVOA, António. **As organizações escolares em análise**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

OAB-MS – Ordem dos Advogados – Mato Grosso do Sul. **Histórico**. Disponível em: <https://oabms.org.br/historico/>. Acesso em: 5 jul. 2023.

OLIVEIRA, Athayde Alves de. **Com a palavra ... O Mestre de Cerimônias**. Campo Grande: Life Editora, 2022.

ORIGEM DAS PALAVRAS. **Forma**. Disponível em: <https://origemdapalavra.com.br/palavras/forma/>. Acesso em: 29 jun. 2023.

ORIGEM DAS PALAVRAS. **Formatura**. Disponível em: <https://origemdapalavra.com.br/palavras/formatura/>. Acesso em: 31 out. 2022.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Observação participante e pesquisa-ação. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 125-45.

PNUD-BRASIL. Programa das Nações Unidas no Brasil. **Desenvolvimento Humano e IDH**. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/desenvolvimento-humano-e-idh>. Acesso em: 1 dez. 2024.

POLONI, André Elias Soares. Resenha: As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. **Revista Memória em Rede**. Pelotas, v. 14, n.27, Jul/Dez 2022.

PORTO, Ana Carla Fiirst dos Santos. A diversidade cultural em Campo Grande-MS – Interdependência entre cultura e desenvolvimento local. In: CASTILHO, Maria Augusta de (Org.). **Cultura, religiosidade e saberes locais**. V. 5. Campo Grande, MS: Life Editora, 2024.

RA FORMATURAS. **De onde veio essa ideia de formatura**. Disponível em: <https://www.raformaturas.com/single-post/2016/11/01/de-onde-veio-essa-ideia-de-formatura>. Acesso em: 31 out. 2022.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia Científica para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação**. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2005.

REINAUX, Marcilio. Prefácio. In: SILVA, Orlando Enedino da. **Roteiro do cerimonial universitário**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2003.

REZENDE, Elaine Cristina Paganotti; CASTILHO, Maria Augusta. **Hotel Gaspar: identidade e memória no contexto do desenvolvimento local**. Campo Grande, MS. FCMS/Life Editora, 2018.

REZENDE, Joffre Marcondes de. A Institucionalização do Ensino Médico. **À sombra do plátano: crônicas de história da medicina** [online]. História da Medicina séries, vol. 2. São Paulo: Editora Unifesp, 2009, pp. 121-29.

RIOS, Renata Lerina Ferreira. **Quando a universidade é uma festa: trote e formatura**. [Dissertação]. Mestrado em Educação – Porto Alegre: PUCRS, 2010.

RODRIGUES, Tatiane Daby de Fatima Faria; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; SANTOS Josely Alves dos. As pesquisas qualitativas e quantitativas na educação. **Revista Prisma**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 154-174, 2021. Disponível em: <https://revistaprisma.emnuvens.com.br/prisma/article/view/49>. Acesso em: 30 nov. 2024.

SECTUR – Secretaria de Cultura e Turismo de Campo Grande. **Conceitos de patrimônio cultural**. Campo Grande: Gráfica e Editora Epaço, 2019.

SILVA, Orlando Enedino da. **Roteiro do Cerimonial Universitário**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2003.

SOUZA, Dominique Guimarães de; MIRANDA, Jean Carlos; SOUZA, Fabiano dos Santos. Breve histórico acerca da criação das universidades no Brasil. **Revista Educação Pública**, v. 19, nº 5, 12 de março de 2019. Disponível em <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/5/breve-historico-acerca-da-criacao-das-universidades-no-brasil>. Acesso em: 10 fev. 2023.

SOUZA, Kellcia Rezende; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. **Abordagem quantitativa**: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação.

SPEERS, Nelson. **A universidade e o cerimonial na ótica das relações públicas**. São Paulo: Hexágono Cultural, 2003.

TADA, Silvia. **Curso de Direito da UCDB completa 50 anos**. Portal UCDB. 09/08/2016b. Disponível em: <https://site.ucdb.br/noticias/graduacao/3/curso-de-direito-da-ucdb-completa-50-anos/55097/>. Acesso em: 5 jul. 2023.

TADA, Silvia. Direito UCDB: Tradição e qualidade na formação acadêmica. **Revista Inspira**. Diretoria de Comunicação da Universidade Católica Dom Bosco. Ano 01. N. 01. UCDB: Campo Grande, 2016a.

TARGINO, Itapuan Bôtto. **Manual do Cerimonial**. 3 ed. João Pessoa: Ideia, 2020.

TYLOR, Edward. **Primitive Culture**. [Londres: John Mursay & Co, 1871]

UCDB – Universidade Católica Dom Bosco. História. Disponível em: <https://site.ucdb.br/institucional/1/historia-missao-e-visao/291/>. Acesso em: 5 jul. 2023.

UCDB - Universidade Católica Dom Bosco. Portaria Reitoria n. 059/2005. Campo Grande-MS, 24 de outubro de 2005.

UFAM – Faculdade de Direito. **História**. Disponível em: <https://fd.ufam.edu.br/item-1.html>. Acesso em: 13 fev. 2023.

UFAM – Universidade Federal do Amazonas. **Faculdade de Direito comemora 100 anos da formatura da sua primeira turma**. Disponível em: <https://antigo.ufam.edu.br/2013-04-29-19-37-05/arquivo-de-noticias/3490-faculdade-de-direito-comemora-100-anos-da-formatura->

da-sua-primeira-turma#:~:text=Os%20primeiros%20graduados%20da%20FD,e%20Raimundo%20Thom%C3%A9%20Bezerra%3B%20do. Acesso em: 30 nov. 2024.

UFAM – Universidade Federal do Amazonas. **História**. Disponível em: <https://ufam.edu.br/historia.html>. Acesso em: 10 fev. 2023.

UFMS – Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. **Histórico**. Disponível em: <https://www.ufms.br/universidade/historico/>. Acesso em: 5 jul. 2023.

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco. Conheça a UFPE. **História**. Disponível em: <https://www.ufpe.br/institucional>. Acesso em: 03 out. 2023.

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro. **História**. Uma breve história da UFRJ. Disponível em: <https://ufrj.br/aceso-a-informacao/institucional/historia/>. Acesso em: 10 fev. 2023.

UNESCO. **Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage**, Paris, 17 October 2003. Tradução feita pelo Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao%20Salvaguarda%20Patrim%20Cult%20Imaterial%202003.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2024.

UNISAES – Università Degli Studi di Salerno. **Início**. Disponível em: <https://web.unisa.it/es>. Acesso em: 8 fev. 2023.

VARINE, Hugues de. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

VELLOSO, Ana. **Cerimonial universitário**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2001.

VIANA, Flávio Benedicto. **Universidade: protocolo, rito e cerimonial**. São Paulo: Lúmen, 1998.

WANDERLEY, Pedro Paulo Sperb. **O trabalho do egresso do sistema prisional à luz do desenvolvimento local**. Dissertação (mestrado) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2018.

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE PESQUISA

COLETA DE DADOS POR MEIO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Os critérios utilizados para a composição da amostra da pesquisa de campo são: ser reitor(a) ou substituto(a), coordenador(a) do curso de Direito, representante do setor de cerimonial da Universidade.

Roteiro de entrevista

Abertura

Título da pesquisa: As Simbologias das Cerimônias de Colação de Grau Universitárias em Campo Grande-MS

Objetivo da pesquisa: Analisar os significados da realização das cerimônias de colação de grau para cultura, identidade e diversidade na dinâmica territorial do município de Campo Grande-MS.

Contextualização: Esta pesquisa originou-se a partir da experiência profissional da doutoranda na organização de cerimônias de Colação de Grau. A doutoranda, em sua formação em Comunicação Social, habilitações em Relações Públicas e Jornalismo, começou os trabalhos profissionais como organizadora de eventos em 2000 e, em 2014 começou a trabalhar com eventos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, em Campo Grande. A experiência relatada tem a finalidade de apresentar a expertise da doutoranda na prática ritualística e justificar os recortes feitos na tese. A pesquisa tem como objeto a comunidade acadêmica (gestores, egressos do curso de Direito e familiares desses egressos) de duas das Universidades mais antigas de Mato Grosso do Sul, com sede administrativa na Capital, que são a Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).

Pesquisadora: Michele Nakazato

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Augusta de Castilho

Coorientadora: Prof^a Dr^a Elaine Cristina Paganotti Rezende

Entrevistado:

Gênero:

Instituição que representa:

Tempo na Instituição:

Cargo:

Tempo no cargo:

Local:

Data:

Horário início:

Horário de término:

Tipo de entrevista:

Quantidade de perguntas: 7

Apresentação das perguntas

1. Qual sua história com as colações de grau na universidade?
2. O que representa para o senhor(a) as cerimônias de colação de grau?
3. Quantas colações de graus já participou como gestor(a)?
4. Como foi a sua preparação e participação na primeira colação de grau como gestor?
5. Conhece o significado das vestimentas e das cores? Ou seja, para o(a) senhor(a) enquanto gestor, o que representa a simbologia da vestimenta e as cores das vestimentas usadas durante a cerimônia de colação de grau?
6. Conhece o rito da cerimônia, o seu cerimonial e protocolo, e seu significado? Ou seja, em sua opinião, qual o significado desse rito da colação de grau em relação à cultura, identidade e diversidade para o município de Campo Grande-MS.
7. Quando pensa em colação de grau, qual o símbolo que vem à mente?

APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE PESQUISA

COLETA DE DADOS POR MEIO DE FORMULÁRIO

Questionário elaborado para constatar o conhecimento dos egressos dos cursos de Direito das Universidades pesquisadas (UCDB) sobre a cerimônia de Colação de Grau e a participação/envolvimento. Para esse fim foi utilizado o formulário estruturado do Google Formulários, divulgado ao grupo de WhatsApp.

QUESTIONÁRIO (egressos Direito – UCDB 2022/2023)

**Obs: questionário elaborado no GoogleForm e enviado para grupos de whatsapp – link para acesso ao questionário <https://forms.gle/HBCmzDqKcUF28SXB7>*

1. Faixa etária
2. Sexo
3. Por que escolheu o curso de direito: sempre quis fazer, tradição, concurso público, glamour da profissão, outros
4. Ano da Colação de Grau: 2022 ou 2023
5. O que significa a colação de grau para vocês? Conquista pessoal, satisfação familiar, formalidade/obrigação, anúncio de formação profissional
6. Grau de satisfação – após da solenidade
7. Palavras que melhor traduzem os sentimentos sobre a cerimônia de colação de grau (maque quantas quiser): festa, comemoração/parabenização, ritual, tradição, fim de um ciclo de estudos, uma futilidade, uma obrigação, uma conquista, um direito, significado da graduação, satisfação familiar, consequência da graduação, ostentação vulgar, despedida, mudança de status social, apresentação dos novos profissionais, começo da vida profissional, necessário para a carreira profissional, momento de confraternização com os colegas,
8. Itens que melhor traduzem a cerimônia de colação de grau:
Beca (vestimenta), capelo (chapéu), canudo, outorga de grau, foto oficial, festa após a solenidade, os discursos, discurso do patrono, discurso do paraninfo, homenagem aos pais, homenagem aos mestres, as vestimentas usadas pelas autoridades da mesa de honra